



UNIFASAR
CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA RITA

Ágora - A revista científica do UNIFASAR - Ano IV - n.º 1 - Dezembro - 2022



ISSN 2526-9712

Ágora

A REVISTA
CIENTÍFICA DO
UNIFASAR

CONSELHEIRO LAFAIETE - MG ANO IV - Nº 1 - DEZEMBRO - 2022

Ágora

A Revista Científica do UNIFASAR



Revista **Ágora**

CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA RITA - UNIFASAR

Ano IV – Número 01 – dezembro - 2022

EXPEDIENTE

Editores

Dra. Danielle Cristiane Correa de Paula
Ms. Josemara Fernandes Guedes Sousa
Ms. Ronan Loschi Rodrigues Ferreira

Conselho Editorial

Dr. Bruno César de Albuquerque Ugoline
Dr. Darlan Roberto dos Santos
Ms. Daniele Baldino Duarte
Ms. Danielle Cristiane Correa de Paula
Ms. Elisa Cristina Gonçalves
Ms. Giovanni Chagas Egg
Ms. José Carlos da Silva Júnior
Dr. Marcus Antônio Croce
Ms. Nair Tavares Milhem Ygnatios Ferreira
Ms. Patrícia Gonçalves Prates Barbosa
Ms. Ronaldo Asevedo Machado

Conselho Consultivo

Dr. Juarez G. Dias (UFMG)
Dr^a. Luciana Ramos de Moura (UFMG)
Dr. Odemir Vieira Baeta (UFV)
Dr. Bruno Eduardo Lobo Baeta (UFOP)
Ms. Lilian Moura Nobre (Ministério da Saúde)

Revisão

Ms. José Reinaldo Souza Chaves (UNIFASAR) – Língua Inglesa

Diagramação

Suzan Paula Silva Vieira

Editoração eletrônica

Ms. Ronan Loschi Rodrigues Ferreira
Edgar Wesley Braga Mariano

1. **Revista Ágora** – Centro Universitário
Santa Rita – UNIFASAR – Ano IV – Número
01 – dezembro - 2022:

Periodicidade: anual. ISSN: 2526-9712

1. Centro universitário Santa Rita -
UNIFASAR
2. Multidisciplinar

ARQUITETURA COMO APARATO NO TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA: uma análise a partir de edificações destinadas ao tratamento.

Kátia das Dores Moreira da Silva¹

Tatiane Fernandes Matias Pereira²

Fábio Ramalho Rodrigues³

RESUMO

A problemática da dependência química vem assolando cada vez mais a sociedade contemporânea, tudo isto se resume ao passo em que o acesso às substâncias psicoativas se tornou de fácil acesso, devido aos avanços tecnológicos e as mudanças ocasionadas pela globalização. Sabe-se que por se tratar de uma doença crônica, a dependência química necessita de tratamentos especializados. Sendo assim, o presente artigo buscou entender os tratamentos disponíveis para dependentes químicos e como a arquitetura e seus alicerces pautados na neuroarquitetura e biofilia, podem influenciar de maneira positiva na concepção de espaços que oferecem tratamentos para tal. Dessa forma, foram analisados três projetos arquitetônicos, tendo como finalidade entender como aplicar técnicas ligadas à neuroarquitetura e biofilia no processo de tratamentos dos pacientes.

Palavras-chaves: Dependentes químicos; reabilitação; neuroarquitetura; biofilia; terapêutica.

ABSTRACT

The problem of chemical dependence has been increasingly afflicting contemporary society, and all of this boils down to the fact that access to psychoactive substances has become easy due to technological advancements and changes brought about by globalization. As it is a chronic disease, specialized treatments are needed for chemical dependence. Therefore, this article sought to understand the available treatments for chemical dependence and how architecture and its foundations based on neuroarchitecture and biophilia can positively influence the design of spaces that offer such treatments. Three architectural projects were analyzed with the aim of understanding how to apply techniques related to neuroarchitecture and biophilia in the process of treating patients.

Keywords: Drug addicts; rehabilitation; neuroarchitecture; biophilia; therapy.

¹ Estudante de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santa Rita - UNIFASAR - silvakatia993@gmail.com

² Professora Universitária no Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR - tatiifernandes16@gmail.com

³ Professor Universitário no Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR - professorfaboramalho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O termo droga está relacionado a qualquer tipo de substância que pela sua natureza química, acaba por gerar estímulos que afetam as estruturas biológicas e fisiológicas do organismo, interferindo também em seu funcionamento. Além da sua classificação como lícita ou ilícita, que tem a ver com a sua proibição ou não pela legislação vigente, ela pode ser também, natural, semissintética, sintética, em relação a suas propriedades. Elas são classificadas também, conforme os efeitos que provocam no organismo, sendo assim: depressoras, estimulantes e perturbadoras. (SELBMANN, 2020).

O uso desses elementos em seu estado natural e não sintético, está imerso na história da humanidade desde os primórdios, tendo como objetivo principal a busca por sensações de bem-estar, tratamentos medicinais, fármacos ou, até mesmo, ritos religiosos, como escreve o autor Poiares (1999):

Ao longo do tempo, as drogas foram sendo imbuídas de múltiplos significados, assumindo também díspares dimensões e formas de consumo. Nos dois últimos séculos, a droga, após atravessar os tempos mais remotos, acabou por assumir uma tripla dimensão: a de mercadoria, como ponto de ligação entre as componentes jurídica, econômica e fiscal; a dimensão lúdica e terapêutica, como fonte de desinibição favorecedora do convívio social e como instrumento de tratamento médico; e, por último, as dimensões de objeto e de origem do crime, numa perspectiva emergente, sobretudo a partir de meados do século XX (POIARES, 1999 apud NUNES, JÓLLUSKIN, 2007).

Assim, estas justificativas para variados usos destas substâncias promoveram a sua rápida descentralização pelo mundo e sem distinção entre efeitos malignos ou benéficos entre os usuários, como exposto na citação abaixo:

A fronteira entre o benefício e o prejuízo não estava na droga em si mesma, senão nos níveis ou padrões de uso que o vivente dela fazia. Além disso, acrescenta que os povos pagãos da Antiguidade não faziam diferenciação entre fármacos bons e

Hoje, no século XXI, apesar de todas as pesquisas realizadas e todas as ações de conscientização a respeito dos efeitos das drogas no organismo humano, elas são usadas para fins indevidos e de forma inescrupulosa e viciosa por algumas pessoas. Assim, o que antes era tido pelos antepassados como substância para tratar doenças, para prática de ritos religiosos e para busca do prazer, passou a ser compreendido pelo homem contemporâneo, em algumas situações, como estratégia para driblar seus desequilíbrios psicológicos, emocionais e espirituais.

Atualmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera o uso abusivo de drogas como uma doença crônica e recorrente. Para esta instituição, o uso de drogas constitui um problema de saúde pública, que vêm ultrapassando todas as fronteiras sociais, emocionais, políticas e nacionais, preocupando toda a sociedade (Andretta & Oliveira, 2011). Segundo dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid, 2010), muitos são os fatores que podem motivar o uso de drogas, como: a busca de prazer, amenizar a ansiedade, tensão, medos e até aliviar dores físicas. Quando a utilização dessas substâncias se dá de forma abusiva e repetitiva, sem que haja um controle do consumo, frequentemente instala-se a dependência (Crauss & Abaid, 2012). (SOUSA *et al.*, 2013, p.260)

Desta forma as marcas do abuso do álcool e drogas acabam por ocasionar diversos efeitos negativos, comprometendo de forma gradual as habilidades motoras e coordenativas do usuário, sem contar os desgastes enfrentados pela família. Para mais, vastos estudos vêm denunciando as sequelas deixadas, mesmo após o indivíduo ter cessado o uso de tais substâncias. Uma pesquisa feita em uma clínica de reabilitação, após analisar o tempo de uso de drogas e álcool feito por parte dos internados e dados antropométricos, flexibilidade, agilidade e equilíbrio, revelou que pacientes do sexo masculino apresentavam maior grau de decadência. (MALAGODI, GREGOL e SERASSUELO JUNIOR, 2018).

Ademais, a partir do aumento em escala do consumo de drogas em diferentes âmbitos, sendo eles sociais e culturais, e da falta de controle do indivíduo para com o uso, surgiu a necessidade da implementação de métodos para amenizar

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022
os diversos artefatos negativos provocados à sociedade e à saúde pública.
Normalmente, os dependentes químicos são internados em espaços dedicados
à reabilitação, onde são oferecidos tratamentos adequados para controle do
vício.

É notório que muitas das estruturas hospitalares, clínicas de reabilitação,
comunidades terapêuticas e centros de reabilitação existentes, não condizem
com as necessidades de seus usuários, principalmente no quesito arquitetônico.
O que se tem como solução é uma gama de espaços claustrofóbicos e frios, que
acabam por repelir seus usuários. Outrora, esses espaços acabam sendo
reaproveitamento de estruturas já existentes.

Portanto, este artigo tem como objetivo analisar como a arquitetura pode
contribuir no tratamento de dependentes químicos a partir de estudos de casos
e referencial teórico. Ademais, se têm como intenção, enfatizar como
ferramentas como a neuroarquitetura e a biofilia podem contribuir na formulação
de espaços mais humanizados, para receber este tipo de público.

Torna-se cada vez mais necessário que esta temática receba mais atenção dos
profissionais ligados ao campo da arquitetura e construção civil, visto que os
mesmos são responsáveis por conceber espaços destinados a tratar o público
que sofre com esta problemática. O caráter arquitetônico ofertado precisa ser
uma ferramenta que potencializa os efeitos dos tratamentos ofertados.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi dividido em duas partes, uma caracterizada como uma revisão
bibliográfica e a outra análise de estudo(s) de caso(s). Esses estudos de casos
são referentes aos projetos arquitetônicos, os quais são destinados para a ação
de cuidar e tratar. Assim, podendo compará-los como possíveis para o

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022
tratamento da dependência química, a qual acarretou a abordagem do tema:
Arquitetura como aparato no tratamento da dependência química.

A metodologia utilizada é de natureza básica, elaborada através de artigos, *sítes* de referência na temática. Possui caráter exploratório e descritivo enquanto os objetivos e as informações abordadas são de natureza qualitativa.

Os artigos foram escolhidos em três etapas, a primeira etapa foi pela leitura do título, a segunda pela leitura do resumo, e por último, pela leitura do texto completo. Estes, quando condizentes com o escopo desta pesquisa, foram incluídos na revisão. O intuito foi de explicitar as várias temáticas sobre as drogas e dependência química, um breve entendimento sobre os tipos de drogas existentes e suas classificações, assim como dos reflexos da dependência química. Ainda, uma rápida compreensão dos conceitos de neuroarquitetura e biofilia.

Os estudos de casos foram focados em análise de projetos arquitetônicos já implementados, tanto nacionais, quanto internacionais. A busca foi de analisá-los sobre uma ótica arquitetônica, considerando suas potencialidades e fragilidades em relação a neuroarquitetura e biofilia e ainda, considerando o tipo de tratamento que oferecia aos seus pacientes. As informações sobre os estudos de casos foram recolhidas de páginas eletrônicas de revistas na área da arquitetura e artigos publicados, com análises sobre o comportamento ambiental nesses espaços. Para uma melhor compreensão das técnicas de biofilia e neuroarquitetura e sua aplicabilidade aos espaços construídos, voltados para o público que busca tratamentos para a dependência química e problemas psicossociais, foram selecionadas três obras análogas para análise, sendo assim: centro de reabilitação psicossocial, hospital psiquiátrico e um Centro de Reabilitação do Hospital Sarah Kubitschek Brasília Lago Norte. As obras escolhidas não são centros de reabilitação para dependentes químicos, já que todas apresentam espaços para tratamentos e por isso, trabalhando conceitos importantes para ambientes para este mesmo fim. A obra brasileira escolhida, por exemplo, faz parte de uma rede de hospitais, que trabalha os conceitos de

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022
biofilia e neuroarquitetura e poderiam ser facilmente aplicados em ambientes de reabilitação. Considerando ainda que no Brasil as instituições voltadas para o tratamento de dependentes químicos são estruturas reaproveitadas e não projetadas para tais finalidades, não foram encontrados casos de sucesso para serem realçados neste estudo, considerando o seu objetivo. Mas a importância de análise de uma obra brasileira é pelas características culturais, climáticas, materiais disponíveis para construção e aparato financeiro.

Foram elaboradas tabelas, as quais são apresentadas nos resultados e discussão, demonstrando as potencialidades e fragilidades das edificações estudadas como casos, considerando os assuntos debatidos no referencial teórico. Ainda, é possível observar figuras dos espaços debatidos e um esquema, que contempla os aspectos sobre a biofilia, apresentado no referencial teórico e que foi relacionado com cada obra em análise em resultados e discussão.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Tratamentos para dependência química e os atuais espaços arquitetônicos para tal função

A intolerância e abstinência são dois quadros que se destacam para diagnóstico efetivo da dependência química, segundo o psicanalista Fabrício Selbaman (2020). A tolerância tem a ver com a necessidade da ingestão de doses cada vez maiores, tendo como objetivo despertar no organismo os efeitos almejados pelo usuário. Considerando neste momento, que o organismo já se encontra adaptado às quantidades habituais ingeridas. Já a abstinência é caracterizada pelo aparecimento de sintomas físicos e mentais, causados pela interrupção do uso das substâncias químicas.

Diante do exposto, nota-se que dependência química se trata de uma doença crônica, a qual exige tratamento. O mesmo podendo acontecer em um período longo, onde pode ou não haver internação do usuário para aplicação das técnicas necessárias para sua recuperação, o tratamento pode sofrer variações de acordo com o nível da dependência, o quanto o organismo está intoxicado e o perfil psicológico do paciente (HOSPITAL SANTA MÔNICA, 2020).

Diante do exposto, anteriormente à evolução dos Centros de Atenção Psicossocial, estes eram vistos como um manicômio, lugares destinados a tratar doentes mentais. Não obstante, através de esforços esta desconstrução ganhou uma nova perspectiva, dando lugar a uma Rede de Assistência Psicossocial, com variados atendimentos como: ambulatorial, multidisciplinar e tendo foco na reinserção social (GUIDOLIN, 2019).

Para Andrade (2019) se tratando dos tipos de tratamentos para dependentes químicos, existem os Centros de Convivência que são espaços onde o paciente frequenta durante o dia. Assim, há também a disponibilidade de tratamentos tradicionais como a psicoterapia individual ou em grupo, bem como pode haver a oferta de:

[...] atividades de lazer, esporte, cultura e formação profissional, geralmente conduzidas por profissionais especializados e com fins terapêuticos”, esta modalidade é voltada para pacientes que estão em início dos tratamentos ou mais avançadas de recuperação, com o intuito de prevenção à recaída. (ANDRADE, 2019)

O autor Amadera (2020) afirma que dentro do tratamento ambulatorial para pacientes com dependência química há tratamentos psiquiátricos, medicamentosos da abstinência e o tratamento psicológico. Esse método é uma estrutura completa no quesito de tratamento, onde não há internação. O autor referenciado acresce que, outro tipo de tratamento para auxiliar os dependentes no processo de cura, seriam os grupos de mútuo - ajuda “Anônimo”, estes grupos estão em muitos lugares do Brasil, sendo assim Alcoólicos Anônimos e os Narcóticos Anônimos (Grupos voltados para usuários de drogas).

Há também as instituições que trabalham em regime fechado ou internação, que seriam: Os hospitais psiquiátricos, centros de reabilitações, comunidades terapêuticas, que são registradas pela portaria de acordo com a ANVISA, (RDC29/2011 com revogada a RDC101/2001). Neste tipo de instituição é considerada apenas internações voluntárias e as clínicas psiquiátricas especializadas no tratamento da dependência química (AMADERA, 2020).

Tratando-se dos espaços voltados para os cuidados com a saúde deste tipo de público e outros, Valemam (2019) aponta que muitas das instalações existentes acabam por repelir. Desta forma, essa problemática vem suscitando novas perspectivas para a concepção de espaços mais acolhedores, como o autor anteriormente já citado acresce que:

A associação da imagem das clínicas a fatores como doenças, dores e clima hostil tem levado diversos profissionais das áreas da saúde, arquitetura, engenharia e design a pensarem em alternativas mais humanizadas para a formatação dos hospitais – sem deixar de lado todos os aspectos técnicos essenciais. (VALEMAM, 2019).

Portanto, por mais que haja várias modalidades de espaços arquitetônicos voltados para o tratamento da dependência química, percebe-se que a qualidade destes edifícios vai contra as reais necessidades de seus usuários. A concepção de um espaço físico voltado para a recuperação da saúde física e mental vai além de simples paredes. O edifício precisa suprir as necessidades dos seus por meio de um apanhado de técnicas que envolva desde funcionalidade, acessibilidade, conforto visual, ambiental, entre outros. A arquitetura precisa assumir sua forma empática e se transformar em um espaço humanizado que interprete e atenda a dinâmica e complexidade dos seus usuários.

3.2. Neuroarquitetura, biofilia e sua aplicabilidade.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022
A neuroarquitetura é a junção da neurociência e toda a sua complexidade com a área da arquitetura. “A origem do termo neuroarquitetura está diretamente ligada à criação da Academy of Neuroscience for Architecture – ANFA, na Califórnia em 2003. Essa instituição tem como objetivo principal o fomento da pesquisa na área”. (BRASIL, 2022).

Assim o conceito de neuroarquitetura vêm sendo muito explorado pelos profissionais ligados ao ramo da construção civil. Ele tem como princípio a utilização e aplicação de técnicas e conhecimentos descobertos pela neurociência nos espaços edificados, tendo como objetivo identificar quais as relações e sensações que as mesmas despertam na cognição das pessoas que frequentam estes espaços (CRÍZEL, 2020). A partir disto Crizel (2020), afirma que:

Esses impactos nem sempre ocorrem no nível consciente do ser, portanto que a compreensão mais aprimorada de como o cérebro humano entende os espaços tem se mostrado uma necessidade aos arquitetos que almejam oferecer uma experiência completa aos usuários. (CRIZEL,2020).

Segundo o autor Vobi (2022) à neurociência integrada aos espaços construídos podem influenciar diretamente a rotina de seus usuários, podendo causar múltiplas “alterações de humor e comportamento, motivar ou desmotivar a permanência, induzir emoções, estimular práticas e impactar desempenho” (VOBI, 2022). O mesmo autor citado ainda acresce, que:

A neuroarquitetura é uma disciplina que se refere aos estudos da neurociência aplicados à arquitetura, trazendo os pressupostos científicos do funcionamento do cérebro humano para as atividades projetuais de Arquitetura. Nesse sentido, explora como os ambientes efetivamente podem trazer melhorias para as pessoas ou como podem ser aprimorados para fornecer experiências saudáveis aos usuários.” (VOBI, 2022).

A partir disto, a Neuroarquitetura pode ser tida como uma ferramenta capaz de gerar estímulos no funcionamento dos cinco sentidos humanos, possibilitando ao indivíduo trabalhar as diferentes áreas de atuação do sistema nervoso

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022
cerebral: visão, audição, olfato, tato e paladar, por meio de estratégias aplicadas
ao espaço edificado (BRASIL, 2022).

Procedimentos ligados à neurociência detectados por meio de ressonâncias magnéticas e eletroencefalogramas apontaram que o uso de elementos aplicados à arquitetura, como o emprego de iluminação em pontos específicos, ventilação e iluminação natural, aplicação de texturas, uso de cores, escolha e disposição dos mobiliários, acústica, temperatura, divisão e amplitude dos ambientes, destravam gatilhos em várias faces do cérebro, fazendo com que este libere várias substâncias químicas, “como hormônios e neurotransmissores, expressões gênicas - produção de proteínas e RNA - até alteração de estados mentais, emoção e comportamento.” (VOBI, 2022)

O autor Vobi (2022) ressalta que muitas das vezes os estímulos provindos dos ambientes acabam por afetar o indivíduo muita das vezes de forma inconsciente, ou seja, o mesmo é afetado pelo ambiente e sente os impactos sem consentir com tais ações. Desta forma, cabe aos profissionais responsáveis pelo projeto empregar os seus conhecimentos de forma ética e responsável, visto que agora, não somente o projeto é de sua responsabilidade, mas se tornam também as emoções e sensações das pessoas frequentes destes espaços. Assim o mesmo acrescenta que cabem aos arquitetos conceber “espaços que promovam um cérebro mais saudável, social e produtivo.” Se tratando especificamente da relação entre arquitetura e espaços que promovem tratamentos voltados para a saúde, como é o caso de clínicas, centros de reabilitação, hospitais, entre outros, se faz necessário o emprego de técnicas que busquem entender quatro dimensões, sendo elas: o indivíduo, qual o objetivo desta neuroarquitetura, tempo de exposição ao local e a ética. (*ibid*, 2022)

Outra ferramenta que tem como objetivo proporcionar bem estar para as pessoas em um ambiente construído e que se enquadra como uma área ligada à neuroarquitetura é a biofilia. Edward Wilson em 1986, afirma em seu livro “Biophilia”, que a biofilia é à conexão emocional existente entre os seres humanos e a natureza que se dá de forma involuntária, por outro lado Nikos

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022
Salingaros (2019) relaciona a biofilia aos estímulos resultantes dos seres humanos expostos ao meio construído conjugado com formas geométricas complexas que fazem alusão ao ambiente natural. (COSTA, 2020).

Existem 3 maneiras para o emprego da natureza em um espaço construído, sendo elas:

- (1) a experiência direta da natureza: por exemplo, através do contato visual com plantas no ambiente,
- (2) a experiência indireta: através do contato visual com obras de arte que retratam cenas da natureza, por exemplo, e
- (3) a experiência simbólica: digamos, através de ornamentos que remetem a características naturais (2007). (KELLERT, 2007 *apud* COSTA, 2020).

A biofilia desta maneira pode ser interpretada como uma estratégia que visa introduzir as peculiaridades do mundo natural aos projetos arquitetônicos, sendo assim materializada através de elementos naturais, como por exemplo, a água, vegetação, luz natural, o uso de elementos naturais como pedra, madeira, ou artificiais que busquem assemelhar-se ao real. Além da inserção de formas e silhuetas orgânicas quebrando a monotonia das linhas retas, e por fim, a preocupação do contexto visual, como entre a luz e sombra. (STOUHI, 2020).

Através do vasto contexto de benefícios que a biofilia traz para o ambiente interno, é possível embasar esta técnica nos projetos de espaços de hospitais e clínicas. Já foi comprovado cientificamente que o contato com a natureza além de acarretar um melhor bem-estar, contribui de forma positiva na recuperação dos pacientes.

Isto acontece porque segundo Vertical Garden (2020), quando um indivíduo tem o contato com elementos da natureza, devido o mesmo já possuir uma tendência genética por conexão com a mesma, sua atenção acaba se direcionando para esta, e assim este acaba tendo uma experiência biofílica, de admiração e contemplação, por conseguinte seu organismo libera substâncias e estímulos que permeiam sobre sua fisiologia e psicologia, fazendo assim com que o

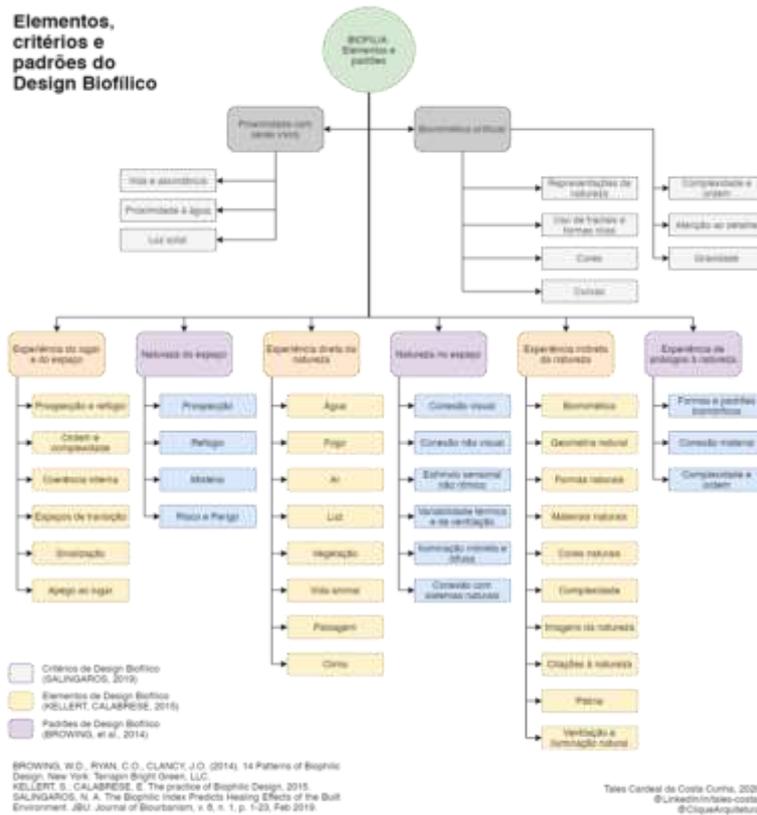
Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022
indivíduo se acalme, reduzindo seu *stress*, angústia, ansiedade, como também
seus maus pensamentos.

Diante desta ideia, o autor Valemam (2019) afirma que:

Estudos realizados por profissionais como Roger Ulrich compararam a recuperação de pacientes em períodos pós-operatórios. Neles, um primeiro grupo teve vista para a paisagem com árvores, enquanto um segundo observou apenas as paredes do cômodo. O grupo com contato visual com a natureza apresentou melhor recuperação, menos comentários negativos por parte das enfermeiras (sobre seus *status* clínicos), redução das complicações pós-operatórias e menor necessidade de analgésicos. (VALEMAM, 2019)

Por meio da aplicação dos conceitos da neuroarquitetura e da biofilia (FIG 01), é possível conceber espaços mais eficientes e que atendam as expectativas fisiológicas e psicológicas de qualquer indivíduo, como também propor espaços para oferta dos mais diversos tratamentos que não oprimam. A forma como um espaço construído se dá e a relação do homem com este é de suma importância para o seu desenvolvimento.

Figura 01: Elementos, critérios e padrões do Design Biofílico.



Fonte: Como aplicar a Biofilia na Arquitetura. Acesso em 03 de abril de 2021.

Através da escolha de elementos, somadas aos padrões e os critérios do *design* biofílico citados no esquema representado na figura acima, é possível conceber refúgios “capazes de proporcionar aos pacientes de um hospital ou espaço para tratamentos uma estadia mais confortável e tranquilizante.” (VALEMAM, 2019).

(...) a Ugreen (2020) traz o entendimento de que o mal planejamento destes ambientes acarreta alguns problemas, tais como: o aumento da disseminação de doenças, maior permanência dos pacientes no hospital, o estresse em pacientes e funcionários.

E todos esses pontos geram despesas nos custos de um hospital. Fica claro, portanto, que a natureza tem um papel importante não só para o bem-estar dos profissionais da área de saúde, mas também para a redução de custo, resultando em menos problemas psicofisiológicos dos funcionários e pacientes (estresse, ansiedade e depressão), além de melhorar a produtividade dos trabalhadores diante do uso da biofilia. Desta forma, o desafio aqui é inserir o natural em um ambiente de caráter hospitalar, pois estes espaços necessitam de um cuidado maior. (FIGUEIREDO, 2022)

Por fim, Valemam (2019) sustenta esta ideia e acresce que:

A utilização de plantas, principalmente árvores, é importante para os hospitais por uma multitude de fatores. Suas cores e formas capturam a atenção dos observadores, dando mais vida à paisagem e gerando contrastes em relação à construção. Principalmente em ambientes externos, elas costumam abrigar espécies de animais como pássaros, citados em pesquisas como elementos calmantes, propícios para a meditação e relaxamento. Isso é especialmente verdade quando temos a combinação do som das folhas ao vento, dos animais e de água corrente – algo possível com a instalação de fontes artificiais, tanto no interior quanto no exterior. As plantas auxiliam também em questões como a qualidade do ar e conforto sonoro, podendo absorver parte do eco provocado por longos corredores ou salas vazias. (VALEMAM,2019).

Ademais, o *design* biofílico é de suma importância para os espaços hospitalares, a participação da natureza durante um processo longo de tratamento é uma forma de amenizar um momento difícil na vida dos indivíduos que frequentam esses espaços, sua propriedade acalmadora restabelece uma conexão entre a mente e o corpo, visto que, ambos estão conectados e se faz necessário uma mente calma para fazer com que o corpo se adapte e suporte com mais facilidade o processo de tratamento. (VERTICAL GARDEN, 2020).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro estudo de caso escolhido para análise foi o *centro de reabilitação psicossocial*, situado em *Alicante*, Espanha, (FIG 03 e 04), com data de construção de 2014, tendo como responsáveis técnicos o escritório *Otxotorena Arquitectos* e Juan M. Otxotorena e José L. Camarasa, como representantes do projeto. O mesmo possui uma arquitetura implantada em um único bloco, em meio à paisagem natural. Este possui espaços destinados a acolher tanto pessoas com graves problemas de transtornos mentais que não necessitam de internação, como espaços que alojam pacientes que necessitam. Outro aspecto é que o centro apresenta alta qualidade no quesito de funcionalidade,

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022
participação da luz natural nos espaços internos e conexão com alguns pontos
de áreas verdes.

Figura 02: Fachada frontal do Centro.



Figura 03: Fachada lateral esquerda do Centro



Fonte: Archdaily. Acesso em 04 de maio de 2021.

Através da análise deste projeto, nota-se que este apresenta características pertinentes ao *design* biofílico, destacando em escopo a biometria artificial, a complexidade e ordem, também há o uso de materiais que permitem a participação da iluminação natural dentro de alguns ambientes (FIG 04) e o uso de cores (FIG 05) que de forma intencional podem promover estímulos cognitivos no indivíduo que fizer experiência deste ambiente.

Figura 04: Elementos translúcidos que permitem captação da ventilação natural.



Figura 05: Grandes vãos que permitem a captação da iluminação natural.



Fonte: Archdaily. Acesso: 05 de maio de 2021

Tendo em vista a análise desse projeto, foram listados potencialidades e fragilidades (Tabela 01), que permeiam a edificação de acordo com os padrões do *Design* Biofílico.

Tabela 01: Potencialidades e fragilidades do Centro de Reabilitação Psicossocial

POTENCIALIDADES	
Implantação da edificação afastada da malha urbana, trazendo assim maior privacidade para os usuários.	Áreas livres externas que possibilitam atividades de contemplação e caminhada.
Espaços de transição.	Uso de técnicas sustentáveis.
Uso de materiais que se harmonizam.	---
Conexão visual entre espaço interno e externo.	Uso da iluminação e ventilação natural para os ambientes internos.
FRAGILIDADES	
Carência de áreas verdes e sombreadas em alguns pontos que compõem o entorno da edificação.	Ausência de cores e de materiais internos que possibilitem espaços mais atrativos e acolhedores.
Ambientes internos compactados.	Ausência de curvas, elementos que remetem ao meio natural.
Ausência de ambientes que remetem aconchego.	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O segundo estudo de caso escolhido foi o Hospital psiquiátrico Helsingor, localizado em Helsingor, Dinamarca (FIG 06). Este foi escolhido por possuir espaços que podem promover a intimidade individual e a contemplação, proporcionando ao usuário a sensação de estar em casa e não em um espaço hospitalar, muitas vezes associados como ambientes frios e que remetem ao sofrimento. O uso de cores e materiais com superfície natural, deixam os espaços mais aconchegantes e prazerosos e menos monótonos. Corredores com grandes vãos de esquadrias de vidro permitem a captação da iluminação natural, considerando as condições climáticas para também não gerar o desconforto térmico (FIG 07). Estas técnicas aplicadas fazem parte dos princípios de neuroarquitetura e biofilia, os quais são de suma importância para fomentar a qualidade arquitetônica e os tratamentos ofertados em instituições deste modelo.

Figura 06: Implantação do Hospital Psiquiátrico Helsingor.



Fonte: Arquitecturaviva. Acesso em 07 de maio de 2021.

Este projeto, quando comparado ao primeiro estudo de caso, destaca-se devido ao grande uso de elementos e padrões, que valorizam experiências ao longo do percurso pelos seus espaços: existem espaços de prospecção e refúgio, apego ao lugar devido a linguagem que remete a extensão de uma residência, seja pela linguagem dos mobiliários em formatos mais orgânicos, cores, materiais e texturas das paredes, pisos e dos próprios móveis. Ainda, esses espaços de circulação permitem experiência direta da natureza, seja por contato visual da paisagem ou por contato tátil com ela pelos jardins nas áreas de convivência (FIG 08). Ainda, observa-se mistério proporcionado por meio do ar, que promove estímulos sensoriais pelas fragrâncias de cada vegetação.

Para mais, torna-se possível afirmar que a iluminação natural se apresenta de forma exorbitante neste projeto e assim:

O uso de luz natural traz ânimo e melhora o humor, além de ser muito benéfico para o conforto lumínico e para a saúde, pois auxilia na regulação do ciclo circadiano - o relógio biológico - responsável por regular os ritmos fisiológicos e psicológicos em um período de 24 horas, influenciando no sono, liberação de hormônios, expressão genética, etc. O aproveitamento da luz natural deve ser prioridade no projeto, visando posicionar mobiliários próximo a janelas, utilizando claraboias, rasgos de luz, dentre outros elementos. (VOBI, 2022)



Architonic. Acesso em 07 de maio de 2021

Tendo em vista a análise do projeto descrito, foram listadas potencialidades e fragilidades (Tabela 02), que permeiam a edificação de acordo com os padrões do *Design Biofílico* e *Neuroarquitetura*.

Tabela 02: Potencialidade e fragilidades do Hospital Psiquiátrico Helsingor.

POTENCIALIDADES	
Espaços que promovem a experiência de prospecção e refúgio.	Uso de técnicas sustentáveis e bioclimáticas.
Experiência de apego ao lugar devido à linguagem empregada remeter a uma residência.	Materiais com formas orgânicas, possibilitando a introdução da natureza de forma indireta.
Uso de materiais que se harmonizam.	Aplicabilidade de diferentes materiais e texturas.
Uso da iluminação e ventilação natural para os ambientes internos.	Alternância de cores vibrantes e neutras que promovem estímulos cognitivos.
Uso de materiais translúcidos que promovem a permeabilidade visual.	Contato direto com a natureza por meio da visão e pelo tato, este último se dá pelo contato com as plantas dos jardins.
FRAGILIDADES	
Ausência de materiais para controle da insolação interna.	-

O terceiro estudo de caso é o Centro de Reabilitação do Hospital Sarah Kubitschek Brasília Lago Norte (FIG 09), idealizado pelo arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé). Ele está localizado em Brasília, Lago Norte, Brasil. Devido o projeto ser implantado em uma área pequena, teve-se como necessidade expandir os limites das paredes, desta forma, a natureza ganhou lugar de grande importância, “não havia mais áreas disponíveis para a expansão das atividades de pesquisas direcionadas, particularmente para o campo da neurologia. A nova unidade foi implantada ao lado do lago norte, possibilitando a reabilitação física através da prática de esportes náuticos e forte estrutura para pesquisa e treinamento.” (RMML ARQUITETURA, 2016).

Figura 09: Ventilação e iluminação captadas por meio de estratégias biofílicas



Fonte: Archdaily. Acesso em 16/02/2023

Assim, este projeto implantado em solo brasileiro, quando contraposto com as duas primeiras obras análogas já analisadas, se destaca por poder entender um contexto nacional. O edifício se molda de forma proposital na busca da iluminação natural e ventilação cruzada, os movimentos da cobertura se desdobram através de seu *design* imponente e orgânico, na captação da iluminação natural indireta.

Figuras 10 e 11: Espaços internos do Centro de Reabilitação do Hospital Sarah Kubitschek Brasília Lago Norte



Fonte: Nelson Kon. disponível em: <<http://www.nelsonkon.com.br/centro-de-reabilitacao-sarah-kubitschek-lago-norte/>>. Acesso em 16 de fev. de /2023

É de fácil percepção detectar a aplicabilidade de várias estratégias ligadas ao *design* biofílico e a neuroarquitetura nesta edificação. Tudo isto se dá ao passo em que a experiência do espaço é a partir do contato direto com a natureza por meio de elementos como a água em uma piscina como mimetização de um lago, entrada de ar e luz a partir de estratégias arquitetônicas como o efeito chaminé e *sheds* por boa parte da cobertura, presença de vegetação no entorno e nos ambientes internos, a possibilidade de contato com areia na parte infantil como apresentado na Figura 11, piso imitando pedras e cores animadas e diversas nas paredes e detalhes. Também neste mesmo aspecto, quando permite por meio de elementos proporcionar ambientes que fogem dos padrões hospitalares convencionais, permitindo ao usuário fazer experiências de prospecção e refúgio, suscitando nos indivíduos o sentimento de apego ao lugar.

Tendo em vista a análise do projeto descrito, foram listadas potencialidades e fragilidades (Tabela 03), que permeiam a edificação de acordo com os padrões do *Design* Biofílico.

Tabela 03: Potencialidade e fragilidades do Centro de Reabilitação do Hospital Sarah Kubitschek Brasília Lago Norte

POTENCIALIDADES	
Emprego de formas orgânicas que promovem um contato indireto com a natureza.	Áreas livres externas que possibilitam atividades de contemplação e caminhada.
Espaços de transição.	Emprego da ventilação cruzada.
Uso da natureza de forma direta através da água e paisagem.	Uso de materiais com diferentes texturas
Conexão visual entre espaço interno e externo.	Uso da iluminação e ventilação natural para os ambientes internos.
Espaços que provêm a experiência de prospecção e refúgio.	Uso de cores em vários ambientes.
FRAGILIDADES	
-	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise das obras análogas, nota-se que todas possuem aspectos os quais se encaixam dentro dos parâmetros da neuroarquitetura e do *design* biofílico e se destacam em suas particularidades, pois, cada valeu-se de diferentes métodos, os quais possuem a mesma finalidade: A recuperação dos seus pacientes de uma forma mais humanizada. Portanto, pensado que o mesmo pode ser percebido nos centros de reabilitação por meio desta pesquisa, compreende-se que se faz necessário a reformulação de novos espaços arquitetônicos que ofereçam tratamento para dependentes químicos, os tornando mais assertivos e humanizados.

Comparando os estudos de casos, percebe-se que os contextos nacionais e internacionais são diferentes e precisam ser considerados em projeto visando mais intimidade com os usuários do espaço projetado. Demandam cuidados técnicos especiais devido aos padrões climáticos e outras características específicas de cada localidade. O Brasil, por exemplo, é um país com diversas

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

regiões bioclimáticas e muitas vezes o caminho do sol deve ser considerado por questões térmicas, além das lumínicas. As grandes aberturas são interessantes para o contato visual do paciente com a paisagem e para a possibilidade de iluminação natural, mas quando se tem uma incidência muito intensa, precisa-se de estratégias de proteção, como brises ou de refrescamento do espaço como possibilitar ventilação passiva. Os períodos chuvosos longos também são interessantes de serem considerados para a proposta de jardins integrados às áreas de convivência e tratamento, por exemplo, considerando a possibilidade de problemas com a umidade. Ainda, é necessário entender contextos culturais da região para indicar os melhores materiais, cores, formas e texturas. O espaço projetado precisa oferecer a sensação de pertencimento e conforto aos seus pacientes, assim como a biofilia e a neuroarquitetura propõem.

Para isso, é de suma importância que os profissionais ligados ao campo da construção civil e do *design* busquem aprimorar os seus conhecimentos, tendo sempre como foco o bem estar, qualidade de vida e conforto do seu público. Os responsáveis técnicos pelo projeto precisam assumir uma postura ética e entender qual a finalidade do ambiente concebido, para que assim, busquem respeitar e atender as demandas do público-alvo, e quais emoções desejam que o ambiente desperte nestes.

Os padrões estabelecidos pelos parâmetros da neuroarquitetura e do *design* biofílico precisam deixar de serem considerados apenas elementos decorativos e precisam ser tidos como colaboradores na produção de espaços mais saudáveis e que abracem os seus usuários, promovendo assim o desencadear de emoções provindas do contato com variados tipos de materiais, texturas, cores, cheiros, sons, temperaturas, contribuindo assim de forma positiva nos tratamentos clínicos.

6. REFERÊNCIAS

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022
ANDRADE, Suélen. **Capitação de Monitores e Profissionais das Comunidades Terapêuticas**. Publicado em SEAD/UFSC, 2019.386 p: il,tab.,graf. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/23102020_senapred_compacta.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2021.

ANDRETTA, I.; OLIVEIRA, M. S.. A entrevista motivacional em adolescentes usuários de droga que cometeram ato infracional. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.24, nº2, 2011, p.218-226.

AMADERA, Gustavo Daud. **Tratamento da Dependência Química**. Adicção.KIAI.med.br 2020. Disponível em: <<https://kiai.med.br/formas-de-tratamento-da-dependencia-quimica-adiccao/>>. Acesso em 24 de abril de 2021.

ARCHDAILY. **Centro de Reabilitação Psicossocial / Otxotorena Arquitectos" [Center for Psychosocial Rehabilitation / Otxotorena Arquitectos**. Publicado em 06 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/625185/centro-de-reabilitacao-psicossocial-otxotorena-arquitectos>> ISSN 0719-8906. Acesso em 19 de abril de 2021.

ARQUITECTURAVIVA. **Hospital Psiquiátrico, Elsinor**. Publicado em 07 de maio de 2021. Disponível em: <<https://arquitecturaviva.com/works/hospital-psiquiatrico-4>>. Acesso em 07 de maio de 2021.

BRASIL, Roca. **Neuroarquitetura: a união entre a Arquitetura e a Neurociência**. Publicado em 08 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.rocaceramica.com.br/blog/neuroarquitetura-e-ciencia/>>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2022.

COSTA, Tales. **Biofilia: o que é e qual sua importância para arquitetura?**. Publicado em 19 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.cliquearquitetura.com.br/artigo/biofilia:-o-que-e-e-qual-sua-importancia-para-arquitetura?.html>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

CRAUSS, R. M. G.; ABAID, J. L. W.. A dependência química e o tratamento de desintoxicação hospitalar na fala dos usuários. *Contextos Clínicos*, v.5, nº1, 2012, p.62-72.

CRÍZEL, Lorí. **Entendendo melhor sobre neuroarquitetura**. Publicado em 13 de março de 2020. Disponível em: <<http://www.loricrizel.arq.br/entendendo-melhor-sobre-neuroarquitetura/>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

ESCOHOTADO, Antonio. **História general de las drogas** . 6. ed. Madrid: Espasa, 2007.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022
FIGUEIREDO, Daniel de Oliveira. **O Design Biofílico e o Estresse em Trabalhadores de Ambiente Hospitalar: Uma Revisão Integrativa.** 2022, 22p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Higiene Ocupacional), Instituto Federal da Paraíba, Patos, 2022.

GUIDOLIN, Eduardo Augusto. **Estudos apontam que o Brasil é um dos maiores consumidores de drogas no mundo.** Publicado em 01 de Julho de 2019. Disponível em: <<https://www.prosaude.org.br/noticias/estudos-apontam-que-o-brasil-e-um-dos-maiores-consumidores-de-drogas-no-mundo/>>. Acesso em 07 de março de 2021.

HOSPITAL SANTA MÔNICA. **Quais são os tipos de tratamento para dependentes químicos mais indicados?** Publicado em 29 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://hospitalsantamonica.com.br/quais-sao-os-tipos-de-tratamento-para-dependentes-quimicos-mais-indicados/>>. Acesso em 15 de março de 2021.

KELLERT, S.; CALABRESE, E. **The practice of Biophilic Design**, 2015. Disponível em: <https://biophilicdesign.umn.edu/sites/biophilic-net-positive.umn.edu/files/2021-09/2015_Kellert%20_The_Practice_of_Biophilic_Design.pdf>. Acesso em 08 de jan. de 2020.

MALAGODI B, GREGUOL M, SERASSUELO JUNIOR H. **Análise do equilíbrio corporal e aptidão física de indivíduos em tratamento para dependência química.** Rev Bras Atividade Física Saúde. 2018;23:1–9

MORAES, Daniel. C, BARRETO-NETO, Heráclito, M.B. **O panorama conceitual e histórico do uso de drogas: uma necessária compreensão da autonomia, para além do proibicionismo imediatista.** 1 ed. Conpedi, 2014. Disponível em: <<https://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7d757465b17e6b28>>. Acesso em 03 de março de 2021.

NUNES, Laura M., JÓLLUSKIN, Gloria. **O uso de Drogas: Breve análise histórica e social.** Publicado em 2007. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/61007124.pdf>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2023.

POIARES, Carlos Alberto. **Análise Psicocriminal das Drogas.** O Discurso do Legislador. Porto: Almeida & Leitão Ltda, 1999.

RMML ARQUITETURA. **Análise de projeto- Sarah Brasília Lago Norte- João Filgueiras Lima (Lelé).** Publicado em 07 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://rmmlarquitetura.blogspot.com/2016/12/v-behaviorurldefaultvml_7.html?m=1>. Acesso em 18 de fevereiro de 2022.

SELBMAN, Fabrício. **Dependência química: tipos, sintomas e melhores tratamentos.** Publicado em 12 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.gruporecanto.com.br/2019/blog/dependencia-quimica-tipos-sintomas-e-melhores-tratamentos-2/>>. Acesso em 12 de março de 2021.

SELBMAN, Fabrício. **Quem é Dependente Químico e como tratar.** Publicado em 15 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.gruporecanto.com.br/blog/dependente-quimico/>>. Acesso em 21 de abril de 2021.

SOUSA, Patrícia Fonseca *et al.* Dependentes químicos em tratamento: um estudo sobre a motivação para mudança. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 259-268, 2013.

STOUHI, Dima. **Os benefícios da biofilia para a arquitetura e os espaços interiores.** Publicado em 10 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/927908/os-beneficios-da-biofilia-para-a-arquitetura-e-os-espacos-interiores>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

VALEMAM. **Hospitais usam o design e a natureza para ajudar a curar os pacientes.** Publicado em 19 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://valemam.com.br/hospitais-usam-o-design-e-a-natureza-para-ajudar-a-curar-os-pacientes/>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2021.

VERTICAL GARDEN. **A aplicação do design biofílico na arquitetura hospitalar.** Publicado em 21 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.verticalgarden.com.br/post/aplicacao-do-design-biofilico-na-arquitetura-hospitalar>>. Acesso em 03 de abril de 2020.

VOBI. **O que é neuroarquitetura e como aplicá-la para beneficiar seus usuários.** Disponível em: <<https://www.vobi.com.br/blog/neuroarquitetura>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2023.

UGREEN. **Hospitais e a Biofilia como Aliada na Cura.** 2020. Disponível em: <<https://www.ugreen.com.br/hospitais-e-a-biofilia-como-aliada-na-cura/>>. Acesso em: 08 dezembro de 2020.

UM CENTRO DE ACOLHIMENTO E INSERÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS LGBTQIA+ EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA CIDADE DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG.

Rafael Jardim¹

Tatiane Fernandes Matias Pereira²

Arnaldo Carvalho³

RESUMO

Este trabalho discute sobre a realidade brasileira da comunidade LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social, o mercado de trabalho, o perfil escolar, os seus direitos e a importância desses para uma sociedade diversa, como forma de criar subsídios teóricos, para a proposta de um projeto arquitetônico de um Centro de acolhimento e inserção social para pessoas LGBTQIA+ na cidade de Conselheiro Lafaiete/MG. Também buscou-se analisar as necessidades da população em específico, o recorte urbano da região onde será implantado o projeto, seus acessos, serviços à edificação e aspectos projetuais, que incidem sobre o terreno, o que possibilitou chegar ao final desta proposta de trabalho em um conceito, partido e em uma proposta arquitetônica para a cidade de Conselheiro Lafaiete. Assim, apresentar o projeto e as decisões que nortearam cada escolha dos ambientes que consolidam a proposta.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo; Comunidade LGBTQIA+; Vulnerabilidade Social; Centro de Acolhimento;

ABSTRACT

This paper discusses the Brazilian reality of the LGBTQIA+ community in situations of social vulnerability, the labor market, the school profile, their rights, and the importance of these for a diverse society, as a way of creating theoretical subsidies for the proposal of an architectural project of a welcoming and social inclusion center for LGBTQIA+ people in the city of Conselheiro Lafaiete/MG. The needs of the specific population, the urban cut of the region where the project will be implemented, its accesses, services to the building, and project aspects that affect the land were also analyzed, which allowed reaching the end of this work proposal in a concept, approach, and architectural proposal for the city of Conselheiro Lafaiete. Thus, presenting the project and the decisions that guided each choice of the environments that consolidate the proposal.

Keywords: Architecture and Urbanism; LGBTQIA+ Community; Social Vulnerability; Welcoming Center; Social Inclusion

¹ Aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR - rafaewilliam1@hotmail.com

² Professora Universitária, no Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR - tatiifernandes16@gmail.com

³ Professor Universitário, no Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR - arnaldoc13@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o termo que se refere a comunidade LGBTQIA+ vem sofrendo recorrentes mudanças, sempre buscando englobar a sua diversidade de representações.

[A sigla] nasceu primordialmente representada pela sigla GLS, que incluía unicamente os gays, as lésbicas e simpatizantes, uma sigla a essa altura com grande foco no comercial. Com a revelação de outras homossexualidades que ainda se mostravam distintas daquelas que eram representadas, novas siglas foram nascendo, novos termos e novos conceitos. Foi no ano de 2005, no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, que a letra “b”, de bissexuais, passou a fazer parte oficialmente da sigla, tal como foi onde ocorreu a conciliação de que a letra “t” passaria a referir igualmente aos indivíduos travestis, transexuais, e transgêneros dentro da comunidade. Posteriormente, a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) se tornaria a denominação oficial, conforme aprovado pela I Conferência Nacional GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Mesmo que uma decisão recente, a sigla continua em mudança. Nos meios de militância, ainda surgem novas letras para representar novas homossexualidades, como o “i” de intersex, o “q” de queer e o “a” de agêneros e 11 assexuados (BORTOLETTO, 2019).

Portanto, nos últimos anos a sigla LGBTQIA+ passou por várias alterações, mas a pauta sempre permaneceu sendo respeito e inclusão de pessoas com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Ao longo dos anos, com o fortalecimento de outras identidades, como intersexuais, e de orientações sexuais, como os assexuais, passou-se a se adotar o LGBTQIA+, como se fosse uma conceituação contínua e abrangente. O símbolo “+” abrange as pessoas que se sintam incluídas ou representadas pelo movimento, mesmo sem identidade expressa pelas demais siglas. Isso inclui minorias, simpatizantes e familiares apoiados no tema da diversidade. Dentro das discussões relacionadas ao movimento, questões sérias como a violência e discriminação chamam cada vez mais defensores da causa (FUNDACRED, 2020).

Sobre o preconceito voltado a este público, também é algo que infelizmente marca a história. Dessa forma, existe a associação da homossexualidade com

adjetivos negativos, como pecado ou doença. Verifica-se que desde a antiguidade, as relações homossexuais são marcadas por estereótipos, rejeições, perseguições e teorias que buscavam de algum modo, em maior ou menor grau, apresentar a visão de uma situação distante da normalidade dos padrões humanos (ROCHA; CARVALHO NETO; PIO, 2021, p.06).

Essa população historicamente tem sido tratada sob os aspectos teológicos, morais ou mesmo médicos. Por exemplo, o termo homossexual surgiu em 1869, tendo sido definido pelo médico Karoly Maria Benkerdsua, e a abordagem do homossexualismo levou, por muitas décadas, à ideia da busca por causas e tratamentos para algo, até então, visto como uma patologia. A partir de muita luta do movimento LGBTQIA+, o uso desse termo vem sendo combatido desde a retirada pela Organização Mundial de Saúde, em 1990, da homossexualidade das listas de doenças na Classificação Internacional de Doenças (CARVALHO; BARRETO, 2021)

Ademais, ao longo de muitos anos a homossexualidade foi definida como uma patologia ou até mesmo como uma perversão, o que possibilitava um espaço de censura e opressão desse público.

No Brasil, a homossexualidade teve um tratamento análogo a países como Estados Unidos e Canadá, sendo a homossexualidade vista como doença a ser tratada ou eliminada. Em 1890, o Código Penal brasileiro previa a punição para práticas homossexuais entre homens, as referências nos textos eram sutis, com utilização de palavras como "atentado ao pudor" e "libidinagem", o que permite várias interpretações por parte dos juristas (GREEN, 2000 *apud* SOUZA; PEREIRA, 2013, p.81).

Considerando todo este cenário desfavorável, a minoria que representa a comunidade LGBTQ+ foi construída pela necessidade de agrupamento político em luta pelo acesso a direitos, para o enfrentamento de inúmeros tipos de vulnerabilidades sociais, combate a preconceitos e estigmas sociais, que pelos padrões impostos, muitas vezes são legitimados e aceitos por boa parte da população como reais. Infelizmente, a imagem negativa construída desse público gera consequências prejudiciais à vida do indivíduo que dele faz parte, convivendo com elas diariamente.

A imagem construída e propagada nas relações acerca destes sujeitos é vinculada à doença, pecado e depravação. Através de um viés individual é perceptível o sofrimento psicológico, estresse, visão negativa de si e dos outros, que influencia em seu comportamento, simultaneamente, em uma visão global estes grupos enfrentam desigualdade na garantia de seus direitos humanos, estando expostos a situações de violência e homicídio em vários ambientes, mal tratamento e negligência em serviços públicos, além do contato com condições que reforçam sua marginalização (DE OLIVEIRA *et al.*, 2022, p.226).

Os autores acima citados, faz uma análise a partir de outros estudos e levanta alguns pontos relacionados aos aspectos morais e sociais, em que a comunidade LGBTQIA+ sofrem consequências de acordo com fatores de vulnerabilidade. Eles demonstram como a estigmatização da orientação sexual e identidade de gênero geram preconceitos, discriminação, violência e sofrimento psicológico. São apresentados outros fatores como núcleos familiares excludentes; Associação entre HIV/AIDS e a população LGBTQIA+; Serviço de saúde como ambiente excludente; *bullyings* nas escolas, em um ambiente escolar despreparado, que causam muitas vezes a evasão escolar, baixa escolaridade e processos discriminatórios desse público. Ainda, a baixa presença de membros dessa comunidade LGBTQIA+ no mercado de trabalho formal e falta de segurança, seja pela indiferença policial e subnotificação de casos de crimes contra essa população. Outros pontos são levantados como condições socioeconômicas desfavorecidas, criminalização e legislação enviesada, falta de auxílios governamentais, população em situação de rua ou de prostituição (*ibid*, 2022, p.228-231).

Apesar de já ser uma população que passa por um processo histórico de sofrimento e busca da aceitação social, “a pandemia de Coronavírus (COVID-19) “descortinou” vulnerabilidades comuns à população LGBTQIA+, tais como trabalho e renda, saúde mental, direito à vida e violação às suas mais diversas formas de existências” (SILVA, 2020).

Dessa forma, a realidade dessa comunidade é uma busca contínua por direitos básicos e reconhecimento social e que foi ainda mais necessário nesses últimos anos de pandemia. Já se percebe um caminhar na direção da aceitação da

diversidade pela sociedade, algumas vitórias já foram possíveis, mas muito ainda precisa acontecer.

A garantia de direitos da população LGBTQIA+ ao longo dos últimos anos tem se tornado uma construção política adquirida em conquistas fragmentadas e por meio de lutas dia após dia, onde se esbarra diretamente na crescente linha de movimentos e ataques homofóbicos que se apresentam na sociedade brasileira. Trata-se de uma luta que envolve a perspectiva do reconhecimento do direito e importância da diversidade em uma sociedade predominantemente heteronormativa. Essa perspectiva se agrava em meio a uma série de discursos preconceituosos que ressaltam uma série de tipos de violências práticas, que vai desde a segregação (evitação), até a violência física e assassinato de pessoas que não se apresentam no padrão heteronormativo que predomina em toda a sociedade. Nesse sentido, no cenário brasileiro atual, a violência verbal, física e até mortes vem ocorrendo cada dia mais, mesmo que muitas vezes essas violências não são notificadas ou entendidas como específicas a este grupo pela sociedade, e grande parte dos culpados seguem sem serem condenados pelos seus atos perante a justiça (DOS SANTOS, 2019)

Dessa forma, lembrando que no Brasil existe a subnotificação de registros de violência contra a comunidade LGBTQIA+, ou seja, os números são maiores que os registrados, segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), o país já tem “a maior quantidade de registros de crimes letais contra LGBT do mundo”, seguido pelo México e Estados Unidos. Em 2018, o GGB registrou que 420 LGBT tiveram mortes violentas no Brasil, ou seja, a cada 20 horas é assassinado um indivíduo LGBT” (MENDES; SILVA, 2020).

Dessa forma, a partir da problemática levantada, fica o questionamento: Como garantir um espaço adequado para acolher as pessoas da comunidade LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social?

Portanto, este estudo tem como objetivo apresentar uma proposta projetual de um centro de acolhimento e inserção social para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social, considerando a realidade da cidade de Conselheiro Lafaiete/MG. E assim, demonstrar a importância de um projeto arquitetônico que garanta os direitos mínimos para a sobrevivência dessa parcela da população.

Sobre a cidade de Conselheiro Lafaiete, os últimos dados da secretaria de segurança pública, realizado em 2011, apontam que a cidade não tem uma realidade diferente e já descrita sobre o país (BRASIL, 2011). O município em todo o seu perímetro territorial não contempla nenhuma associação, centro ou entidade de acolhimento e assistência ao público LGBTQIA+. Além disso, políticas públicas a comunidade LGBTQIA+ são temáticas com baixa relevância, isso quando são tratadas. O que colabora diretamente com um cenário de exclusão e preconceito. Infelizmente a cidade de Conselheiro Lafaiete apresenta um quadro hostil para a comunidade LGBTQIA+ e demanda propostas pertinentes para a melhoria deste cenário.

Na página eletrônica da Prefeitura Municipal da Cidade de Conselheiro Lafaiete, na busca de informações acerca de tema, encontra-se que a última publicação voltada a comunidade LGBTQIA+ foi em outubro de 2015, com a primeira e até então última, conferência dos Direitos LGBT - Com o tema “Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. A conferência reuniu representantes de vários segmentos, entre eles NAP (Núcleo Antipreconceito), Grupo Cultural da Diversidade Sexual LGBT de Conselheiro Lafaiete Ideias Coloridas, Movimento Negro, ativistas de cidades integrantes da regional Vertentes, membros da Superintendência Regional de Saúde de Barbacena, do núcleo regional da Secretaria Estadual de Defesa Social e da Secretaria Estadual de Educação (ASCOM, 2015).

Apesar da Conferência e dos importantes apontamentos, o panorama atual da discussão dos direitos da LGBT's na cidade de Conselheiro Lafaiete, não mudou, não abriu espaço para a discussão da pauta e não apresentou medidas efetivas a serem tomadas pelo setor legislativo.

Como já sinalizado anteriormente, jovens LGBTQIA+ não estão presentes na construção de políticas públicas que os afetam diretamente, logo não podem contribuir com relatos sobre suas dificuldades e, sobretudo, necessidades. Daniliauskas (2016) reitera que estes não são ouvidos/as em suas críticas e sugestões nos conselhos nacionais. Reforça ainda que existem

resistências internas no próprio governo e boicotes por grupos religiosos (SILVA, 2020).

Portanto, se faz necessário propostas efetivas que busquem mudar o cenário e a realidade do Município em relação ao assunto tratado neste estudo. Com isto, o “Centro Liberdade LGBTQIA+” assim chamado pelo autor, seria de relevante referência para a comunidade LGBTQIA+ na cidade de Conselheiro Lafaiete e, também, para o Estado de Minas Gerais. Seria capaz de acolher, tratar, qualificar e empoderar a comunidade promovendo discussões acerca do tema para o município, que infelizmente não aborda o tema com a necessária relevância.

A estrutura proposta para o centro busca beneficiar a população LGBTQIA+ numa escala, que seria um marco para a Cidade de Conselheiro Lafaiete, uma transição de negligência e esquecimento do setor público e privado para um acender de serviços à disposição da diversidade e um parecer de inclusão e cidadania a esta classe hoje, ainda tão vulnerável.

2. MATERIAIS E MÉTODO

O estudo em questão dividiu-se em duas partes. Na primeira etapa, buscou-se apresentar revisão de literatura para compreensão e levantamento de dados do cenário LGBTQIA+ no Brasil e também no cenário da cidade de Conselheiro Lafaiete/MG.

Ao final, foi apresentado as análises das áreas de intervenção e as características relevantes pensadas para a proposta de projeto arquitetônico de um centro de acolhimento e inserção social para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social na cidade de Conselheiro Lafaiete/MG. O estudo da edificação proposta faz parte de um trabalho de conclusão do curso de arquitetura e urbanismo no Centro Universitário Santa Rita - UNIFASAR. É bom realçar que o projeto é apenas uma proposta e não foi construído. A

importância de apresentação é a discussão das possibilidades que podem ser ofertadas para este público.

3. O PROJETO DE UM CENTRO DE ACOLHIMENTO E INSERÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS LGBTQIA+ NA CIDADE DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG

Observa-se que grupos minoritários, como a população LGBTQIA+, negros, mulheres e outro grupos que lutam diariamente para terem o direito à cidade, que inclui a necessidade de espaços mais seguros, o direito de ir e vir sem proibições, liberdade de expressão e garantia dos serviços básicos, sem distinção. Como escreve, Silva (2021):

A manutenção dessa realidade preconceituosa e discriminatória é refletida na negação diária de acesso aos espaços, públicos e privados, direitos e serviços públicos, que expõe a exclusão da teorização de um direito à cidade universal, inclusiva e igualitária, e nos altos números de violência contra a comunidade LGBTQIA+ (SILVA, 2021, p.12).

Nesse sentido, como normalmente alguns dos usuários de um espaço urbano oferecem resistência ao compartilhamento de ambiente com aqueles reconhecidos como “fora do padrão”, mesmo que por um olhar discriminatório, existe uma tendência dessa comunidade ser marginalizada e excluída, resultando na produção de violências sistêmicas advindas da LGBTfobia. Assim, se torna comum espaços dedicados ao uso exclusivo aos indivíduos que se reconhecem parte da comunidade LGBTQIA+, não como interesse de se auto excluírem da sociedade, mas como um ato de sobrevivência e busca do se sentirem livres.

Como sinaliza Castañeda (2007), existe uma forte tendência por parte da comunidade LGBTQIA+ em uma “guetificação” que, neste sentido, trata-se sobretudo de uma estratégia de sobrevivência mediante às violências direcionadas às diversas formas de vivências LGBTs, uma vez que os mesmos não sentem-se seguros em ambientes que costumam lhe ser hostis. Esta tendência acaba por legitimar

e produzir lugares exclusivos para determinados indivíduos (SILVA, 2020).

Dessa forma, considerando, sobre a importância de projetar espaços que promovam a troca e a promoção da diversidade e ainda, garantam o direito à cidade a todos que dela precisam fazer uso, a proposta projetual que será apresentada neste trabalho, buscou o melhor local dentro da cidade de Conselheiro Lafaiete.

Assim, na busca de desenvolver um centro de acolhimento e inserção social para pessoas LGBTQIA+, escolheu-se um local de implantação que poderia garantir o acesso à serviços básicos à esta população em situação de vulnerabilidade social. Ainda, bem próximo da região central da cidade e buscando a saúde e o bem-estar dos futuros usuários da edificação. Foi escolhido a quadra 06 do bairro Ouro Verde, que possui 2.280,44m² e está localizada na Zona Comercial 5 (ZC5) conforme a Lei de Uso de Ocupação do Solo vigente na cidade de Conselheiro Lafaiete. Uma região em crescimento, com edificações de uso comercial e residencial. (FIG. 01)

Fig. 01. Área escolhida para implantação do Centro de acolhimento LGBTQIA+.



Acervo dos autores, (2022).

O terreno apresenta desnível de 6 metros, o que torna o aclave tranquilo, considerando toda a sua extensão, conforme indicado pelas curvas de nível na figura abaixo. (FIG. 02)

Figura 02 – Quadra 06, topográfica e delimitação do terreno.

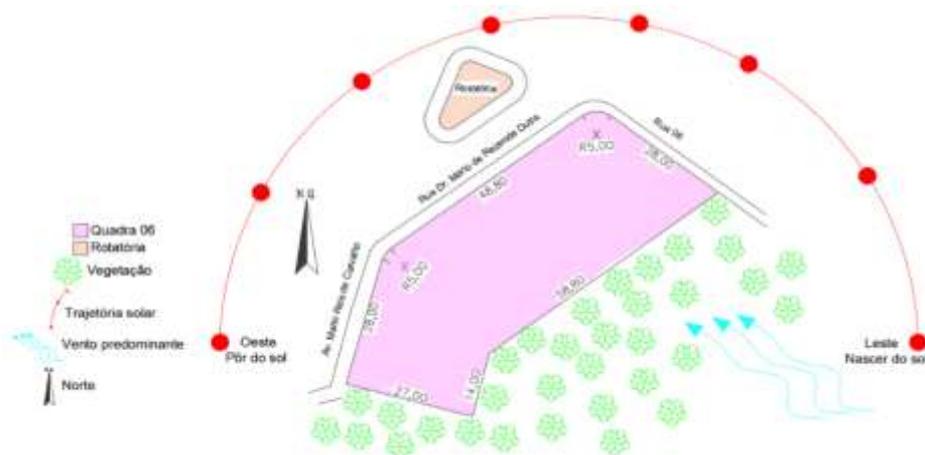


Acervo dos autores, (2022). – Sem escala

A fachada posterior da quadra é voltada para a área da mata. As outras três são respectivamente para Av. Mário Reis de Carvalho, para a Rua Dr. Mario de Rezende Dutra e para a Rua 06, o que permite a integração do edifício com a região e várias possibilidades de acesso. (FIG. 02)

Outro ponto importante, é ponderar sobre a exposição solar e edificar espaços que influenciam as pessoas a levar uma vida mais ativa e saudável. Conforme figura 03, pode-se observar a trajetória solar sobre a quadra 06, escolhida para a implantação da futura proposta arquitetônica. (FIG. 03)

Figura 03 - Quadra 06, Bairro Ouro Verde - Trajetória solar



Acervo dos autores, (2022).

A Rua Dr. Mario de Rezende Dutra receberá a fachada frontal e como tem a maior parte voltada à Norte, teve que receber uma proteção solar nas aberturas. E buscando explorar a melhor insolação, a fachada posterior foi a mais viável para criação de grandes aberturas, sem se preocupar necessariamente com algum tipo de proteção, pois contempla o sol matutino e está diretamente conectada com a área de preservação permanente (APP).

Outro fator, que colabora para a escolha desta quadra, foi o fato de que a mesma possui em seu entorno grandes áreas de preservação permanente, que conseqüentemente melhoram a qualidade de vida, favorecendo a privacidade e o contato direto com a natureza. (FIG 04)

Figura 04– Entorno do terreno



Acervo dos autores, (2022).

O “Centro Liberdade LGBTQIA+” surge com o intuito de construir principalmente, um refúgio para as pessoas LGBTQIA+ em Conselheiro Lafaiete. A proposta cria estrutura básica para estas pessoas terem uma vida plena, saudável, integrada e até mesmo criarem laços afetivos que fortaleçam seu movimento de resistência. Além disso, o “Centro Liberdade LGBTQIA+” também visa a inserção da comunidade na sociedade através de ferramentas educacionais, funcionando como um centro educacional, atuando junto às escolas e universidades por meio de palestras educativas, que poderão ser fornecidas tanto para a sociedade em geral, quanto para o público-alvo.

A estrutura do “Centro Liberdade LGBTQIA+” foi pensado para contemplar espaços sede de ONG’s, áreas administrativas, áreas educacionais, áreas de atendimento comunitário e serviços sociais. Pode atuar também, como centro de empoderamento da causa, servindo à população no entorno e oferecendo ainda espaços públicos para manifestações culturais e artísticas.

A proposta também foi projetada com cunho sustentável, atentando-se a uma construção racional, buscando a máxima eficiência energética, com materiais sustentáveis e que influenciem no conforto ambiental da edificação, além de aplicar um pouco do *design* biofílico como parte do princípio de cura e bem-estar.

Visto isso, e sabendo que o *design* biofílico pode ser utilizado como parte do tratamento de pessoas que precisam de assistência à saúde psicológica ou a saúde física, a composição do entorno privilegia o empreendimento no aspecto ambiental, e também, colabora com a construção de espaços de contemplação pública e individual, considerando a vasta natureza presente *in loco*. Nas figuras acima pode-se observar a vegetação existente no local, o paisagismo em foco e a comunicação dos espaços de circulação externos e internos do projeto.

Portanto, o centro foi planejado no entorno de um paisagismo que incentiva uma vida mais ativa ao ar livre, incentivando os usuários a perpassar e permanecer nas áreas de convívio. Almejando a interação dos usuários, o projeto utiliza o pavimento térreo como opção de passagem para os pedestres da rua, o que faz

com que o edifício seja utilizado e percebido mesmo sem a intenção do transeunte, através do fluxo cruzado em seu interior que será de acesso público e contará com uma praça. (FIG. 05)

Figura 05 – Projeto de Paisagismo e área de convivência

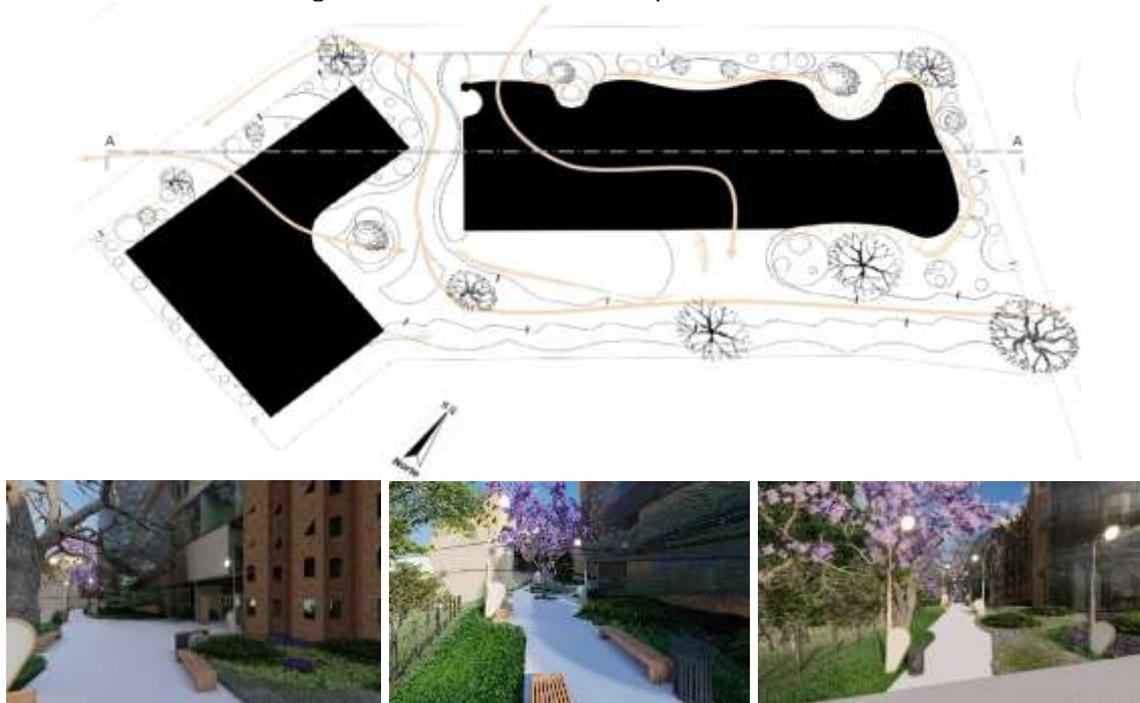


Acervo dos autores, (2022).

Considerando a violência urbana, a segregação espacial e social vivenciada por pessoas LGBTQIA+ no Brasil, o projeto se efetiva como a extensão do espaço público urbano, que normalmente é negado a essa população.

Portanto, o empreendimento pousará nas limitações do perímetro do terreno e se abrirá para a comunidade através do percurso público, disposto propositalmente para criar conexão da edificação com seu entorno. Neste sentido, foi implantada a praça pública no coração da edificação, possibilitando a interação dos usuários e funcionários do empreendimento com a sociedade local, através dos acessos e espaços de lazer fomentados pela instituição, conforme figura 06.

Figura 06- Possíveis fluxos do pavimento térreo.



Acervo dos autores, (2022).

Além disso, lembrando que a localização escolhida para sediar o “Centro Liberdade LGBTQIA+”, é contemplada por infraestrutura de qualidade e por grandes áreas de preservação natural, o que colabora diretamente com a implantação de espaços públicos abertos relacionando a natureza, o edifício e a população.

Outro relevante ponto é a sensação de pertencimento dos usuários que está diretamente associada à composição estrutural da edificação. Nesse sentido, o Centro será composto por abrigos individuais de longa permanência e abrigos comunitários de baixa permanência. Esses espaços, serão ferramentas básicas para o acolhimento dos usuários, visto ser de crucial importância que cada um possa contemplar a diversidade que receberá, resultando em composições de *layouts*, e ambientes edificados de forma singular.

Como não há a possibilidade de aproximar a quantidade de pessoas LGBTQIA+ existente na cidade, o programa de necessidade surge com base em estudos e nos serviços que o “Centro Liberdade LGBTQIA+” atenderá, sendo, portanto, dividido em: residencial, educacional, administrativo, atendimento/serviços e comercial.

Cada setor será responsável por uma função em específica: o administrativo é aquele que contemplará todos os ambientes cujas funções são privativas dos funcionários do Centro e que são essenciais para a sua manutenção. (TAB 01)

Tabela 01 – Setor Administrativo

ADMINISTRATIVO	AMBIENTE	ÁREA MINIMA (m ²)	ÁREA TOTAL
	Arquivo	1x8m ²	114,3m ²
	Almoxarifado	1x1,2m ²	
	Banheiros	1x20m ²	
	Copa	1x15m ²	
	Descanso	1x10m ²	
	Escritórios	4x10m ²	
	Recepção	1x40m ²	
	Segurança	1x5m ²	

Acervo dos autores, (2022).

O setor de atendimento e serviços possuirá maior área de ocupação, visto as atividades de atendimento direto à população que são mais procuradas: como o serviço jurídico, psicológico, social e a saúde, além da central de denúncias. Este setor também será contemplado pelo auditório, espaço de múltiplas funções para o Centro e para a comunidade, além disso, possuirá salas para ONG's, visto as diversas dificuldades financeiras para estas se manterem. Para melhor justificar esses espaços, utiliza-se das palavras de De Oliveira *et al.*, (2022), que demonstram a necessidade de cuidados em relação a saúde tanto física como mental para este público:

O discurso que justifica a discriminação da população LGBTQIA+, a vulnerabilizando moralmente, se dá de modo continuo em âmbitos religiosos, educacionais e sanitários, mas nota-se também esta mesma lógica de exclusão no âmbito familiar, o que agrava de modo significativo a situação desta população. A família é uma instituição que exerce um papel importante na socialização e desenvolvimento dos sujeitos, além de poder ser um fator fortalecedor como rede de apoio. Porém foi observada a não aceitação, exclusão e violência contra LGBTQIA+ neste contexto, o que esteve relacionado com uma maior vulnerabilidade a situação de rua, troca de sexo por dinheiro, marginalização e sofrimento psicológico (DE OLIVEIRA *et al.*, 2022, p.245).

Abaixo uma tabela com os ambientes descritos:

Tabela 02 – Setor Atendimento e serviços

ATENDIMENTO E SERVIÇOS	AMBIENTE	ÁREA MINIMA (m ²)	ÁREA TOTAL
	Auditório	130m ²	298m ²
	Atendimento Psicológico	3x8m ²	
	Atendimento à Saúde	3x10m ²	
	Atendimento Jurídico	3x8m ²	
	Banheiros	1x20m ²	
	Central de Denúncias	1x10m ²	
	Salas ONG's	4x5m ²	
	Sala Multiuso	1x40m ²	

Acervo dos autores, (2022).

Já o setor educacional concentra as funções de apoio e ensino a comunidade LGBTQIA+ e a usuários interessados, sendo de extrema importância, especialmente para as trans, que estatisticamente caracterizam o maior número de abandono nas instituições de ensino.

Existem Dificuldades de acesso à educação. A estrutura da rede educacional é baseada em documentos que, segundo Ferreira Junior, Francisco e Nogueira, não contemplam ou auxiliam a população LGBTQIA+ neste ambiente, com, por exemplo, o acesso à informação sobre diversidade sexual e de gênero, educação sexual inclusiva e informações sobre a cidadania desta minoria no planejamento pedagógico. Silva, Luppi e Veras falam ainda sobre a falta de políticas públicas de inclusão para transexuais na Educação. Revelando um Despreparo da rede educacional. (DE OLIVEIRA *et al.*, 2022, p.240)

Considerando então, a importância da área educacional, abaixo apresenta-se a tabela com os ambientes da área educacional direcionada ao público-alvo:

Tabela 03 – Setor Educacional

EDUCACIONAL	AMBIENTE	ÁREA MINIMA (m ²)	ÁREA TOTAL
	Biblioteca	1x110m ²	270m ²
	Banheiros	1x20m ²	
	Sala de Cursos	4x35m ²	

Acervo dos autores, (2022).

Os cursos profissionalizantes ajudarão a amenizar problemas como a baixa escolaridades da comunidade LGBTQIA+, assim como a dificuldade de acessarem o mercado de trabalho, principalmente formal, como explica De Oliveira *et al.* (2022):

A LGBTQIA+fobia no mercado de trabalho afeta contratações, plano de carreira e demissões. A população transexual e travesti se mostrou particularmente afetada por um menor acesso ao mercado de trabalho formal, o que implica na perda de

benefícios e fragilidade nas relações empregatícias (DE OLIVEIRA *et al.*, 2022, p.245).

Já o setor comercial, possuirá as lojas do Centro, que serão responsáveis por consolidar os ensinamentos dos cursos profissionalizantes oferecidos na instituição e gerar meios empregatícios a população. A arrecadação poderá ser revertida em seu funcionamento e no pagamento dos funcionários-estudantes, criando interrelações com o setor educacional, servindo diretamente a população local e além disso, construindo rentabilidade para a população abrigada. A tabela 04, abaixo, quantifica essa colocação:

Tabela 04 – Setor Comercial

COMERCIAL	AMBIENTE	ÁREA MÍNIMA (m ²)	ÁREA TOTAL
	Banheiros	1x15m ²	115m ²
	Lojas	5x20m ²	

Acervo dos autores, (2022).

Já o setor residencial, será dividido em abrigos comunitários temporários e abrigos individuais de longa permanência, para atender a eventuais acontecimentos e aos usuários que necessitem de assistência continuada por longos períodos, conforme tabela 05, na qual podemos observar a divisão das áreas:

Tabela 05 – Setor Residencial

RESIDENCIAL	AMBIENTE	ÁREA MÍNIMA (m ²)	ÁREA TOTAL
	Abrigo comunitário	1x80m ²	395m ²
	Abrigo individual	15x21m ²	

Acervo dos autores, (2022).

Logo, a soma de áreas mínimas construídas de cada setor totalizou em 1.192,3m². O percentual dedicado a cada área é apresentado na figura abaixo:

Figura 07 – Distribuição das áreas para cada setor do centro LGBTQIA+ em Conselheiro Lafaiete.

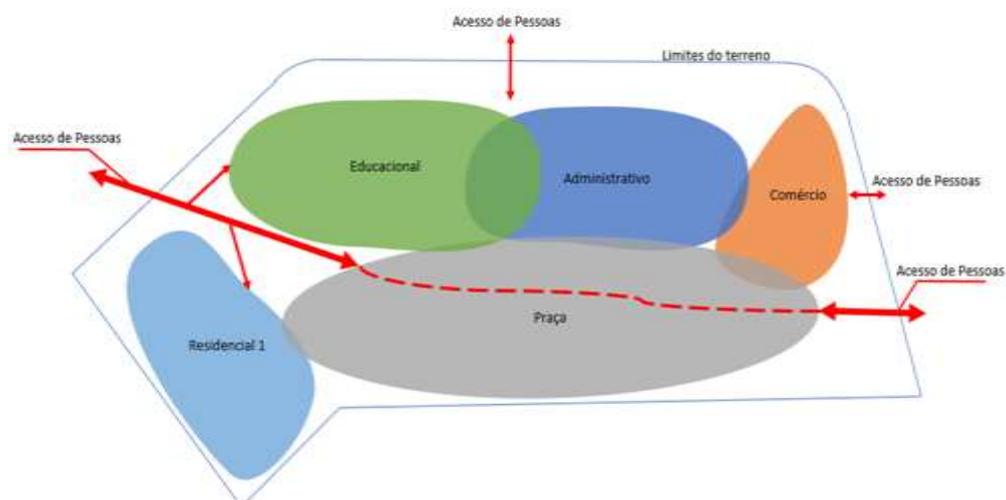


Acervo dos autores, (2022).

Dessa forma, observa-se que a maior área é dedicada aos espaços residenciais, buscando acolher a população de interesse, que muitas vezes não recebe apoio da família e vive em situação de rua e/ou de prostituição. As outras áreas são apoios para que o centro funcione de forma sustentável.

Sobre a distribuição dos espaços apresentados e seguindo o conceito que almeja a interação dos usuários e não um ambiente de segregação, o projeto utiliza o pavimento térreo como opção de passagem para os pedestres, como já mencionado. Dessa forma, faz com que o edifício seja utilizado e percebido mesmo sem intenção do transeunte, através do fluxo cruzado em seu interior, que será de acesso público e contará com uma praça, conforme figura 08.

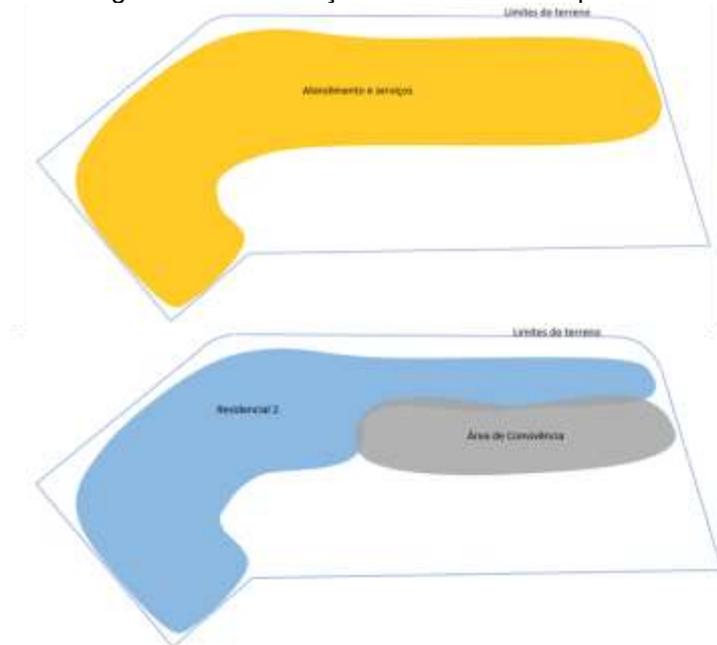
Figura 08 - Setorização – Térreo



Acervo dos autores, (2022).

Os pavimentos superiores foram divididos entre áreas de atendimento e serviços, áreas residenciais e áreas de convivência, com acesso controlado aos indivíduos acolhidos. (FIG.09).

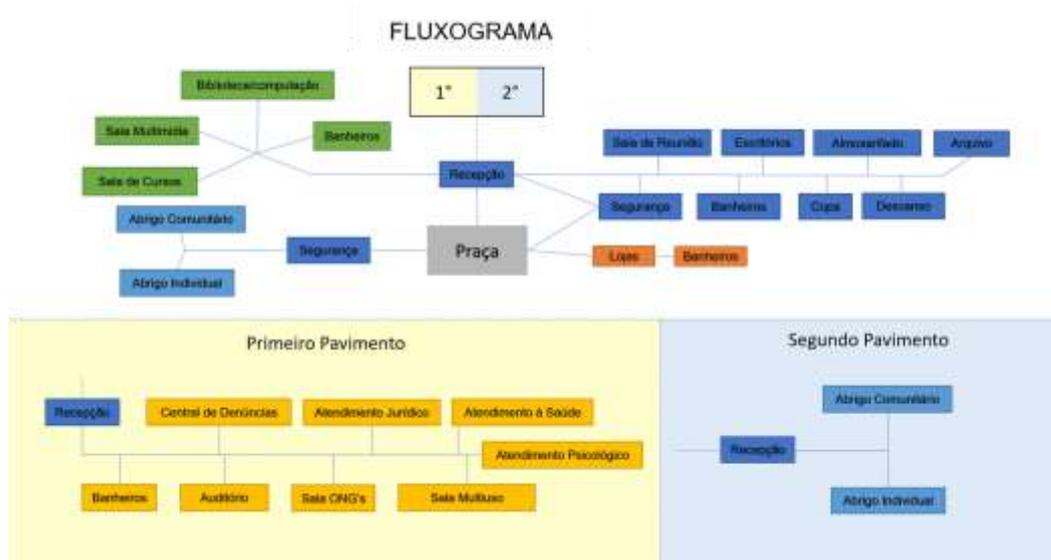
Figura 09 - Setorização – Pavimentos Superior



Acervo dos autores, (2022).

Além disso, foi realizado um fluxograma para nortear os ambientes da futura edificação, conforme figura 10.

Figura 10 - Setorização – Pavimentos Superior



Acervo dos autores, (2022).

Sobre as fachadas, as estruturas externas que cobrem a edificação foram pensadas para bloquear parcialmente a incidência direta do sol, visto que, a insolação plena acontecerá integralmente na fachada frontal, sendo prejudicial à saúde dos usuários e também, da movelaria presente na edificação.

Sendo assim, essa estrutura externa viabiliza a aplicabilidade de paredes de vidro e divisórias internas, para condicionar a desejada visibilidade e transparência da edificação. (FIG. 11)

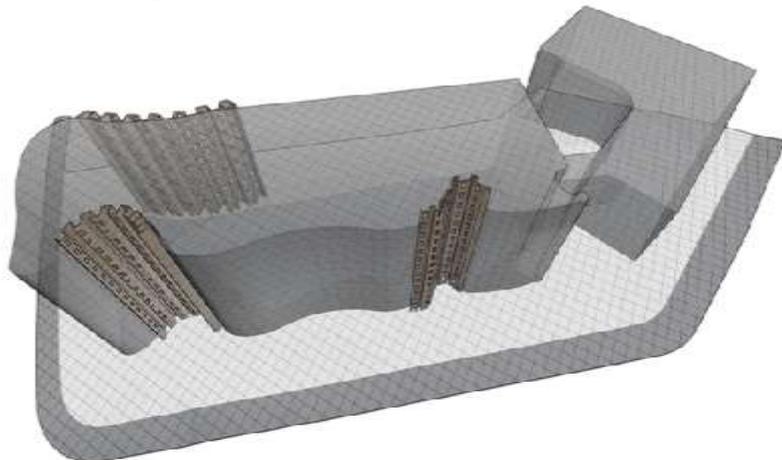
Fig. 11. Perspectiva da edificação.



Acervo dos autores, (2022).

A primeira estrutura externa foi projetada em madeira plástica específica para área externa, com perfurações de 60cmx40cm para condicionar iluminação parcial. Seu perfil é vertical e fixo externamente. (FIG. 12)

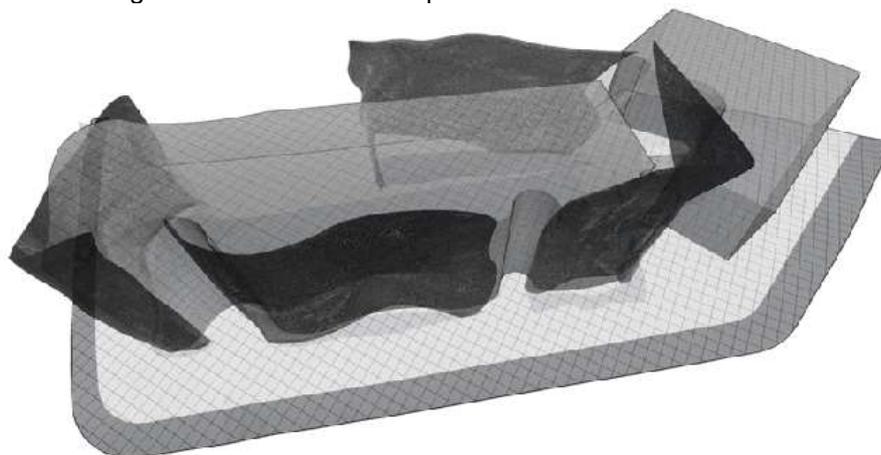
Fig. 12. Estrutura externa em madeira plástica.



Acervo dos autores, (2022).

A segunda estrutura contorna todo o perímetro externo da rampa de acesso aos pavimentos superiores e também, cobre a maior parte do prédio principal. Foi projetada para se igualar a um brise, permitindo a entrada de iluminação solar, mas bloqueando a insolação direta. Construída de forma parametrizada, com perfurações idênticas e fixada externamente no piso (laje) de cada pavimento. (FIG. 13)

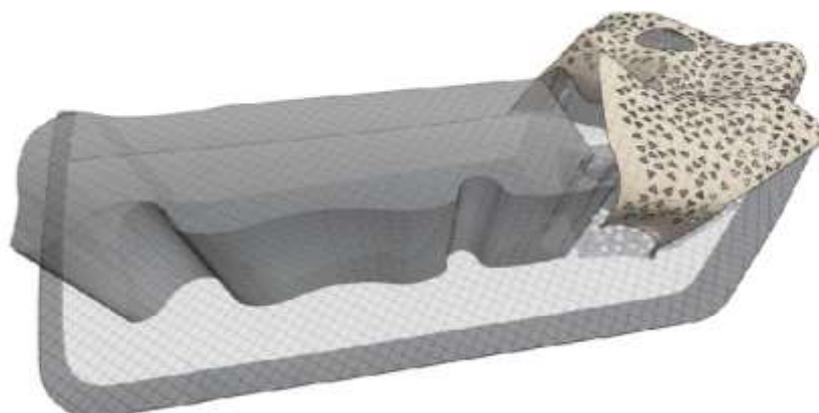
Fig. 13. Estrutura externa que funciona como um brise.



Acervo dos autores, (2022).

A terceira estrutura (03) tem o objetivo similar às outras, entretanto, está localizada apenas no anexo do prédio principal. (FIG. 14)

Fig. 14. Estrutura de cobertura do anexo.



Acervo dos autores, (2022).

Além de realizar o bloqueio da incidência direta do sol, essa, realiza um papel estético fundamental para conexão e assimilação dos blocos edificados. Projetada de forma paramétrica com perfurações geométricas triangulares.

Além disso, visto a falta de visibilidade e invisibilização estrutural imposta sobre os corpos que serão alvo deste centro, a proposta trás o inverso dessa condição. Sendo assim, o centro liberdade é majoritariamente permeável visualmente, para afirmar a sociedade essa população existe, resiste e vive.

Para racionalizar e agilizar a construção da edificação, essa foi concebida em estrutura mista, sendo concreto armado e estrutura de aço. O que justifica tal escolha é a industrialização do projeto para reduzir tempo em obra e principalmente, a necessidade de redução de resíduos da construção civil, que atualmente é a principal.

Fig. 14. Estrutura de cobertura do anexo.



Acervo dos autores, (2022).

Por fim, o projeto do “Centro Liberdade LGBTQIA+” teve como proposta um local onde a arquitetura permitisse a visibilidade, o acolhimento, a diversidade e a inserção dessa população, que ao longo do estudo, foi apresentada como incapaz de acessar e desfrutar dos direitos fundamentais da sociedade, onde fica claro e evidente, a necessidade de implantação desse empreendimento.

4. CONCLUSÃO.

Para a problemática do preconceito e da discriminação contra LGBTQIA+, o centro em seu setor educacional, propõe a realização de palestras educativas à comunidade como combate a LGBTFóbia. Além disso, o setor comercial, ficará responsável pela capacitação dos abrigados e a inserção direta desses no mercado de trabalho, que no decorrer desta pesquisa se apresentou na maioria das vezes, insalubre e segregado a essa parcela da população. Também será capaz de fomentar e conscientizar todos os usuários sobre a importância acadêmica técnica e sobretudo, de seus direitos frente à sociedade.

Além disso, encarando a realidade dessa população, fica clara a necessidade de estruturar atendimento especializado a respeito dos seus direitos e a sua saúde. Portanto, se faz necessário o atendimento psicológico, espaços para convivência, atendimento à saúde e salas para hospedar ONG's, as quais também são fundamentais no tratamento, na inserção e na participação da população como um todo no empreendimento.

Sabendo também da violência institucional e principalmente a expulsão advinda do seio familiar, que infelizmente, ainda se apresenta com dados insuficientes, o Centro liberdade LGBTQIA+ será projetado como ferramenta de abrigo, para atender a essa problemática diante da falta de equipamento públicos e de garantias de acolhimento imediato a LGBT's, em situação de rua.

Dessa forma, a proposta final tem como a iniciativa a comunidade local, a criação de ferramentas que colaborem com a existência de programas que envolvam os frequentadores, os visitantes e os abrigados por meio da estrutura disponível. Portanto, o projeto se resume a extensão urbana negada normalmente a população LGBTQIA+. Além disso, trabalha suas principais necessidades, com especialidade e foco no tratamento dessa problemática social de preconceitos históricos, enraizados e firmados em bases arcaicas de homogeneidade humana.

Para a cidade de Conselheiro Lafaiete, assim como para a região, este equipamento seria um marco, uma referência estadual para a comunidade e para o governo municipal na emancipação da cidadania e dos direitos institucionais dessa parcela da população.

5. REFERÊNCIAS

ASCOM, **Conferência Regional LGBT discute combate ao preconceito**, 2015. Disponível em: <<http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v2/conferencia-regional-lgbt-discute-combate-ao-preconceito/>>. Acesso em 21 de ago. de 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2011. Secretaria de Direitos Humanos; Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (organizadores). Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/04/SDH_Relatorio-Violenci-Homofobica-no-Brasil_2011.pdf>. Acesso em 25 dez. 2022.

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. São Paulo: USP, 2019.

CARVALHO, Angelita Alves de; BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. **A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados**: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 4059-4064, 2021.

CASTAÑEDA, M. **A experiência homossexual**: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. São Paulo: Girafa. 2007.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa, Registro de uma vivência**. Considerações sobre *arte* contemporânea. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. 608p.

DANILIAUSKAS, M. **Não se nasce militante, torna-se**: processo de engajamento de jovens LGBT - panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. 2016. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06102016-142516/en.php>>, Acesso em 25 dez 2022.

DE OLIVEIRA, Luísa Helena; DA ROCHA, Renata Cristina Alves; SANCHES, Mário Antônio; ROSANELI, Caroline Filla. Vulnerabilidades Sociais e Morais Da População LGBTQIA+. In: **REVISTA INCLUSIONES**. v.9, 2022, pp. 223-249. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/3398-Texto%20del%20art%C3%ADculo-633-1-10-20221117.pdf>. Acesso em 24 de nov. de 2022.

DOS SANTOS, Marlyane Elen Silva. A Origem Psíquica do Ódio que Resulta em Violência Física e Morte Contra a População LGBTQIA+ na Sociedade Brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 4, 2019, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: Programa de Pós-Graduação em Ciencia del Suelo, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2018/TRABALHO_EV129_MD4_SA31_ID1313_01112019215749.pdf>. Acesso em 25 de fev. de 2022

FERREIRA JUNIOR, Sérgio; FRANCISCO, Priscila; NOGUEIRA, Péricles. **Perfil de travestis e transgêneros: tuberculose e HIV/Aids na cidade de São Paulo**, Revista Panamericana de Salud Pública, Vol: 40(2016): 410-417.

FUNDACRED. Educação: **É hora de discutir a diversidade dentro da escola**. 2020. Disponível em: < <https://www.fundacred.org.br/site/2020/06/29/e-hora-de-discutir-diversidade-dentro-da-escola/>>, acesso em 25 dez 2022.

GGB - GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinatos de homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2019**. Salvador, 2019.

GREEN, J. N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1709-1722, 2020.

ROCHA, Thaynara Ferreira; CARVALHO NETO , Emanuel de Jesus; PIO, Marco Aurélio de Jesus. **A (Des)Construção Social da Homofobia e os Efeitos da Pandemia da Covid-19 na Comunidade LGBTQIA+**. In: Diálogos contemporâneos [livro eletrônico]: gênero e sexualidade na pandemia / organização Maynara Costa de Oliveira Silva, Laurinda Fernanda Saldanha Siqueira, 1. ed., São Luís, MA: Editora Expressão Feminista, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maynara-Costa-2/publication/351038097_DIALOGOS_CONTEMPORANEOS_GENERO_E_SEXUALIDADE_NA_PANDEMIA_wwweditoraexpressaofeministacombr/links/6080a47e881fa114b41b6cbe/DIALOGOS-CONTEMPORANEOS-GENERO-E-SEXUALIDADE-NA-PANDEMIA-wwweditoraexpressaofeministacombr.pdf#page=10>. Acesso em 25 de fev. 2022

Silva Maria; Luppi Carla; Veras Maria, **Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil**, Ciência & Saúde Coletiva, Vol: 25(2020): 1723-1734.

SILVA, Fabiano Saft. O “descortinamento” das vulnerabilidades da população LGBTQIA+ diante a pandemia de coronavírus. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 6, n. 2, p. 346-355, 2020.

SOUZA, Eloisio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. **(Re) produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho**: a discriminação de homossexuais por homossexuais. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 14, p. 76-105, 2013.

O PAPEL DO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE NA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Lavínia Lana Miranda ¹

Lucas Rogério dos Reis Caldas²

Josemara Fernandes Guedes de Sousa ³

Poliana Gonzaga Rocha⁴

RESUMO

As Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) são um conjunto de patologias de múltiplas causas e fatores de risco. O exercício físico ou atividade física podem ajudar no controle e prevenção delas de forma positiva. Este estudo trata-se de uma revisão integrativa com objetivo de analisar o papel da prática de atividade física e exercícios físicos em relação à prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Programa Academia da Saúde (PAS). Sendo assim, o problema de pesquisa deste estudo é “Qual o papel da prática de atividades físicas e exercícios físicos no programa academia da saúde na prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis?”. As informações foram obtidas através de artigos científicos, livros, teses e dissertações acessados a partir de bases de dados. Como critério de inclusão, foi realizada uma busca na internet, por estudos publicados em português entre os anos de 2011 a 2021. Os resultados mostram que a prática regular de atividade física e exercícios físicos juntamente com o Programa Academia da Saúde possuem benefícios nos aspectos físicos, psicológicos e sociais e é um forte meio não farmacológico na prevenção e controle das DCNTs. Conclui-se que, portanto, o Programa Academia da Saúde é essencial para o melhoramento da qualidade de vida, do bem-estar, da interação social, do condicionamento físico, da diminuição do peso e do aumento da autoestima, além de inúmeros outros benefícios, porém, notou-se um descaso com os Profissionais de Educação Física no âmbito do SUS que por muitas vezes enfrentarem obstáculos, como a falta de recursos contínuos e equipamentos para a aplicação das atividades no PAS.

Palavras-chave: Doenças Crônicas; Qualidade de vida; Programa Academia da Saúde.

ABSTRACT

Chronic non-communicable diseases are a set of pathologies with multiple causes and risk factors. Physical exercise or physical activity can help to control and prevent them in a positive way. This study is an integrative review with the objective of analyzing the role of physical activity and physical exercise in relation to the prevention and control of Chronic Non-Communicable Diseases in the health academy program. Thus, the research problem of this study is "What is the role of the practice of physical exercise and physical exercise in the health academy program in the prevention and control of non-communicable chronic diseases?". Information was entered from scientific articles, books, theses and dissertations accessed from databases. As an inclusion criterion, an internet search was performed for studies published in Portuguese between the years 2011 to 2021. The results show that the regular practice of physical activity and physical exercise together with the Academia da Saúde Program has benefits in physical aspects, psychological and social and a strong non-pharmacological means in the prevention and control of CNCDs. It is concluded that, therefore, the Academia da Saúde Program is essential for improving the quality of life, well-being, social interaction, physical conditioning, weight reduction and self-esteem increase, in addition to countless other

¹ Egressa de Educação Física do Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR - lavinialanam15@gmail.com

² Professor Universitário, no Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR - lucasrrcaldas7@gmail.com

³ Professora Universitária, no Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR - josemaraf48@gmail.com

⁴ Professora Universitária, no Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR rochapoliana@yahoo.com.br

benefits, however, a lack of care was noted with Physical Education Professionals within the SUS, who often face attempts, such as the lack of continuous resources and equipment for the application of activities in the PAS.

Keywords: Childhood and Adolescent Obesity; Weight Loss; High Intensity Interval Training.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Alves (2019) o número de idosos vem aumentando consideravelmente nas últimas décadas. Em 2100 a expectativa é que a população idosa no Brasil e no mundo alcance níveis recordes nunca vistos antes observados. Conforme revisão das projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) o crescimento da população idosa no Brasil entre as faixas etárias de 60 anos ou mais chegará a 72,4 milhões de pessoas, de 65 anos ou mais chegará a 61,5 milhões de pessoas e de 80 anos ou mais chegará a 28,2 milhões de pessoas em 2100. Já no mundo esse número alcançará de 60 anos ou mais 3,1 bilhões de pessoas, de 65 anos ou mais 2,5 bilhões de pessoas e de 80 anos ou mais chegará a 881 milhões de pessoas. A partir destes dados, observa-se que ao final do século XXI a população idosa será expressiva e, juntamente com ela, urge a necessidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida estes idosos.

A qualidade de vida da população de idosos tende a ser um tema recorrente nos próximos anos. No Brasil, assim como em outros países, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) constituem um problema de saúde de grande magnitude, sendo responsáveis por 72% das mortes (MALTA *et al.*, 2014). Sendo de maior impacto em países de baixa e média renda, onde a população mais pobre lidera nas causas de morbimortalidade, por serem exatamente as mais expostas aos fatores de risco e com menor acesso às informações e aos serviços de saúde, acentuando ainda mais as desigualdades sociais, diferenças nos acessos aos bens e serviços, desigualdade no acesso as informações de saúde e baixa escolaridade. Em 2007, cerca de 72% das mortes no Brasil foram em consequência das DCNT como as doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas, diabetes, câncer e doenças renais que estão entre as doenças mais prevalentes (SCHMIDT *et al.*, 2011).

Com o intuito da diminuição desses números a prática de Atividade Física (AF) e exercício físico (EF) são grandes aliados na prevenção e tratamento das DCNT.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Porém as definições de AF e de EF são diferentes. A AF é considerada qualquer movimento corporal que gere um gasto energético acima do nível de repouso, ela é essencial para pacientes com doenças cardiovasculares (DCV) promovendo uma melhora no estado clínico do portador. Quando a atividade física é planejada, estruturada e tem por objetivo melhorar ou manter os componentes físicos, como a estrutura muscular estamos falando do EF, que deve ser prescrito, orientado e acompanhado por um profissional de educação física (CLARA *et al.*, 2015).

O exercício físico pode ocasionar vários benefícios como a manutenção da aptidão física, tratamento das DCNT, aumento da força, coordenação, equilíbrio e redução da incapacidade funcional, que consequentemente irá melhorar o bem-estar e o humor do idoso, fazendo com que ele consiga viver de forma satisfatória e confortável, sendo ele mesmo capaz de realizar suas atividades no dia-a-dia (VILA *et al.*, 2013).

Ainda que o envelhecimento seja um processo natural na vida humana, é possível envelhecer de forma saudável mudando o estilo de vida, mantendo uma alimentação saudável, praticar AF, não ingerir álcool, não fumar, entre outros hábitos saudáveis, irão auxiliar na promoção e na manutenção da qualidade de vida (VERAS, 2012). Em termos fisiológicos a prática de AF traz consigo vários benefícios como, controle dos níveis de glicose, fortalecimento da musculatura, melhorias no sistema cardiovascular, melhoria da flexibilidade, coordenação e equilíbrio, aumento da força e melhoramento da resistência aeróbica, já em aspectos psicológicos, a AF reduz o estresse, ansiedade e estados depressivos (MEURER *et al.*, 2011).

Além da prática de AF e EF deve-se também dar certa importância na Qualidade de Vida (QV) dos idosos. O termo QV refere-se à posição que o indivíduo possui na sua vida, como os seus valores, sua saúde física e psicológica, nível de independência e interações sociais, pode-se dizer que, a QV está relacionada à saúde, de fora para dentro, abrangendo os aspectos psíquicos, como os sentimentos de satisfação, disposição, prazer pela vida e o mais importante deles as relações familiares. Além disso, podemos destacar que a grande quantidade de uso de medicamentos no controle das DCNT's também pode interferir negativamente na QV destes idosos pelo fato de os medicamentos possuírem efeitos colaterais, sendo

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

assim além do uso contínuo de fármacos as AF, EF e a alimentação saudável podem contribuir positivamente para uma melhoria da QV (PEREIRA *et al.*, 2015).

Com isso, no intuito de conseguir unir a prática de AF, EF e melhoria da QV e visto a necessidade de criar uma Política Pública que se atentasse à promoção da saúde e consequente diminuição dos índices de mortes por DCNT, houve a criação do Programa Academia da Saúde (PAS) que foi instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) através da Portaria GM/MS 719, de 07 de abril de 2011 e o redefiniu na Portaria nº 2.681, de 7 de novembro de 2013. Este programa tem como objetivo contribuir para a promoção da saúde da população, oferecendo a implantação de polos com infraestrutura e equipamentos adequados, presença de profissionais qualificados para as orientações das práticas corporais, atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis (BRASIL, 2013).

Desta forma este estudo se propõe a investigar o papel do Programa Academia da Saúde sobre a prevenção e controle de DCNT. Para isso foi realizada uma revisão integrativa da literatura, visando elencar os principais pontos das publicações científicas sobre o programa academia da saúde.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

O envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo que causa diversas alterações no organismo, levando à diminuição da capacidade funcional e ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) que são as principais causas de morte, tornando elas o maior impacto negativo do envelhecimento populacional (MENDES *et al.*, 2014). As DCNT se caracterizam por um conjunto de patologias de múltiplas causas e fatores de risco, incluindo as doenças do aparelho circulatório, diabetes, câncer e doença respiratória crônica que constituem a maior carga de morbimortalidade no mundo, juntamente com essas doenças acarretam perda de qualidade de vida, limitações e incapacidades (MALTA *et al.*, 2019).

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Na sequência deste capítulo iremos apresentar algumas características das DCNT sendo abordadas as seguintes DCNTs: Hipertensão, Diabetes, Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) e Acidente Vascular Cerebral (AVC).

2.1.1 HIPERTENSÃO ARTERIAL

Popularmente conhecida como “pressão alta” a hipertensão arterial sistêmica, é o principal fator de risco para doenças cardiovasculares entre os idosos. A Hipertensão Arterial Sistólica (HAS) é definida como a manutenção de níveis de pressão arterial acima de 140 mmHg na sistólica e 90mmHg na diastólica. Está relacionada a fatores intrínsecos, como hereditariedade, sexo, idade e raça, e em fatores extrínsecos, como tabagismo, sedentarismo, obesidade, estresse, dislipidemia e dieta (MENDES *et al.*, 2014).

Segundo Muraro *et al.* (2013), vários são os fatores que podem estar associados ao aumento da prevalência de HAS, tais como sedentarismo, estresse, tabagismo, envelhecimento, gênero, aumento do peso corporal e fatores dietéticos. Entre estes, um aspecto que merece destaque na população brasileira é a modificação dos hábitos alimentares e de estilo de vida, como a redução prática de atividade física, que indica exposição cada vez mais intensa a riscos cardiovasculares.

2.1.2 DIABETES

Dentre as DCNT, o diabetes mellitus II (DM2) atinge proporções epidêmicas e é uma das DCNT mais frequentes no mundo, sendo a quarta principal causa de morte. A DM é um conjunto de distúrbios metabólicos caracterizados por hiperglicemia persistente, decorrente de deficiência na produção de insulina ou na sua ação, ou em ambos os mecanismos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2019-2020).

Segundo Marinho *et al.* (2013), o aumento da prevalência do diabetes está associado a diversos fatores, como a rápida urbanização, idade, gênero, etnia, histórico familiar de diabetes mellitus tipo II, excesso de peso, maior frequência de estilo de vida sedentário, diabetes gestacional, macrossomia, hipertensão arterial, diminuição do colesterol, aumento dos triglicerídeos, doenças cardiovasculares, síndrome de ovários micropolicísticos, glicemia elevada em testes anteriores,

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

tolerância à glicose diminuída e hemoglobina glicada $\geq 5,7\%$, além do crescimento e envelhecimento populacional.

2.1.3 DOENÇA PULMONAR OBSTRUÍDA CRÔNICA (DPOC)

A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma causa frequente de morbidade e mortalidade mundialmente conhecida, sua evolução é de forma lenta e progressiva, com um grande impacto na função respiratória, que pode estar sujeita a períodos de agudização e complicações graves, ela é a terceira causa de morte entre as doenças crônicas não transmissíveis no Brasil. O aumento de pessoas portadoras de DPOC no mundo vem aumentando consideravelmente de acordo com o envelhecimento da população que durante anos fizeram o uso nocivo de tabaco, muitas pessoas sofrem desta doença durante anos e morrem prematuramente em consequência da própria doença ou das suas complicações (FARIAS *et al.*, 2013).

2.1.4 ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC)

O acidente vascular cerebral (AVC) em escala mundial é a segunda principal causa de morte no mundo. O AVC é o comprometimento neurológico focal ou global, que ocorre repentinamente, de provável origem vascular e que leva à morte ou possui duração maior que 24 horas (CANUTO *et al.*, 2015).

Os fatores de risco para o AVC são geralmente divididos em modificáveis como: dislipidemia, diabetes mellitus, tabagismo, cardiopatia, hipertensão arterial sistêmica (HAS), obesidade, sedentarismo, estresse, consumo excessivo de álcool e uso de contraceptivos orais, dentre os não modificáveis são aqueles que não podem ser tratados, pois não há como modificá-los, onde se destacam: idade, gênero, raça e hereditariedade (PEREIRA *et al.*, 2019).

2.2 ATIVIDADES FÍSICA E EXERCÍCIO FÍSICO

Conforme apontam Pitanga (2014) e Brasil (2021) a AF pode ser compreendida como qualquer comportamento que envolve os movimentos voluntários do corpo, com gasto de energia acima do nível de repouso. A AF pode promover interações sociais e com o ambiente, podendo acontecer no tempo livre, como pular corda, jogar futebol, brincadeiras e praticar ginástica, no deslocamento como ir de um lugar para o outro, sendo considerado o caminhar, pedalar, remar e patinar, e por fim, no trabalho ou

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

estudo e nas tarefas domésticas como o ato de limpar, varrer, lavar e carregar objetos. A AF traz consigo diversos benefícios, como o controle do peso e a melhora da qualidade de vida, do humor, da disposição, da interação com as outras pessoas e com o ambiente.

Já o EF, segundo Nogueira (2012) é uma atividade física planejada, estruturada e repetitiva, que tem como objetivo final ou intermediário aumentar ou manter a saúde e a aptidão física, podendo propiciar benefícios agudos e crônicos. Dentre eles destacam-se a melhora no condicionamento físico, a diminuição da perda de massa óssea e muscular; o aumento da força, coordenação e equilíbrio, a redução da incapacidade funcional, da intensidade dos pensamentos negativos e das doenças físicas, e a promoção da melhoria do bem-estar e do humor.

Quando se tratado da prática regular de atividade física e exercícios físicos por pessoas com DCNT, podemos destacar os seguintes benefícios para cada DCNT específica. Em relação à hipertensão a prática regular de AF diminui a incidência da mesma, reduzindo de 27% a 50% no risco de mortalidade, em seu tratamento há benefícios adicionais, como redução de peso, intervenção dietética e controle de estresse (BARROSO *et al.*, 2021).

Já em pacientes diagnosticados com DM2, segundo Costa (2011) entre os benefícios da AF, podemos destacar o aumento da utilização de glicose como combustível para o músculo em atividade controlando a glicemia e aumentando o *turnover* da insulina, pela maior captação hepática deste hormônio e maior sensibilidade dos receptores periféricos, já a realização de EF, associada à ingestão de dieta adequada, contribui para a melhora no perfil lipídico, diminuindo os riscos de doenças cardiovasculares.

Quando se tratado da DPOC, segundo Bueno (2017), o EF é considerado a conduta mais efetiva como uma possível reabilitação pulmonar e, dentre as modalidades de exercício, o treinamento aeróbio pode ser efetivo na reversão dos prejuízos funcionais.

Lottermann (2017) em seu estudo afirma que a prática supervisionada de exercício físico em qualquer estágio da doença é altamente recomendada, e a reabilitação pulmonar tem por objetivo otimizar a *performance* física, social, qualidade de vida e a autonomia de indivíduos com DPOC. O EF tem papel fundamental para

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

reduzir a demanda respiratória, a sensação de dispneia, e melhorar o desempenho físico geral.

E por fim, quando se tratado de pacientes portadores de AVC, para Karthikbabu (2011) *apud* Silva (2014) um dos métodos mais indicados para o tratamento e a recuperação das principais sequelas deixadas pelo AVC é a prática constante de um programa de exercício físico que vise à recuperação das principais aptidões físicas afetadas como: o equilíbrio, a força e a melhora da capacidade funcional, e que vise uma melhora da integração do sistema sensório motor e do controle do tronco para melhorar os índices da marcha desses indivíduos.

2.3 PROGRAMAS ACADEMIA DA SAÚDE

De acordo com Carvalho (2015) o estímulo de uma qualidade de vida mais saudável para todos é um dos principais objetivos das políticas públicas de saúde na atualidade, em especial na Atenção Básica à Saúde (ABS). Através da formulação de estratégias, programas e ações, no âmbito da Saúde e de outros setores, buscase ir além do olhar apenas para as doenças. Assim, as Políticas Públicas têm o desafio de atuar sobre as condições de saúde da população brasileira, que apresenta transições demográfica, epidemiológica e nutricional que culminam na crescente morbimortalidade por doenças e agravos não transmissíveis.

Sendo assim para alcançar as estratégias da melhoria da qualidade de vida, Sá (2016) e Brasília (2011) apontam em seus estudos que o Programa Academia da Saúde (PAS) foi instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) através da Portaria GM/MS 719, de 07 de abril de 2011, sendo considerado um novo equipamento da atenção básica com o objetivo principal de contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados para a orientação de práticas corporais de atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis.

Brasília (2011, p. 02) também traz em sua nota técnica, outros objetivos do programa, como:

Figura 1 - Objetivos específicos do Programa Academia da Saúde

- I - ampliar o acesso da população às políticas públicas de promoção da saúde;
- II - fortalecer a promoção da saúde como estratégia de produção de saúde;
- III - potencializar as ações nos âmbitos da Atenção Primária em Saúde (APS), da Vigilância em Saúde (VS) e da Promoção da Saúde (PS);
- IV - promover a integração multiprofissional na construção e execução das ações;
- V - promover a convergência de projetos ou programas nos âmbitos da saúde, educação, cultura, assistência social, esporte e lazer;
- VI - ampliar a autonomia dos indivíduos sobre as escolhas de modos de vida mais saudáveis;
- VII - aumentar o nível de atividade física da população;
- VIII - estimular hábitos alimentares saudáveis;
- IX - promover mobilização comunitária com a constituição de redes sociais de apoio e ambientes de convivência e solidariedade;
- X - potencializar as manifestações culturais locais e o conhecimento popular na construção de alternativas individuais e coletivas que favoreçam a promoção da saúde; e
- XI - contribuir para ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população.

Fonte: Brasília (2011).

Também segundo Brasília (2011, p. 03) o PAS pode ofertar várias práticas de atividades, como:

Figura 2 - Atividades a serem desenvolvidas no Programa Academia da Saúde

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

- I - promoção de práticas corporais e atividades físicas (ginástica, lutas, capoeira, dança, jogos esportivos e populares, yoga, tai chi chuan, dentre outros);
- II - orientação para a prática de atividade física;
- III - promoção de atividades de segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar;
- IV - práticas artísticas (teatro, música, pintura e artesanato);
- V - organização do planejamento das ações do Programa em conjunto com a equipe de APS e usuários;
- VI - identificação de oportunidades de prevenção de riscos, doenças e agravos a

Fonte: Brasília (2011).

De acordo com o Ministério da Saúde (2021) e os dados encontrados na planilha de implantação de 2020 cerca de 26 estados brasileiros possuem polos da Academia de Saúde, gerando um total de 1.551 municípios contemplados, podendo ter mais de 1 polo por municípios.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura. O termo “integrativa” tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método. A revisão integrativa tem como proposta, definir conceitos e revisar teorias, além de verificar vários estudos com o objetivo de aderir um maior conhecimento, este método proporciona a criação de novo estudos e novas descobertas (FERREIRA *et al.*, 2016).

Foram utilizadas as seguintes palavras-chave, retiradas dos descritores de ciências da saúde (DeCS): “Doenças Crônicas”, “Qualidade de vida”, “Prevenção”, “Promoção da Saúde”, “Políticas públicas”, “Programa Academia da Saúde” e “Atividade Física”. Os estudos foram selecionados em 3 etapas, sendo elas: leitura do título, leitura do resumo e leitura do texto por completo.

Para a coleta dos textos a serem analisados na presente revisão integrativa, como critério de inclusão foi realizada uma busca na internet, nas plataformas Google

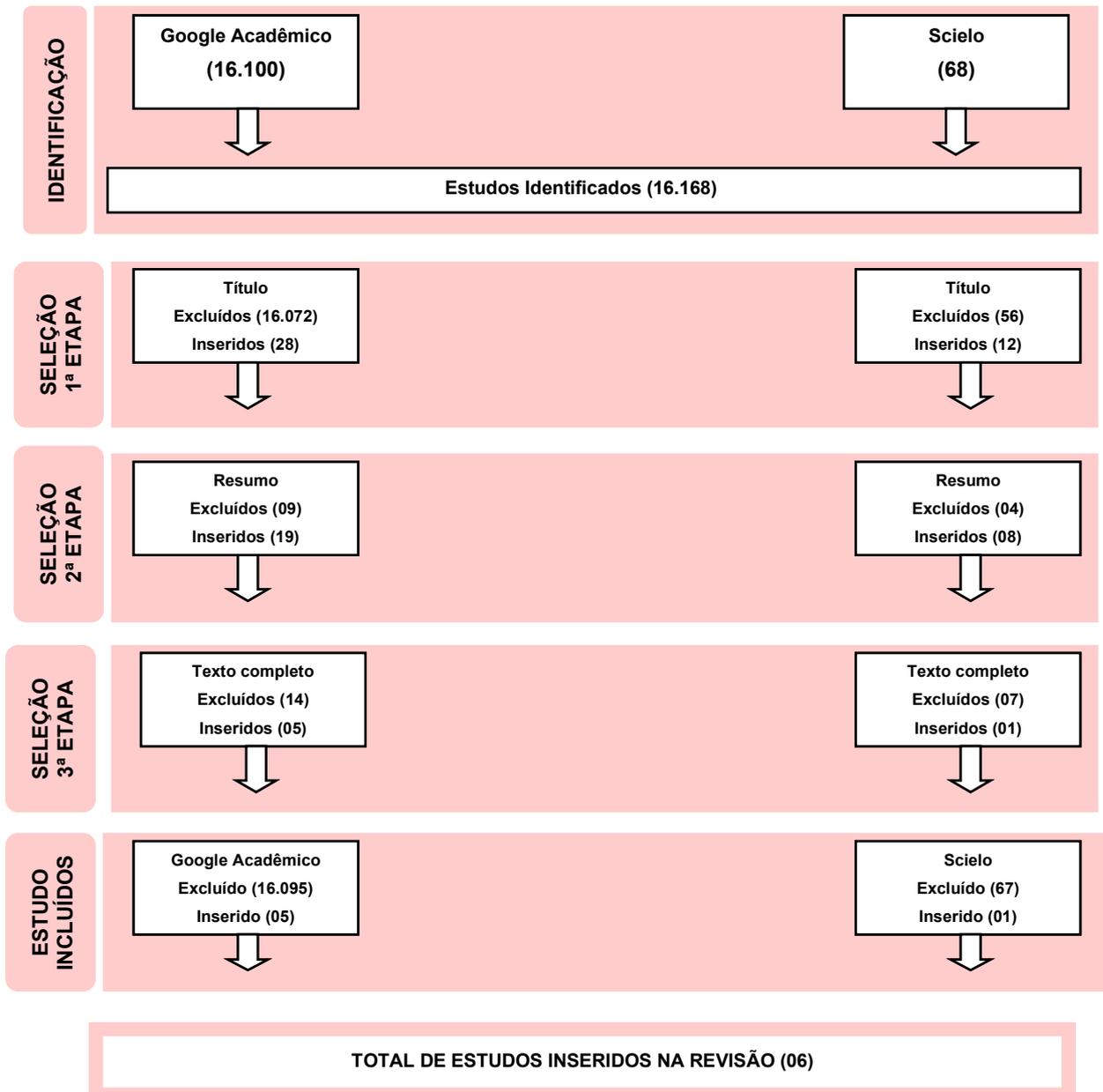
Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Acadêmico e Scielo, por artigos científicos publicados em português entre os anos de 2011 a 2021 e em critérios de exclusão artigos que não atendiam aos critérios mencionados anteriormente, artigos que não abordem o tema proposto para esta revisão integrativa, foram excluídos também as duplicatas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A figura 03 representa o fluxograma da seleção dos estudos, ela mostra a quantidade de estudos encontrados na base de dados.

Figura 3 - Fluxograma da relação dos estudos.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Miranda *et al.*, (2016) trazem em seu estudo que após a criação de várias estratégias para a promoção da saúde criada pelo Ministério da Saúde (MS) o município de São Luís criou no ano de 2007 polos que levaram o nome de “São Luís em Movimento” o que seria a própria Academia da Saúde, onde era proposta atividades semanais, como aulas de ginásticas, aulas de alongamento e orientações sobre a caminhada.

Ainda no estudo Miranda *et al.* (2016) com intuito de averiguar os benefícios que tais programas trouxeram para a vida da população foi realizada uma pesquisa com os usuários do programa em questão onde 53,84% afirmam alívio das dores, 15,38% bem-estar, 12,82% perda de peso, 25,64% aumento da disposição, 7,69% aumento da interação social e 7,69% melhora na qualidade alimentar.

Em se tratando das práticas de AF e EF Carvalho e Abdalla (2017) em sua pesquisa afirmam que deve ser levada em consideração a participação de um profissional de Educação Física no programa promovendo prevenção, promoção, atenção ou reabilitação da saúde sendo um forte aliado no combate às DCNT e ainda ressaltam que os programas ofertados pelo SUS a fim de promover a promoção da saúde se tratam de um programa eficaz e de baixo custo financeiro.

Com o intuito de comprovar tal afirmação Carvalho e Abdalla (2017) ainda trazem o estudo de Rodrigues (2015), realizado no estado da Bahia, onde a AF é realizada duas vezes por semana e duas vezes ao dia, com duração de duas horas cada sessão, onde foram aplicadas atividades como recreação, jogos pré-esportivos, brincadeiras, massagens, alongamento, atividades de roda e exercícios aeróbicos específicos, como caminhada e ginástica, além de algumas atividades de força, que consistiam em exercícios de circuito com *thera band*, halteres (garrafas pet) e bastões.

Neste sentido, Carvalho e Abdalla (2017) ainda apresentam resultados de alguns estudos que afirmam que a atividade física realizada de forma orientada pode contribuir para qualidade de vida dos praticantes, como a mudanças no estilo de vida, na vida social, na autoestima, no combate ao estresse, na estimulação da função cognitiva além de melhora no aspecto da mobilidade dos participantes, sendo a inatividade física apontada como um relevante fator de risco em pessoas idosas. Além disso, os usuários tendem a aumentar seus níveis de atividade física, obtendo diversos benefícios físicos, mentais e sociais, como aumento da resistência, da força

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

muscular, da capacidade cardiorrespiratória, da flexibilidade articular, do equilíbrio, da coordenação, do emagrecimento e do bem-estar psicológico, além de prevenir doenças crônicas.

Rocha-Neto (2018) complementa em seu estudo onde traz a citação de Ribeiro (2012) que afirma que indivíduos saudáveis, não portadores de DCNT, devem praticar pelo menos 30 minutos de EF moderado em cinco dias da semana ou 20 minutos de EF intenso por três dias na semana o que seria eficaz na prevenção de tais doenças.

Em seu estudo Rocha-Neto (2018) ainda cita Morais (2012) que afirma que a prática de EF é uma das principais terapias não farmacológica contra as DCNT e que a sua prática diminui os fatores de risco como a redução dos efeitos da PA e patologias associadas, diminuição do excesso de peso, resistência à insulina e dislipidemias, e como consequência a redução do uso de medicamentos e realizações de exames.

Completando, no mesmo estudo é citado Nogueira (2012) que afirma que não é apenas aplicar EF, que antes de ser aplicado deve ser avaliado a condição do indivíduo e respeitar os seus limites fisiológicos, como suas situações físicas e cardíacas, além da intensidade do exercício, quantidade de peso, frequência, tempo, modo e progressão.

Dentre todos os benefícios que a prática de AF e EF traz, vistos nos estudos anteriormente citados, e todos os cuidados que devem ser tomados quanto à aplicação dos exercícios, Lopes e Cunha (2019) afirmam que a ideia de colocar profissionais da área da Educação Física responsável pela Academia da Saúde seria indispensável com o intuito de aplicar o trabalho de alongamento, atividades aeróbicas, melhoramento da qualidade de vida, da saúde e prevenir ou fazer uma atenção primária. Ademais, para que o paciente seja inserido no programa ele deve passar por uma avaliação primária e caso o mesmo esteja apto a praticar AF ele é inserido no programa.

Em contrapartida Lopes e Cunha (2019) apresentam os obstáculos sofridos pelos gestores e profissionais inseridos no programa, uma vez que a quantidade de pacientes é muito maior do que a quantidade de profissionais de Educação Física para atender tal demanda, sendo a área rural a mais afetada por esses obstáculos, além disso, pode se destacar a insuficiência de recursos contínuos e equipamentos que são utilizados na estratégia.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Com base nos achados dos estudos supracitados, pode-se destacar a importância da prática de atividades e exercícios físicos acompanhados por profissionais de educação física no âmbito do SUS, como no programa da Academia da Saúde e ainda assim a necessidade de melhoramento do programa com um todo.

Para Oliveira e Franco (2019) os benefícios da prática de AF vão muito além da prevenção e controle das DCNT. Como destaque em seu estudo Oliveira e Franco (2019) citam Farinatti (2008) onde afirma que dos benefícios da prática de AF podemos destacar o melhoramento na parte fisiológica, na parte psicológica e na valorização pessoal. Além disso, também é mencionado que a prática de tais atividades ajuda no organismo nas partes antropométricas, neuromusculares, psicológicos e metabólicos.

Neste sentido, Oliveira e Franco (2019) cita que Howley (2008) recomenda a realização de AF para idosos de forma moderada por 30 minutos em 5 dias na semana e quando se trata de uma atividade intensa que seja realizada com a duração de 20 minutos durante 3 dias na semana além de 3 dias de exercícios que realize força muscular.

As recomendações dos autores Oliveira e Franco (2019) sobre a realização de AF moderada vão de encontro ao Guia de Atividade Física para a População Brasileira (2021), porém no que diz respeito à AF vigorosa, o Guia possui valores acima do mencionado por Oliveira e Franco (2019) que acreditam que 60 minutos seria o suficiente e o Guia traz valores de 75 a 150 minutos por semana.

Embora o Guia de Atividade Física para a População Brasileira (2021) não seja um dos estudos encontrados pelos descritores através da filtragem de inclusão e exclusão desta revisão, considera-se importante destacar e comparar o que é recomendado por Oliveira e Franco (2019) com o Guia de Atividade Física para a População Brasileira, uma vez que tal documento apresenta recomendações sobre a prática de AF adaptadas para a população brasileira.

Destacou-se ainda nos estudos apresentados por Oliveira e Franco (2019) a pesquisa realizada por Binotto (2014), no qual destaca as DCNT mais frequentes em pacientes que não praticam AF, sendo 45% doença arterial coronariana, 60% infarto agudo do miocárdio, 30% hipertensão arterial, 41% câncer de cólon, 31% câncer de mama, 50% diabetes do tipo II e 59% osteoporose.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Com o intuito de frisar a importância da Academia da Saúde (PAS) e/ou Academia da Cidade (PAC) bem como a prática de AF, Silva, Prates e Malta (2021) trouxeram em seu estudo as principais características do programa como, a avaliabilidade, a avaliação, a sustentabilidade e o processo. Nas revisões realizadas por Silva, Prates e Malta (2021) foram selecionados 24 estudos entre os anos de 2009 e 2020, onde ficou confirmado que a PAS e/ou PAC são estratégias efetivas de promoção da saúde e de incentivo à prática de atividade física no contexto do SUS, impactando positivamente nos indicadores de saúde dos usuários e no aumento da prática de atividade física no lazer.

O estudo nos mostra que as atividades eram oferecidas nos turnos da manhã, tarde e noite de segunda a sexta-feira e em alguns também aos sábados onde as práticas variavam de 50 a 70 minutos com em média 30 pessoas por sessão. Eram oferecidas atividades como práticas corporais e atividades físicas, educação em saúde, práticas integrativas e complementares em saúde, avaliação física, passeios e viagens.

Por fim, o estudo de Silva, Prates e Malta (2021) chega à conclusão que as práticas de AF oferecidas pelos programas impactam positivamente na vida da população e nos indicadores da saúde, onde a população relata a melhoria da qualidade de vida, condicionamento físico, aumento da interação social, da autoestima, do consumo de alimentos saudáveis, da redução da insônia, do estresse, do uso de medicamentos, do peso e do índice de massa corporal (IMC) e do controle de hipertensão e diabetes, além do impacto na redução de custos para a saúde pública e melhoramento a utilização dos espaços públicos.

Além disso, os usuários manifestaram satisfação com o programa, com o atendimento prestado, com as atividades desenvolvidas, com os professores do programa, com a facilidade de acesso (geográfico e econômico), com a flexibilidade no horário das atividades e com a infraestrutura.

Com base nos resultados encontrados nos estudos apontados acima, pode-se observar pontos em comuns e divergências entre eles. Entre os pontos em comuns destacar-se os estudos de Miranda *et al.*, (2016), Carvalho e Abdalla (2017), Rocha-Neto (2018) e Silva, Prates e Malta (2021) que em geral apresentam diversos tipos de benefícios que as AF juntamente com o PAS trazem para a população como um todo,

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

como, o melhoramento do estilo de vida, da função cognitiva, da diminuição dos estresses, do alívio das dores, do aumento do bem-estar, do aumento da interação, disposição e qualidade alimentar, do melhoramento da mobilidade, resistência, força, equilíbrio, coordenação, flexibilidade e da capacidade cardiorrespiratória, entre outros.

Além disso, vale ressaltar também os benefícios fisiológicos, da resistência à insulina e dislipidemias e oferta de promoção, prevenção, atenção ou reabilitação, e como consequência de tais práticas pode-se assim prevenir e controlar as DCNTs. As AF ofertadas são jogos pré-esportivos, brincadeiras, massagens, alongamentos, caminhadas, atividade aeróbicas, atividades de rodas, ginásticas e exercícios de circuitos, que na maioria das vezes são realizados com objetos reutilizáveis, como bastão de vassouras, garrafas pets entre outros.

Em relação à frequência necessária da prática de AF realizada no PAS há algumas controvérsias, Rocha-Neto (2018) e Oliveira e Franco (2019) mencionam 30 minutos de exercícios moderados durante cinco dias e 20 minutos de exercícios intenso durante três dias, que no geral seria 150 minutos de atividade moderada e 60 minutos de atividade intensa. Todavia, Carvalho e Abdalla (2017) mencionam a prática de AF durante duas horas ao dia em apenas dois dias na semana, gerando um total de 120 minutos de atividade e não especifica o tipo.

CONCLUSÃO

O estudo em questão teve como objetivo analisar, através de uma revisão na literatura, os benefícios que a prática regular de atividade física e exercícios físicos trazem na prevenção e controle das Doenças Crônicas não Transmissíveis oferecidas pelo Programa Academia da Saúde. Tal objetivo foi alcançado, pois entre os aspectos analisados encontramos diversos benefícios.

Com base nos dados coletados na presente pesquisa, foi possível apontar algumas considerações, como os benefícios que prática de AF e EF trazem para uma melhora na qualidade de vida da população, entre eles, melhora do bem-estar, da interação social, do condicionamento físico, diminuição do peso, aumento da autoestima entre outros. As orientações para a prática de tais atividades vão de cerca de 150 minutos por semana de atividade moderada e 60 minutos por semana de atividade intensa ou 120 minutos por semana de qualquer tipo de atividade.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Pode-se destacar ainda que a prática de AF e EF é um meio eficaz na prevenção e controle das DCNTs, quando se tratado da hipertensão ocorre à diminuição das incidências da mesma e redução no risco de mortalidade, na diabetes ocorre o aumento da utilização de glicose como combustível para o músculo controlando assim a glicemia, quanto à doença pulmonar crônica as práticas são eficazes na reabilitação pulmonar, sendo orientadas atividades aeróbicas para a reversão dos prejuízos funcionais e por fim no acidente vascular cerebral a prática é fundamental na recuperação da aptidão física afetada, como melhora do equilíbrio, da força e da capacidade funcional.

As práticas de AF e EF ofertadas pelo PAS são diversas, como, aulas de alongamento, atividades de roda, exercícios aeróbicos específicos, como caminhada e ginástica, além de algumas atividades de força, que consistiam em exercícios de circuito com thera band, halteres (garrafas pet) e bastões (cabo de vassouras).

A prática de exercícios pelos portadores das DCNTs pode ter riscos quando não possuem um acompanhamento, tanto médico quanto de um profissional de Educação Física, por isso é sempre necessário que cada indivíduo passe por uma avaliação antes de inserir no PAS, para que seja sempre respeitado os seus limites fisiológicos.

Sugere-se ainda que os profissionais de saúde incentivem cada vez mais a população a praticar AF e fazer parte do PAS, onde a prática é oferecida gratuitamente, deixando claro a eles os benefícios que tal ato trará para a melhoria da qualidade de vida. Vale ressaltar ainda que os Profissionais de Educação Física no âmbito do SUS não são valorizados como devem, os mesmos enfrentam vários obstáculos para demonstrar o quanto é essencial na saúde da população, além disso, a falta de recursos contínuos e equipamentos para a aplicação das atividades no PAS são escassos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Envelhecimento populacional no Brasil e no mundo. Novas projeções da ONU. **Revista Longevidade**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 5-9, 2019. Disponível em:

<<https://revistalongevidade.com.br/index.php/revistaportal/article/view/787/842>>

Acesso em: 29 mar.2021.

BARROSO, Weimar Kunz Sebba *et al.* Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Montes Claros, v. 116, n. 3, p. 516-658, 2021. Disponível em: < https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Diretrizes+Brasileiras+de+Hipertens%C3%A3o+Arterial+%E2%80%93+2020&btnG=> Acesso em: 09 jul.2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia de Atividade Física para a População Brasileira [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf> Acesso em 12 jul. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 2681**, de 7 de novembro de 2013. Redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União 2013; 8 nov. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2681_07_11_2013.html> Acesso em: 01 jun.2021.

BRASÍLIA. **Nota técnica 16**, de 23 de maio de 2011. Programa Academia da Saúde. Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/wp-content/uploads/2011/01/NT-16_academias_da_saude.pdf> Acesso em: 21 jul.2021.

BUENO, Glaukus Regiani *et al.* Exercícios físicos para a promoção da saúde de idosos com dpoc; Paraná, v.18, n.1, p. 18-24, 2017. Disponível em: <https://www.mastereditora.com.br/periodico/20170228_142439.pdf> Acesso em: 01 jun.2021.

CANUTO, Mary Ângela; NOGUEIRA, Lídy Tolstenko. Acidente vascular cerebral e qualidade de vida: uma revisão integrativa; **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 2561-2568, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750946036.pdf>> Acesso em: 25 jun.2021.

CARVALHO, Anderson dos Santos; ABDALLA, Pedro Pugliesi; JUNIOR, Carlos Roberto Bueno. Atuação Do Profissional De Educação Física No Sistema Único De Saúde: Revisão Sistemática, **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v.30, n.3, p. 01-11, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6316>> Acesso em: 01 Ago.2021.

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de; JAIME. O Programa Academia da Saúde – um estabelecimento de saúde e atenção básica, **Journal of Management and Primary Health Care**, v.6, n.1, p. 47-64, 2015. Disponível em: <<https://jmphc.com.br/jmphc/article/view/251>> Acesso em: 21 jul.2021.

CLARA, Helena Santa *et al.* Atividade física e exercício físico: especificidades no doente cardíaco. **Revista Factores de Risco**, Portugal, n. 35, p. 28-35, 2015. Disponível em:<[1739097.pdf \(core.ac.uk\)](https://www.core.ac.uk/doi/pdf/10.1080/1739097.2015.1081711)> Acesso em: 29 mar.2021.

COSTA, Jorge de Assis *et al.* Promoção da saúde e diabetes: discutindo a adesão e a motivação de indivíduos diabéticos participantes de programas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n. 3, p. 2001-2009, 2011. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rbagg/a/V4GZjJXLNgNXXfFPjVRMLL/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 09 jul.2021.

ESPERANDIO, Eliane Maria *et al.* Prevalência e fatores associados à hipertensão arterial em idosos de municípios da Amazônia Legal, MT. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v.16, n.3, p. 481-493, 2013. Disponível em <

<https://www.scielo.br/j/rbpg/a/sz3ZYnG5ff8nYDPRkztQ7nK/?lang=pt>> Acesso em: 07 jun.2021.

FARIAS, Gabriela Maria da Silva; MARTINS, Rosa Maria Lopes. Qualidade de vida da pessoa com doença pulmonar obstrutiva crônica, p. 195-209, 2013. Disponível em:<<https://revistas.rcaap.pt/millennium/article/view/8102>> Acesso em: 17 jun.2021.

FERNANDES, Frederico Leon Arrabal *et al.* Recomendações para o tratamento farmacológico da DPOC: perguntas e respostas. **J Bras Pneumol.** São Paulo, v.43, n.04, p. 290-301 2017. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/CZ8X59VpDtMjKCb8tHHgxNf/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 18 jun.2021.

FERREIRA, Marlla Rúbya *et al.* Metodologias Ativas De Ensino-Aprendizagem: Revisão Integrativa, **SANARE: Revista de Políticas Públicas**, Sobral, v.15, n.02, p. 145-153 2016. Disponível em:<<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1049>> Acesso em: 26 abr.2021.

LOBO, Larissa Aline Carneiro *et al.* Tendência temporal da prevalência de hipertensão arterial sistêmica no Brasil, **Cad. Saúde Pública**, v.33, n.6, p. 01-13, 2017. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csp/a/VH5SydyqSXxQd76GcWJZ5ck/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 02 jun.2021.

LOPES, Tiago Aparecido de Souza; CUNHA, Saulo Daniel Mendes. Análise da percepção dos gestores e dos profissionais envolvidos no Projeto Academia da Saúde sobre os processos de implantação, acompanhamento e avaliação, **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.11, n.08, p. 01-08 2019. Disponível em:<<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/543/348>> Acesso em: 01 ago.2021.

LOTTERMANN, Paula Cecília; SOUSA, Clóvis Arlindo de; LIZ, Carla Maria de. Programas de exercício físico para pessoas com dpoC: uma revisão sistemática, v.21, n.01, p. 65-75 2017. Disponível em:<<https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/5340/3398>> Acesso em: 09 jul.2021.

MALTA, Deborah Carvalho e *et al.* Probabilidade de morte prematura por doenças crônicas não transmissíveis, Brasil e regiões, projeções para 2025. **Rev Bras Epidemiol**, Brasília, p. 01-13, 2019. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/r7QkT4hR3HmkWrBwZc6bshG/abstract/?lang=pt/>> Acesso em: 02 jun.2021.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil e suas regiões, 2000 a 2011. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 599-608, 2014. Disponível em:<<https://www.scielosp.org/article/ress/2014.v23n4/599-608/pt/>> Acesso em: 27 mar.2021.

MARINHO, Niciane Bandeira Pessoa *et al.* Risco para diabetes mellitus tipo 2 e fatores associados. **Acta Paul Enferm.** Fortaleza, v.26, n.6, p. 569-574, 2013. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ape/a/3T68t9zwFD6KVZmK7JjdRYJ/?lang=pt#:~:text=S%C3%A3o%20fatores%20de%20risco%20para,dos%20triglicer%C3%ADdeos%2C%20doen%C3%A7as%20cardiovasculares%2C%20s%C3%ADndrome>> Acesso em: 08 jun.2021.

MENDES, Gisele Soares; MORAES, Clayton Franco; GOMES, Lucy. Prevalência de hipertensão arterial sistêmica em idosos no Brasil entre 2006 e 2010. **Rev Bras Med Fam Comunidade**, Rio de Janeiro, v.9, n.32 p.273-278, 2014. Disponível em: < <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/795/>> Acesso em: 02 jun.2021.

MEURER, Simone Aparecida; BENEDETTI, Tânia Rosane Bertoldo; MAZO, Giovana Zarpellon. Teoria da autodeterminação: compreensão dos fatores motivacionais e da autoestima de idosos praticantes de exercício físico. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. v.16, n.1, p.18-24, 2011. Disponível em: < <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/551/549>> Acesso em: 29 mar.2021.

MIRANDA, Ana *et al.*. Doenças crônicas não transmissíveis em usuários de um programa de Atividade física de São Luís – MA, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. v.12, n.23, p 100-110, 2016. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/31958>> Acesso em: 01 ago.2021.

MURARO, Ana Paula *et al.* Fatores associados à Hipertensão Arterial Sistêmica autorreferida segundo VIGITEL nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal em 2008. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.18, n.5, p.1387-1398, 2013. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n5/1387-1398/pt/>> Acesso em: 02 jun.2021.

NOGUEIRA, Ingrid Correia *et al.* Efeitos do exercício físico no controle da hipertensão arterial em idosos: uma revisão sistemática. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.587-601, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/V4GZjJXLNgNXXfFPjVRMLL/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 09 jul.2021.

OLIVEIRA, Daniel Vicentini de; FRANCO, Mauro Fernandes; ANTUNES, Mateus Dias. A prática de atividade física como fator de promoção da saúde de idosos. **Revista Interdisciplinar De Promoção Da Saúde**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 1, p. 70-71 2019. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/ripsunisc/article/view/13334> > Acesso em: 01 ago.2021.

PEREIRA, Deborah Santana; NOGUEIRA, Júlia Aparecida Devidé; SILVA, Carlos Antonio Bruno da. Qualidade de vida e situação de saúde de idosos: um estudo de base populacional no Sertão Central do Ceará. **Revista Brasileira Geriatr. Gerontol**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1-16 2015. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232015000400893&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 01 abr.2021.

PEREIRA, Tassiane Maria Alves *et al.* Avaliação do perfil dos fatores de risco para Acidente Vascular Cerebral: estudo observacional. **Rev. Pesqui. Fisioter**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 1, p. 37-44. 2019. Disponível em: < <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/2218>> Acesso em: 25 abr.2021.

PITANGA, Francisco Jose Gondim *et al.* Atividade física como discriminador da ausência de hipertensão arterial em homens adultos. **Rev Bras Med Esporte**, v. 20, n. 6, p. 456-460. 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbme/a/r3TNKrf8JBXKvX4f7snMPKC/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 09 jul.2021.

Programa Academia da Saúde. Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: < <https://aps.saude.gov.br/ape/academia>> Acesso em 28 jul. 2021.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

ROCHA-NETO, Donato Pinheiro
A importância da atividade física na promoção da saúde e bemestar do idoso: uma revisão de literatura, p. 11-31 2018. Disponível em: < [DONATO PINHEIRO ROCHA NETO. TCC. BACHARELADO EM ENFERMAGEM. 2018.pdf \(ufcg.edu.br\)](#)> Acesso em 01 ago.2021.

RODRIGUES DE SÁ, Gisele Balbino Araujo *et al.* O programa Academia de Saúde como estratégia de promoção da Saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.21, n.6, p. 1849-1859, 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/GKJqmfSpNC3kxb9PbyL3Gqf/?lang=pt>> Acesso em: 21 jul.2021.

SCHMIDT, Maria Inês; *et al.* Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: carga e desafios atuais. **Lancet**, p. 61-74, 2011. Disponível em: < [Saude no Brasil artigo 4 Lancet 2011.pdf \(usp.br\)](#)> Acesso em: 27 mar.2021.

SILVA, Alanna Gomes; PRATES, Elton Junio Sady; MALTA, Deborah Carvalho. Avaliação de programas comunitários de atividade física no Brasil: uma revisão de escopo. v.37, n.05, p.01-17, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csp/a/4q6dVKGSJtrS9yh7dXsJTVg/?lang=pt>> Acesso em: 25 ago.2021.

SILVA, Alanna Severino Duarte; LIMA, Alisson Padilha de; CARDOSO, Fabrício Bruno. A Relação benéfica entre o exercício físico e a fisiopatologia do acidente vascular cerebral. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v.8, n.43, p.88-99, 2014. Disponível em: < <http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/584/545>> Acesso em: 09 jul.2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020. São Paulo, p. 11-485, 2020. Disponível em: < <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf>> Acesso em: 14 jun.2021

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2015-2016. São Paulo, p. 1-337, 2016. Disponível em: < <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>> Acesso em: 14 jun.2021

VERAS, Renato Peixoto. Um modelo em que todos ganham: mudar e inovar, desafios para o enfrentamento das doenças crônicas entre os idosos. **Acta Scientiarum**, Maringá v. 34, n. 1, p. 3-8, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/16181/pdf>> Acesso em: 29 mar.2021.

VILA, Camilla Prats *et al.* Aptidão física funcional e nível de atenção em idosas praticantes de exercício físico. **Revista Brasileira Geriatr. Gerontol**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 355-364, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232013000200015&script=sci_arttext> Acesso em: 27 mar.2021.

COACHING EDUCACIONAL APLICADO ÀS AULAS DE FILOSOFIA E ÉTICA

Antônio Flávio Figueiredo Braz ¹

RESUMO

A sociedade brasileira vem passando por diversas crises em vários setores, dentre eles o educacional, caracterizado pelo abandono do setor público, competitividade do setor privado, professores mal remunerados, falta de estrutura, dentre outros. Por outro lado, os estudantes brasileiros são marcados pela falta de interesse e desmotivação. São poucos os que conseguem ingressar em uma faculdade; sendo que ao adentrarem no meio acadêmico buscam melhoria não só do currículo para consecução de emprego, mas também, buscam atingir os sonhos que alimentam suas vidas. Após essa constatação, parte-se do pressuposto de que o meio acadêmico (ensino superior) deve funcionar como um ambiente favorável ao desenvolvimento do trabalho de *coaching*, entendido como um instrumento que alavanca a performance do processo educacional universitário. O *Coaching* pode ser aplicado em diversas áreas: pessoal, profissional, educacional, desportiva, sendo que o foco desse trabalho é o *Coaching* Educacional. Neste contexto, o professor de filosofia e de ética pode apoiar os alunos no alcance de seus objetivos. Vários trabalhos nessa linha demonstraram que quando aplicado, o *Coaching* pode levar a resultados positivos como: autoconhecimento, autonomia, eficiência dos discentes e docentes e da instituição de ensino. Por fim, este trabalho incentiva a implementação de um projeto estruturado de *coaching* como uma das metodologias ativas de ensino-aprendizagem junto às aulas de filosofia e ética em ambiente acadêmico.

Palavras-chave: coaching, educação, filosofia, ética.

¹Antônio Flávio Figueiredo Braz é licenciado, bacharelado e pós-graduado em Filosofia e Ética pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), mestre em Filosofia/Ética pela Universidade

Gama Filho (UGF). Pós-graduando em Gestão: Liderança e *Coaching* pela Universidade Estácio de Sá (Ribeirão Preto). Professor há 20 (vinte) anos. E-mail: mestre.antonioflavio36@gmail.com.

ABSTRACT

The Brazilian society comes passing for diverse crises in some sectors; among them the educational one, characterized by the abandonment of the public sector, competitiveness of the private sector, and poorly paid teachers. On the other hand, Brazilian students are marked by the lack of interest and lack of motivation. The ones are few that obtain to enter a college; being that when entering in the half academic they not only improvement of the resume for job achievement more also to reach the dreams that feed its lives. After this, it is assumed that the academic environment (higher education) should function as an environment conducive to the development of coaching, understood as an instrument that leverages the performance of the university educational process. Coaching can be applied in several areas: personal, professional, educational, sports, and the focus of this work is Educational Coaching. Several works in this line had demonstrated that when applied, the Coaching can take the positive results as: self-knowledge, autonomy, efficiency of the learning and professors and the institution of education. Finally, this work stimulates the implementation of a project structuralized of coaching as one of the active methodologies of teach-learning next to the lessons of philosophy and ethics in academic environment.

Key words: Coaching, Education, Philosophy, Ethics.

1 – INTRODUÇÃO

Parte-se do pressuposto de que há problemas que afetam o cotidiano escolar acadêmico que devam ser analisados, pois apresentam-se como desafios de pontos a melhorar, tais como: quais os motivos que trazem os alunos todos os dias à faculdade? Que sonhos ou expectativas eles alimentam, tendo como base sua vida acadêmica? Que sentido fazem os conteúdos trabalhados, e se eles conseguem aplicá-los no dia a dia?

É notório no cotidiano dos alunos brasileiros o imediatismo e a ausência de sonhos ou expectativas sobre um futuro promissor paltado em um projeto de médio

ou longo prazo; a isso, somam-se as condições sócio-econômicas que não são favoráveis. Nesse contexto e de acordo com a demanda atual, os cursos superiores

2

brasileiros deveriam funcionar como um ambiente favorável ao desenvolvimento do trabalho de *coaching*, no sentido de implementar metodologias ativas de ensino-aprendizagem e alavancar a performance de todos os envolvidos no processo educacional universitário.

Na segunda sessão, abordar-se-á o significado, origem e desdobramento do conceito de *Coaching* – como uma intervenção planejada e realizada por um profissional, em uma empresa, instituição de ensino ou com interessados pelo referido processo.

Na terceira sessão são mapeadas as aplicações do *coaching* educacional pelo docente e discente em aulas de Filosofia e Ética junto às metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, o professor pode aplicar o *coaching* e também pode se situar como *coachee*, ou seja, ele será o responsável em buscar o autoconhecimento, suas potencialidades e objetivos a serem atingidos. Por isso, serão discutidas algumas definições associadas ao processo de *coaching* e sua relação com os processos de autoconhecimento, tratados por alguns pensadores.

O próprio docente precisa estar ciente de sua condição de aprendiz, assim como da grande responsabilidade que tem em suas mãos com referência ao aluno.

A partir desse contexto, a abordagem passa a ser do “Professor Coaching”, que basicamente consiste em um profissional que busca sempre melhoria contínua do seu trabalho, a inovação de modelos acadêmicos, revisão de crenças, processos, ferramentas e postura, sem contudo excluir a responsabilidade da instituição de ensino, seja ela qual for. Pretende-se, portanto, propor uma metodologia de intervenção com base em outras experiências e evidências empíricas discutidas na literatura acadêmica especializada.

Ainda na terceira sessão, explica-se como deve estruturar um processo de ‘*coaching* educacional’ para que sejam exitosas as intervenções baseadas nesse instrumento, em metodologias ativas e ferramentas de gestão de pessoas, por exemplo: Roda da Vida, *Feedbacks*, *SWOT*, autoavaliação e TBL – *Team Based Learning*, PBL – *Problem Based Learning* etc.). De posse da situação levantada,

apresenta-se o currículo da matéria e aplica-se essas ferramentas em clima de liberdade com “*feedbacks* construtivos”. Após a apresentação do processo de *Coaching* e dos seus elementos constitutivos, serão abordados os mecanismos

3

por meio dos quais ele pode ser aplicado ao ambiente educacional, em geral, e acadêmico, em particular nas aulas de Filosofia e Ética.

O professor e o aluno são agentes decisivos no processo de *coaching*, o qual pode ajudar a melhorar o intercâmbio entre eles, bem como potencializar a absorção de conteúdo e o desenvolvimento de competências dos estudantes e dos profissionais. As evidências empíricas apontam o sucesso do *coaching* educacional, na melhoria das relações professor-*coach* e aluno, dos indicadores de aprendizagem, em geral, e da produção acadêmico-científica universitária.

2 – O QUE É COACHING? ORIGEM E DESDOBRAMENTO DO CONCEITO

A origem da palavra inglesa *coach* é um tanto incerta. Uma das possíveis explicações encontra-se no século XVIII, quando se designava o condutor da carruagem de cocheiro, o qual levava os estudantes da nobreza inglesa para as Universidades (CELESTINO, 2015). Além dessa função, ele também treinava os cavalos para a tarefa de puxar a cabine de passageiros, chamada de coche ou Kócs, na língua húngara; língua na qual primeiro se cunhou o termo para a carruagem (MARQUES, 2015). Encontra-se este termo de forma mais comum no campo dos esportes. Ele foi, e ainda é utilizado nas universidades estadunidenses para designar os técnicos esportivos. Por fim, chegou ao meio empresarial como técnica para preparar liderança de elevado padrão e eficiência (WHITMORE, 2012).

O *coaching* é baseado na parceria dos envolvidos, visando à conquista dos objetivos anteriormente combinados. O *coaching* é uma relação de co-criação, travada num ambiente de confiança e mutualidade entre o *coach* (profissional que coordenará o processo) e o *coachee* (contratante do serviço), das estratégias de ações que serão realizadas pelo cliente. (SILVA, 2016)

Nesse processo, o primeiro ajuda o segundo a descobrir seus pontos de melhoria e potencializar suas forças, visando alcançar as metas sonhadas pelo cliente. O *coach* utiliza como ferramenta principal o ato de perguntar, uma vez que

4

as respostas para os anseios do *coachee* (o cliente ou o aluno) estão com ele mesmo. Portanto, o papel do *coach* é o de ajudar seu cliente a refletir sobre os seus conceitos e valores, para com isso reelaborar suas ações, tornando-as mais coerentes e eficazes.

Neste processo de reelaboração dos conceitos estabelecimentos a partir dos valores e da definição dos objetivos, o *coach* vai auxiliando o *coachee* nas ressignificações de experiências vividas, sempre apontado para o futuro. Desse modo, já é possível encontrar uma diferença da abordagem psicoterapêutica que foca no resgate do passado como elemento do processo de cura. Enquanto o foco do *coaching* é o futuro, a meta, o alvo.

Outra diferença do *coaching* em relação a outras abordagens está no fato da valorização do saber do *coachee* como elemento essencial para o progresso do processo. Desse modo, o *coach* não precisa ser especialista na área profissional do *coachee*, o *coach* só precisa fazer perguntas poderosas que levem o *coachee* a pensar sobre sua trajetória e suas opções.

Perguntas influentes são aquelas que levam o cliente a questionar sobre possibilidades que ainda não haviam sido pensadas por ele, apesar de serem relativamente simples e transformadoras. O *coachee* (o cliente) sempre terá a forma correta de fazer as coisas e ele deve ser o dono do processo, pois as consequências das suas escolhas serão dele. O *coach* será o seu apoiador, seu motivador, mas sem esquecer-se da sua responsabilidade de fazer o *coachee* pensar sobre tudo e tomar as decisões de forma consciente e responsável.

O *coach* também tem a tarefa de ajudar o *coachee* a identificar os obstáculos e fazê-lo pensar o modo de superá-los. Após a identificação das metas, possibilidades e impedimentos formulam-se, em parceria, um plano de ação. O plano não visa exclusivamente o alcance de uma determinada meta, mas deve também visar à ressignificação do modo de ver os acontecimentos, ou seja, o cliente

deve partir para a ação lembrando que não há fracassos, mas apenas resultados, e esses resultados são produtos de modos adequados ou não de se fazer uma determinada coisa, assim como acontece em uma pesquisa científica na qual a hipótese inicial poderá ou não se confirmar.

5

Caso não se confirme isso não invalida o processo da pesquisa. Esta mudança de paradigma produz um indivíduo motivado, confiante, capaz de caminhar sozinho em qualquer situação e mais equilibrado nas elaborações dos conceitos sobre si e sobre os outros e pronto para enfrentar as possíveis decepções.

3 – APLICAÇÕES DO COACHING PELO CORPO DOCENTE E DISCENTE

O *Coaching* é aplicável em vários ambientes, desde que as pessoas envolvidas no processo estejam dispostas a evoluir, na medida em que tomam decisões mais assertivas e promovem mudanças de hábitos negativos.

Alunos que, desmotivados ou desesperançados com a educação, têm sua presença, em sala, movida pelos benefícios governamentais (...), mas sem perspectivas de crescimento ou interesse pelo conhecimento. Claro que isso não deve ser encarado como algo determinado e generalizado, nem tão pouco como um objetivo dessa política pública, mas como uma possibilidade de abordar a questão. (SILVA, 2016)

O processo de *Coaching* contribui para o alcance de resultados positivos em nível pessoal, profissional e na área educacional com foco no Ensino Superior. Esses resultados abrangem as dimensões da vida pessoal (emocional, familiar ou afetiva), estudantil, profissional e lúdica. Trata-se de uma ferramenta que também é amplamente utilizada para o fortalecimento de competências.

Neste contexto, salienta-se a relevância do *Coaching* em ambiente educacional, na medida em que pode atuar como um processo de mediação, com vistas a potencializar o desempenho de estudantes e professores.

Conforme Alexandre e Ramos (2015), o ‘professor *Coach*’ tende a se tornar uma pessoa e profissional de Educação cada vez mais eficiente, bem como “mais preparado para os desafios tecnológicos, sociais e de desenvolvimento humano presentes nos processos educacionais”.

6

Bitencourt; Silva; Bitencourt (2011, p. 12), afirmam que:

A democratização do ensino superior brasileiro por meio do aumento do número de vagas, diminuição das mensalidades e oferecimento de diversas bolsas de estudo implica na chegada de um novo tipo de estudante no ensino superior: um aluno que muitas vezes não quer estudar, não acredita no próprio potencial e não tem as capacidades básicas de um estudante de graduação.

Para atuar nesse cenário o docente precisa melhorar continuamente desenvolvendo competências no campo da psicologia e pedagogia, além da sua área de formação, aplicando as de forma sistemática sempre observando a relação de teoria com a prática. Para Silva (2013, p. 29) o docente precisa desenvolver habilidades e competências para lidar com problemas e mediar situações de conflito na busca de uma maior eficiência e excelência no desempenho de seu papel.

O ‘professor *coach*’ poderá através do *coaching* ser capaz de, no âmbito da docência, despertar uma visão crítica e social em seus alunos (*coachee*), atribuição esta indispensável a um docente.

Há vários aspectos que caracterizam o perfil do líder *coach*, entre os quais dois se destacam e são compreendidos como os sustentáculos do *coaching*, a saber: a escuta ativa e a habilidade de indagação. Ambas envolvem técnicas que, aplicadas pelo *coach*, objetivam instigar no interlocutor (*coachee*) a sensibilização para potencializar o seu aprimoramento intelectual, pessoal ou profissional. É possível efetuar uma correlação da liderança *coach* (que eleva a performance de sua equipe) com o processo educativo de nível superior, em que o professor atua como líder *coach*. Neste contexto, o meio acadêmico (de nível superior) deve funcionar como um ambiente favorável ao desenvolvimento do trabalho de *coaching*, entendida como um instrumento que alavanca a performance do processo educacional universitário. (ANDALAF e SBRAMA, *apud* ARANTES; VIEGAS, 2018).

Várias universidades brasileiras já incluem o *Coaching* em suas formações e projetos de extensão. Segundo Alexandre e Ramos (2015), o Ministério da Educação reconheceu a importância dessa ferramenta, na medida em que autorizou a criação de cursos de pós-graduação de *Coaching* e firmou parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) voltada para Educação, a Ciência e a Cultura. O objetivo do acordo era executar o “Projeto de Aprimoramento da Sistemática de Gestão do Ministério da Educação (MEC)” em seus processos de formulação, implantação e avaliação do “Plano de Desenvolvimento da Educação” (PDE), cuja qualificação dos consultores contratados para executar o projeto exige o conhecimento em *coaching* e *mentoring*.

7

Essa aplicação do processo de *coaching* para os discentes pode contribuir para melhorar o autoconhecimento, a motivação, as habilidades, as competências e as atitudes relacionadas às atividades educacionais dos estudantes.

O processo de *coach* promove a autoconsciência ao ajudar a elucidar o potencial que a pessoa possui para realizar aquilo que almeja, bem como reforça a autoestima e apoia na definição de metas, do plano de ação e identificação e reconhecimento de conquistas (PIMENTA, *apud* ARANTES; VIEGAS, 2018).

Por sua vez, o docente pode, na condição de *coachee*, aperfeiçoar os processos que utiliza para melhorar o seu desempenho profissional, a sua eficiência, os seus recursos didáticos, as suas habilidades de liderança e de transformação social dos ambientes em que atua.

A pesquisa intitulada “Programa de *Coaching* na gestão de talentos humanos” teve o público alvo professores da instituição educacional Santa Anita Huaral. Essa pesquisa teve como objetivo geral verificar a influência do programa de *coaching* na instituição. Contou com a aplicação de questionário para uma amostra de 30 professores. Os resultados sugerem que o processo de *coaching* ampliou a capacidade dos professores de resolver conflitos, de trabalhar em equipe e de se motivar. Esses pontos resultaram em um melhor desempenho dos professores na prática de ensino-aprendizado e confirmou que maior satisfação no trabalho leva a melhor desempenho profissional, isto é, na elevação da eficiência dos recursos acadêmicos (NICOLAS, MANRIQUE *apud* ARANTES; VIEGAS, 2018).

Na universidade, o *coaching* tem o objetivo de desenvolver o potencial humano e colaborar com o progresso pessoal e intelectual dos estudantes, tanto em questões psicológicas (autoconhecimento e autodomínio), quanto práticas (pesquisa e planejamento). O *Coaching* na sala de aula tem como premissa de que a sua aplicação conduzirá o indivíduo a ser mais proativo. Por isso, ele incentiva a autonomia, a autoaprendizagem, o desenvolvimento de competências e o compromisso durante o processo de aprendizagem. (MIRÓN; MUNDINA, 2013).

No *Coaching*, o docente desperta a consciência dos discentes para os objetivos pedagógicos do curso e inova na maneira de educar, na medida em que o foco deixa de ser a constituição de estudantes “depósitos de conhecimento” e passa a se centrar em formar cidadãos e profissionais com capacidade crítica e de realização. (MATTEU; MATTEU, 2016).

8

O *coaching* atua no sentido de estimular a motivação desses estudantes e ajudá-los a traçar planos de ação baseados em objetivos realistas, condizentes com a melhoria do seu desempenho educacional.

Dados da Pesquisa de Matteu e Matteu (2016) apontam que ao comparar as notas de estudantes do segundo semestre do curso de Direito, verificou-se que aqueles que frequentaram as sessões de *Coaching* tiveram resultados, significativamente, melhores do que os que não frequentaram as mesmas sessões. O trabalho dos autores sugere uma generalização deste estudo com a inclusão de sessões práticas de *Coaching* nas Universidades, não apenas dirigidas para os alunos, como também para os professores, de maneira a aumentar os níveis de aprendizagem e performance nas avaliações e atividades de cursos universitários (MATTEU e MATTEU, 2016).

Entretanto, *Coaching* não é *Counseling*, ou seja, não significa aconselhamento, mas é antes um diálogo com cronograma curto e plano de ação específico.

Segundo Batista (2011), o *coaching* voltado para a aprendizagem atua de forma que o *coachee* aprende a utilizar os seus recursos da mente inconsciente e criar “estados de excelência” para acelerar a aprendizagem. O primeiro passo é estabelecer as metas e objetivos do estudante. Identificação do estilo de aprendizagem do discente, (qual o canal perceptivo dele é mais aguçado para captar e apreender o conhecimento). Por fim, exploram-se as potencialidades da pessoa

para que ela possa ser eficiente e alcançar resultados positivos. No entanto, esclarece-se que não há modelos, nem fórmulas prontas para os educadores implementarem o *Coaching*, porém é importante perceber uma lógica sistemática para sua utilização e o seu sucesso.

Terrón (2011) aponta as cinco características essenciais para o processo de *coaching* educacional, quais sejam:

- I) a concretização, porquê o *coach* foca em comportamentos que podem ser melhorados, usando linguagem direta;
- II) o diálogo, pois o *coaching* é realizado através de conversas nas quais perguntas e respostas são formuladas e ideias são trocadas;
- III) flexibilidade, dado que o *coach* tenta adaptar ao máximo as características do *coachee*, evitando recomendar receitas não relacionadas à criatividade e sua vontade;

9

- IV) responsabilidade compartilhada, pois, em um clima de respeito mútuo, os participantes devem contribuir para tornar a conversa o mais útil possível; e
- V) a especificidade das ações, que devem estar de acordo com objetivos claramente definidos.

Assim, o *coaching* educacional implicará na ampliação do conhecimento do discente sobre si mesmo e a respeito da estrutura educacional da qual faz parte. Por outro lado, a aplicação do *coaching* pelo docente não é tarefa fácil, pois requer vários critérios como:

- a) necessidade de coerência, entusiasmo e inspiração;
- b) questionamentos bem elaborados e que estimulem os estudantes na busca de soluções;
- c) escuta ativa de todas as contribuições dos estudantes, visando a consideração dos vários pontos de vista; e
- d) promoção de diálogo e liberdade de participação do estudante para soluções criativas, de forma a assumir erros e extrair aprendizados.

A proposta de abordagem através do *coaching* segue experiências nacionais e internacionais de sucesso, as quais ajudam professores e estudantes a melhorar a qualidade, a eficiência e o desempenho em suas atividades.

O compromisso do professor, particularmente no nível da educação superior, é com o desenvolvimento da autonomia do estudante nas dimensões intelectual, pessoal, emocional, social, profissional, cultural e política.

Nosso comportamento como docente ainda está conformado pela tradição de entender o ensino mais como informação do que formação. Estes são aspectos dimensionados quando se fala que ser professor envolve mais do que o conhecimento da área específica e a perspectiva de passar conteúdo. Envolve o necessário conhecimento pedagógico, a reflexão sobre o que é conhecimento, sobre o papel do profissional na sociedade, sobre o seu papel na formação da autonomia do aluno. (BRAZ, 2019).

Para ilustrar um pouco mais a importância do ensino superior com questões mais amplas que o simples propósito de formar profissionais.

3.1 – O Coaching em Aulas de Filosofia e Ética como processo de autoconhecimento.

O autoconhecimento é tema eterno da Filosofia e da Ética, desde a antiguidade até a contemporaneidade. Filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Agostinho de Hipona, Spinoza, Kant, Sartre, Heidegger, Teilhard de Chardim e Pierre Weil fazem parte de uma tradição que vê o autoconhecimento como a realização suprema do Homem, pois daí adviria todos os outros bens como felicidade, prosperidade, justiça, amor e/ou realização da divindade no Homem. O autoconhecimento é o conhecimento da alma, da liberdade e responsabilidade, da dialética do vir a ser, pois a sociedade e o Homem estão em constante transformação. Para conhecer-se a si mesmo, o sujeito precisa refletir e interpretar a si mesmo constantemente e em sociedade.

Em Sócrates, o método educacional é a Maiêutica, onde o filósofo suspende o juízo (ironicamente finge nada saber) e produz questionamento constante sobre as respostas dadas pelos interlocutores até que se chegasse a um conceito puro sem contradições, ou, que gere novas ideias e reflexões, ampliando o senso crítico e chegando a conceitos claros. Segundo Sócrates: “uma vida que não é examinada não vale a pena ser vivida” afirmando que autorrealização somente poderá ser alcançada se existir o conhecimento de si.

Na filosofia clássica de Sócrates, Platão e Aristóteles também existem propostas de harmonização entre instintos, emoções e razão, sendo esta última a coordenadora da vida prática e boa, ou de um trabalho moral a ser realizado pelo Homem no sentido de ser justo, perfeito e feliz através de um planejamento consciente da sua vida.

Ainda citando Sócrates: “conhece-te a ti mesmo”, sua filosofia moral significa um conjunto de práticas ascéticas, com vistas à perfeição do caráter moral, tomada de consciência do Eu, autodomínio e autonomia.

Em Aristóteles, a convivência social é importante para o autoconhecimento – o Homem é um animal sócio-político por natureza.

11

Neste sentido, é importante compreendermos a ética como ação virtuosa e libertadora dos vícios do mundo exterior (carnal) e como elas nos influenciam para que possamos gozar da nossa verdadeira liberdade. Por outro lado, para adquirir o conhecimento de si mesmo, é necessário a aprender a ser e a conviver. Segundo o filósofo contemporâneo Jean Paul Sartre: “O inferno são os outros”, o que significa que na sociedade contemporânea a convivência traz riscos e inúmeras desavenças.

Por isso, é tida por muitos como se fosse um inferno pessoal, onde você se vê no espelho do outro, com seus defeitos e qualidades, e, onde se vê obrigado a ser livre e responsável ao mesmo tempo em que é obrigado a conviver. Para Sartre essa convivência é possível devido à intersubjetividade.

É essencial que a pessoa faça uma reflexão acerca dos defeitos, qualidades, sonhos, limitações, talentos, bloqueios e elevando a sua autoestima e autonomia. A

partir deste processo é possível reconhecer as possibilidades de realização dos seus sonhos e objetivos, pois no contato com a essência o ser identifica suas vontades e fortalece seus propósitos, podendo conquistar o que almeja e assumindo a responsabilidade da sua própria vida. (Cf. ARANTES; VIEGAS, 2018)

O domínio amplo do conhecimento, a capacidade de decidir, de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa sempre foram objetivos da educação superior, mas neste atual tempo histórico adquiriu maior intensidade. Dessa forma, a autonomia para Giddens (1991) tornou-se uma necessidade intelectual tanto quanto uma necessidade emocional. Uma vez que os indivíduos precisam desenvolver uma efetiva comunicação entre si, a autonomia traz a segurança do pensar e comunicar suas próprias ideias. A falta de autonomia intelectual impede a criação de novas ideias e no âmbito psicológico obstaculiza as discussões abertas e impede a manifestação plural. Não preparar para a autonomia no mundo de hoje, onde a comunicação é um dos principais fatores de ação política, profissional e pessoal é fazer do estudante um servo do sistema, um cidadão sem condições de usar seus direitos, um profissional sem capacidade de pensar a sociedade. (PEREIRA, 2015, p.4)

Pierre Weil (1977) defende em estudos holísticos (psicologia, filosofia, religião e ciência) a importância do autoconhecimento e autocontrole como proporcionadores da autonomia.

12

Skinner também defende a importância do autoconhecimento e do autocontrole para a realização pessoal:

O autocontrole consiste num reforçamento pelo próprio indivíduo do seu próprio comportamento, graças ao autoconhecimento. Ele evita reforços negativos, isto é, situações desagradáveis para ele, e escolhe comportamentos que ele sabe serem reforçadores. (SKINER *apud* WEIL, 1977, p. 121)

3.2 – Práticas de algumas ferramentas *Coaching* junto às aulas de Filosofia e Ética

As ferramentas foram aplicadas em um ambiente universitário de âmbito particular, dinâmico, e em vias de implementação de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. O professor com vistas a melhoria de desempenho recorreu à formação e prática do *coaching*, que possui ferramentas e centenas de recursos para ajudar o *coachee* a alcançar seus objetivos. Nesta experiência em aulas de filosofia e ética, foram utilizadas basicamente a Roda da Vida, SWOT pessoal e profissional, *Feedbacks*, autoavaliação, TBL – *Team Based Learning* e PBL – *Problem Based Learning*. Também se aplicou a motivação por meio verbal, dinâmicas e diálogos filosóficos, sem fugir do planejamento pedagógico e do cronograma do 1º semestre de 2019.

O aluno é regularmente convidado a avaliar, numa escala de 0 a 10, o quanto ele está comprometido com o processo. Esse convite é feito de modo oral, numa conversa sem tom de ameaça, estimulando-o a refletir se os seus atos e hábitos fazem sentido ou estão em acordo com o compromisso assumido por ele anteriormente. Essas ferramentas foram acompanhadas pela técnica chamada de Patrocínio Positivo. Essa técnica é utilizada durante todo processo de modo muito sincero, mas sempre que possível com muita ênfase. Ela consiste em palavras de estímulo e elogios visando à elevação da autoestima do aluno e o destaque das ações corretas, numa declarada ação de reforço aos atos positivos. (SILVA, 2016).

Num primeiro momento, aplicou-se a Roda da Vida, onde o próprio aluno marca os pontos e traça o seu mapa nos quesitos enumerados e identificando os pontos fortes e pontos a melhorar como foco e planejamento. O docente atua como facilitador do processo.

13

As perguntas iniciais têm como objetivo o autoconhecimento, onde a própria pessoa se situa e pode ver onde precisa manter o foco e agir positivamente. Fornece elementos para trabalhar onde os alunos têm necessidades, tomada de consciência de todos do quanto há para ser compreendido.

Sobre o SWOT pessoal e profissional, (Pontos Fracos, Pontos Fortes, Oportunidades e Ameaças) foi utilizada pelos alunos em um segundo momento. O ato de registrar sobre si mesmo muitas das vezes vem acompanhado de que alguém leia, as vezes a pessoa não sabe dizer, alguns dizem ser difícil falar de si mesmo, outros ainda não pesaram muito sobre o assunto). Interessante é deixar fluir, ou melhor, o professor *coach* não deve interferir (não deve aconselhar) mas deixar a

consciência do aluno fluir e se desenvolver seja sozinha seja através do diálogo espontâneo.

Deve ser mostrado ao aluno que o mesmo está diante de um mapa de melhorias, uma busca otimista, embora o resultado não deva ser idealizado com o melhor, pois sempre haverá lacunas ou possibilidade de “fracassos”, que por sua vez devem ser encarados como um aprendizado. Em outras palavras, aprender com os erros e fracassos, crescer, lograr êxito, por isso a importância da automotivação – da motivação interna que pode ser provocada pela motivação externa verbal.

Às vezes, encontram-se pessoas que não são capazes de lidar com suas próprias decisões, nem mesmo extrair o melhor das escolhas e aprender com “erros” cometidos. Por isso, não por outro motivo, é essencial o apoio externo, que pode ser materializado na intervenção de um profissional da área de psicologia, um *coach* ou um professor capacitado para estirar os limites do indivíduo e ajudá-lo a obter melhores retornos pessoais e profissionais. As ferramentas do *Coaching* aliadas a metodologias ativas de ensino-aprendizagem nas aulas de filosofia e ética também tomam características de uma atividade lúdica, que melhora a qualidade do tempo investido na diversão, sem abrir mão do comprometimento com o processo de ensino-aprendizagem com foco no aluno, que por sua vez, passa a ser proativo na ampliação do conhecimento. O professor *coach* pode levar o aluno a ver como ele é o próprio responsável por sua carreira pessoal e profissional.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decisão de utilizar o *Coaching* teve como um dos motivadores a exigência das atuais universidades em adotar metodologias ativas de ensino-aprendizagem com objetivo de atrair e reter alunos, uma vez que vive-se no Brasil ainda uma dificuldade muito grande das camadas menos favorecidas economicamente de chegarem na faculdade, e, quando chegam, vêm com necessidade de trabalhar

durante o dia e estudar à noite, o que pode desanimá-los se não encontrarem um ambiente propício ao desenvolvimento da sua motivação, autoestima e plano de metas.

Os processos de ensino-aprendizagem que são defendidos para atender a atual sociedade, não podem ser regidos somente por fórmulas técnicas e pensados por outros que não o próprio professor. Não devem existir “receitas prontas” para serem implementadas, mas abertura à criatividade aliada à pesquisa aliada à técnica humanizada e objetivadas no plano de curso do professor, nas suas ações em sala de aula e em outras atividades do currículo, para a formação do Homem antes que para a estreita formação profissional.

Como resultados, pode-se notar um maior comprometimento do aluno em atividades acadêmicas, no desenvolvimento de habilidades pessoais, na aquisição e aplicação de novas aprendizagens, no reconhecimento de valores, maior autoconhecimento bem como melhoria na capacidade de elaboração de projetos para realização de objetivos.

Nota-se, por exemplo, na aplicação da “Roda da vida”, os alunos começam a descobrir o quanto eles desconheciam de si mesmos e dos seus colegas. É no exercício de uma atividade docente para autonomia que o professor pode substituir práticas até então impermeáveis às mudanças, por práticas docentes de dimensão sociocultural na formação do estudante universitário.

O preparo docente do professor tem núcleo central na postura ética e de respeito ao estudante como ser em formação, pois o processo de ensino-aprendizagem reconhece a relação de formação mútua (professor e aluno), é uma atividade que se estrutura com muitas dimensões.

Sobre a dimensão pedagógica nas aulas de filosofia e ética, foram abordados os aspectos demandados por uma prática educativa significativa tanto para a sala de aula, como para além dela e se adverte para uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização. Há outros aspectos que precisam ser cuidados que não somente os intelectuais, mas também, os emocionais, os éticos, os políticos e os culturais. Ensinar é desenvolver o raciocínio, a reflexão, o senso crítico e

investigativo sobre o conhecimento, sobre o mundo contemporâneo, sobre a sociedade e sobre as atividades que se desempenha nela e no mundo. Será uma ação para além da sala de aula. Tudo o que o professor puder plantar e o aluno absorver e aplicar em sua vida profissional e pessoal visando uma melhor e mais justa sociedade será um grande ganho para ambas as partes.

O *coaching* educacional pode ampliar as fronteiras e o alcance dos processos de ensino-aprendizado, na medida em que propõe novas abordagens didáticas e nas relações professor-estudante, que vão além do modelo tradicional. Ademais, o *coaching* em ambiente educacional pode transformar as relações entre estudantes e entre professores, e, criar um ambiente mais fecundo para a geração e difusão de conhecimento.

Ressalta-se que o ambiente escolar vem passando por modificações significativas, com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação (que incluem *smartphones*, redes sociais e plataformas de ensino à distância), as quais revolucionaram as relações sociais e vêm promovendo mudanças nas atividades de ensino no Brasil e no mundo. Portanto, os profissionais conectados com essas transformações assumem uma responsabilidade adicional, na medida em que se comprometem a melhorar as práticas de ensino e enfrentar os desafios de ensinar para as novas gerações, nesse ambiente dinâmico e repleto de informações nem sempre confiáveis.

Várias evidências apontam resultados satisfatórios da implementação de projetos que introduzem o *coaching*, uma vez que eles promovem atitudes mais assertivas e a flexibilidade de professores e alunos. Melhorias do potencial de aprendizagem e de produção entre universitários e professores, desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao processo de ensino-aprendizado e preparação para o mercado de trabalho.

Conclui-se, portanto, que a aplicação de processos de *coaching* atuam no sentido de aumentar a eficiência dos recursos humanos acadêmicos, o que se manifesta na melhoria do desempenho dos docentes e discentes. Por isso, o uso da técnica de *coaching* durante as aulas de Filosofia e Ética no ensino superior

produziu mais do que uma apropriação de conhecimentos, pois favoreceu a criação de um clima favorável para o processo de ensino-aprendizagem motivado pelo autoconhecimento e elevação da autoestima das turmas que se reconheceram como protagonistas da construção dos seus saberes.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Tarcísio Mota; RAMOS, William Lisboa. **Coaching acadêmico: o processo de coaching no desenvolvimento do docente. Negócios em projeção**, v. 6, n. 1, p. 28-38, 2015.

ARANTES, Lídia Silveira. VIEGAS, Thales de Oliveira Costa. **Coaching educacional: um mecanismo de ampliação da eficiência dos recursos acadêmicos**. UFSM, Brasil. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2018/10/html>. Acesso em 19 de abril de 2019.

BATISTA, Lídia. *Coaching e Aprendizagem*. IN: PERCIA, André; SITA, Maurício. **Manual Completo de Coaching**. Editora Ser Mais Ltda, 2011.

BRAZ, Sarah Raquel Siqueira. DUARTE, Ram Sashi Dória. SILVA, Sarah Raquel Siqueira. **A Ferramenta Coaching no Desenvolvimento e Aprimoramento do Professor do Ensino Superior**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/385105029/FERRAMENTA-COACHING>. Acesso em 19 de abril de 2019.

CELESTINO, Sílvio. **A origem da palavra coach**. Disponível em <http://oglobo.globo.com/blogs/elevador/posts/2009/07/16/a-origem-da-palavra-coach205392.asp>. Acesso em de abril de 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 1996, 36ª Edição.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MARQUES, José Roberto. **Coaching – conceito e significado**. Disponível em: <http://www.ibccoaching.com.br/tudo-sobre-coaching/coaching/coaching-conceito-esignificado>. Acesso em: 19. set. 2019.

MATTEU, Ivelise Fonseca de; MATTEU, Douglas de. **Coaching na educação: uma metodologia de alta performance**. Revista Compartilhe Docência (ISSN 2447-8903), v. 1, n. 1, p. 43-54, 2016.

MIRÓN, Beatriz Sánchez; MUNDINA, Julia Boronat. **Coaching Educativo: Modelo para el desarrollo de competencias intra e interpersonales**. Educación xx1XX1, v. 17, n. 1, p. 221-242, 20143.

PEREIRA, ELISABETE M. A. **Docência na universidade ultrapassa preparação para o mundo do trabalho**. Ensino Superior Unicamp, v. 16, p. 1-7, 2015. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/docencia-na-universidade-ultrapassa-preparacao-para-mundo-do-trabalho>. Acesso em 19 de abril de 2019.

SILVA, M. **Coaching para docência do ensino superior: professor-coach, uma proposta**, Revista Trabalho e Sociedade, Fortaleza, v.1, n.1, p.20-36, jul/dez. 2013.

SILVA, Paulo. **Coaching na aula de Sociologia**. Em Tese, v. 13, n. 2, p. 189-203, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2016v13n2p189>. Acesso em 19 de abril 2019.

TERRÓN, Francisco Javier Malagón. *Coaching* educativo y académico: un nuevo modo de enseñar y aprender. **Educación y Futuro: Revista de investigación aplicada y experiencias educativas**, n. 24, p. 49-66, 2011.

WEIL, Pierre. **Esfinge: Estrutura e Símbolo do Homem**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1977.

WEIL, P. e TOMPAKOW R. **O corpo fala**. Petrópolis: Vozes, 1986.

WHITMORE, John. **Coaching para performance: aprimorando pessoas, desempenhos e resultados: competências pessoais para profissionais**. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2012.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIA: ESTUDO DE CASO BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA CONSELHEIRO LAFAIETE-MG

Luciano Marcos Coimbra ¹
Alexandre Júnior Espírito Santo Vieira ²

RESUMO

A avaliação de desempenho por competência é utilizada como um instrumento analítico voltado para relação entre os funcionários e a organização, particularmente no setor bancário. Considerando a relação direta existente entre uma instituição financeira e a área de RH, surgiu o questionamento quanto ao nível de satisfação dos funcionários com o sistema de avaliação de desempenho por competência. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho foi analisar a percepção dos funcionários do Banco do Brasil na agência de Conselheiro Lafaiete – MG, com o método de avaliação de desempenho profissional por competência adotado pela empresa, conhecido como Gestão de Desempenho Profissional (GDP). A pesquisa teve caráter censitário e foi realizada entre os dias 08 a 15 de abril de 2014 com a participação de 26 funcionários, de um total de 40 funcionários da agência. A coleta dos dados aconteceu por meio de questionários com a escala Likert, aplicados no ambiente de trabalho. Os dados coletados foram enviados para planilhas do programa Microsoft Excel, onde foram calculadas as médias dos dados referentes as respostas dos colaboradores. Embora a maioria das afirmações a respeito da GDP tenham apresentado maior índice de concordância por parte dos colaboradores, quando questionados sobre a satisfação com a GDP por competências como sistema de avaliação do banco, eles se mostraram insatisfeitos com essa metodologia. Por tudo isso, é necessário observar a opinião dos funcionários quanto as ferramentas utilizadas para a avaliação de desempenho dos mesmos, pois, eles são instrumentos essenciais para a organização atingir seus objetivos e metas.

Palavras-chave: Avaliação de desempenho; Gestão de Desempenho Profissional; Banco do Brasil.

ABSTRACT

The performance evaluation by competence is used as an analytical tool aimed at the relationship between employees and the organization, particularly in the banking sector. Considering the direct relationship between a financial institution and the HR area, the question arose as to the level of employee satisfaction with the competency-based performance appraisal system. In this context, the objective of the present study was to analyze the perception of Banco do Brasil employees in the agency of Conselheiro Lafaiete - MG, using

¹Pós-graduação em Finanças, Investimentos e Banking pela Puc – Rio Grande do Sul. E-mail: lucianocoimbra@ymail.com

²Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade Santa Rita Fasar. E-mail: alexandrevieira943@hotmail.com

the professional performance evaluation method adopted by the company, known as Professional Performance Management (GDP). The survey had a census and was conducted between April 8 to 15, 2014 with the participation of 26 employees, out of a total of 40 agency employees. The data were collected through Likert scale questionnaires, applied in the work environment. The data collected was sent to Microsoft Excel spreadsheets, where the data averages of the employees' responses were calculated. Although the majority of the affirmations regarding GDP had a higher level of agreement among employees, when asked about the satisfaction with the GDP by competencies as a bank evaluation system, they were dissatisfied with this methodology. For all this, it is necessary to observe the opinion of the employees as to the tools used for the evaluation of their performance, since they are essential instruments for the organization to reach its objectives and goals.

Keywords: Performance evaluation; Professional Performance Management; Bank of Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação de desempenho por competência, que faz parte da realidade das empresas, é utilizada com o intuito de melhorar a relação entre funcionário e empresa. Por meio dela é possível analisar como está o ambiente de trabalho, como a equipe de funcionários está desenvolvendo suas atividades, e se as expectativas de ambas as partes, funcionário e empresa, estão sendo atingidas (PIO, 2008). Segundo Chiavenato (1999, p.189), o conceito de avaliação de desempenho por competência: "é uma apreciação sistemática do desempenho de cada pessoa em função das atividades que ela desempenha, das metas e resultados a serem alcançados e do seu potencial de desenvolvimento".

Diante da necessidade de criar ferramentas eficientes para análise do desempenho organizacional, a avaliação de desempenho por competência vem sendo usada como um instrumento analítico voltado para relação entre os funcionários e organização, particularmente no setor bancário (MACEDO et al., 2006). O Banco do Brasil S/A. foi a primeira organização financeira a operar no país e, hoje, está entre as maiores do Brasil. Em seus mais de 200 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, participando vivamente da história e da cultura brasileira. A estatal conta hoje com mais de 109 mil funcionários, 18 mil pontos de atendimento e mais de 57 mil caixas eletrônicos, localizados em quiosques, shoppings, aeroportos, rodoviárias, etc. ampliando também a sua presença internacional (BANCO DO BRASIL, 2010).

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Considerando a relação direta existente entre uma instituição financeira e a área de RH, surgiu o questionamento quanto ao nível de satisfação dos funcionários com o sistema de avaliação de desempenho por competência, adotado por uma empresa do setor bancário. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho foi analisar a percepção dos funcionários do Banco do Brasil na agência de Conselheiro Lafaiete – MG, sobre o método de avaliação de desempenho profissional por competência adotado pela empresa, conhecido como Gestão de Desempenho Profissional (GDP).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A avaliação de desempenho é um tema que há muito tempo tem sido objeto de estudo na área de gestão de pessoas. Trata-se de um instrumento que permite avaliar a atuação da força de trabalho com objetivos de prever comportamentos futuros e levar em conta o potencial humano disponível nas organizações. O ato de avaliar é difícil, às vezes subjetivo, mas extremamente necessário (TACHIZAWA et al., 2001).

2.1 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Nem sempre o desempenho apresentado no trabalho é compatível com o que a organização espera e, portanto, torna-se essencial avaliar os fatores geradores dessas discrepâncias para tomar decisões a fim de solucionar os problemas existentes (SOUZA, 2005). Segundo Guimarães (2000), avaliar significa comparar resultados alcançados com aqueles que eram esperados, de forma que apenas o trabalho previamente planejado deva ser objeto de avaliação. Isso pressupõe a existência de um mecanismo de acompanhamento que permite corrigir desvios para assegurar que a execução corresponda ao que foi planejado.

As técnicas de avaliação de desempenho evoluíram de um modelo de mão única, onde o chefe diagnosticava pontos fortes e fracos de seus subordinados, para modelos tais como: a avaliação bilateral (desempenho do subordinado é discutido com seu chefe) e avaliação 360 graus (que inclui múltiplas fontes de avaliação, tais como de clientes, pares, chefes e subordinados) (BRANDÃO e GUIMARÃES, 1999).

2.1.1 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS

Fleury e Fleury (2000) observam que nos primórdios da gestão de pessoas os supervisores preocupavam-se com os aspectos disciplinares e com a obtenção máxima da produtividade por parte dos operários. Atualmente, os aspectos relevantes são: a importância do desenvolvimento do empregado como recurso fundamental para a consecução das estratégias empresariais e a importância do desenvolvimento do trabalho em equipe.

Os funcionários são os personagens principais das mudanças na gestão empresarial atual, cuja atenção é voltada para suas habilidades, conhecimentos e competências pessoais. Os gestores utilizam-se de novas formas para conduzir os interesses da organização e das pessoas, buscando estimular a participação e a criatividade dos empregados no processo decisório (TACHIZAWA, 2001).

Para Gramignia (2002) a gestão por competências deve ser pensada como um poderoso meio de identificar os potenciais dos funcionários, melhorar o desempenho da equipe e a qualidade das relações dos funcionários e superiores, assim como estimular aos funcionários a assumir a responsabilidade pela excelência dos resultados pessoais e empresariais. A gestão do desempenho e a gestão por competências se consolidam em uma só ferramenta da gestão estratégica com o intuito de selecionar, desenvolver, manter e comprometer o quadro pessoal que satisfaça às necessidades da organização.

2.2 GESTÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL NO BANCO DO BRASIL

O ano de 1972 é considerado um marco do interesse do Banco do Brasil pelo desenvolvimento de seus funcionários por meio da avaliação de desempenho. Ao longo de sua história, o banco busca implementar em sintonia com as práticas do mercado, dentre várias outras iniciativas em recursos humanos, um sistema de avaliação que possibilite medir e conhecer o desempenho de seus funcionários,

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

entendendo que esses resultados permitem o acesso a uma série de informações que possibilitam promover o desenvolvimento de seus funcionários e a evolução da organização como um todo (BANCO DO BRASIL, 2014).

O ingresso de funcionários à carreira do Banco do Brasil se dá por Concurso Público regulamentado pelo artigo 37 da Constituição Federal, amplamente divulgado por meio de edital público. A arquitetura organizacional do Banco do Brasil apresenta estruturas diversas, responsáveis por áreas específicas como a área de pessoas, que responde pelas políticas e práticas voltadas para os funcionários do Banco. A área que tem foco de atuação na relação interna com os recursos humanos passou a ser denominada de Gestão de Pessoas. A revisão na estrutura e na forma de atuação dessa área decorreu da necessidade de capacitar a organização em ampliar sua integração a um ambiente de negócios em contínua (BANCO DO BRASIL, 2014).

O atual sistema de avaliação de desempenho adotado pelo Banco do Brasil tem como modelo a gestão de desempenho por competências, cujo ciclo avaliatório é contínuo e composto por três etapas: planejamento, acompanhamento e encerramento, que se sucedem e se complementam. O planejamento inicia o processo e, nessa etapa, são feitas as seleções de avaliados e o acordo de equipe. Durante o período de acompanhamento, avaliado e avaliador devem anotar no sistema os fatos que possam ser relevantes e sirvam de base para a avaliação final do funcionário. A última etapa do processo é a de Encerramento, que é verificado o grau de atingimento das metas do funcionário, em comparação com o acordado (MARTINS, 2011).

Concluídas as anotações e determinados os conceitos o avaliador deve anotar as indicações para o avaliado. Formalizada a avaliação, o avaliado deve expressar sua concordância ou discordância dos conceitos e indicações que lhe foram atribuídos pelo seu avaliador. Havendo discordância, o consenso deve ser buscado com a mediação do Comitê de Administração da unidade. Não havendo conciliação, a avaliação é encerrada com a discordância (MARTINS, 2011).

MATERIAIS E MÉTODOS

A Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa científica e, dessa forma, o planejamento das atividades a serem executadas possibilitará ao pesquisador, não só com procedimentos lógicos e metodológicos, mas também em termos de organização, a produção de um resultado eficaz. A natureza do trabalho é aplicada e sua abordagem qualitativa, tendo como preocupação fundamental, o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Os objetivos são exploratórios e descritivos, enquanto o procedimento utilizado é estudo de caso e documental.

Delineamento da pesquisa

A pesquisa teve caráter censitário e foi realizada na agência do Banco do Brasil da cidade de Conselheiro Lafaiete – MG (Figura 1), entre os dias 08 a 15 de abril de 2014. Os 26 funcionários, de um total de 40, que participaram da pesquisa atuam na área administrativa e comercial da agência.

A coleta dos dados aconteceu por meio de questionários com a escala Likert, aplicados no ambiente de trabalho. O questionário foi composto por 21 questões objetivas, nas quais o colaborador marcaria uma opção de 1 a 6, onde 1 era discordando totalmente e 6 era concordando totalmente com a questão. O acesso as informações e a distribuição dos questionários foram possíveis, pois, um dos autores deste trabalho é funcionário da empresa em estudo e aplicou os questionários durante seu horário de serviço.

Os colaboradores da pesquisa não se identificaram e as respostas foram sigilosas. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram papel, caneta, prancheta, computador, *tablet*, internet, *pen drive* e *softwares*.

Figura 1. Imagem da localização da agência



Fonte: <https://maps.google.com.br>

Métodos de apuração

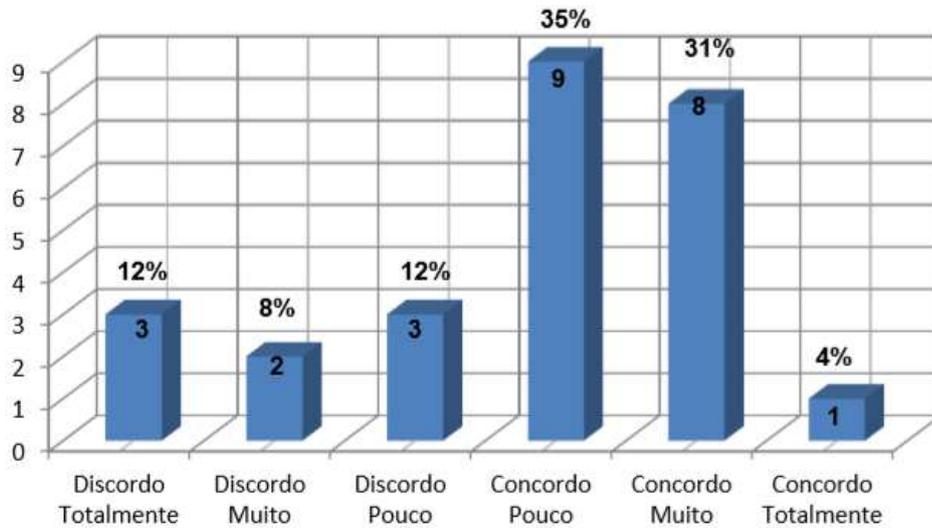
Os métodos de apuração utilizados foram a coleta e comprovação de que os questionários estavam completamente preenchidos. Os dados foram enviados para planilhas do programa Microsoft Excel, onde foram criados gráficos com base nas médias dos dados coletados e exportados na forma de figuras para o editor de texto Microsoft Word.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das 21 perguntas do questionário, as questões relacionadas a capacidade da GDP influenciar o desenvolvimento profissional foram as mais expressivas. A avaliação da GDP numa perspectiva de relação entre funcionário e empresa pode ser observada nas figuras 2 e 3, que apresentam algumas perguntas do questionário.

Figura 2. A GDP aumenta o comprometimento do funcionário com o Banco

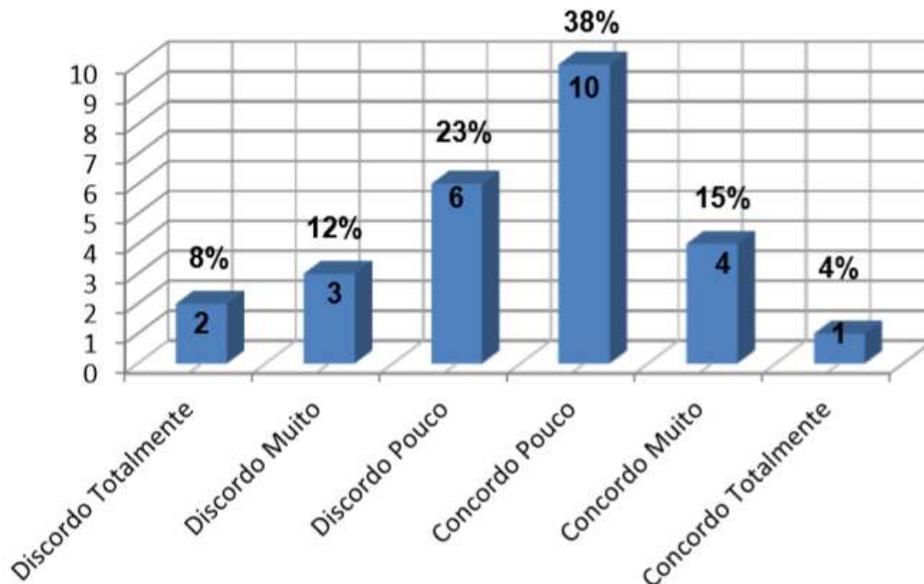
Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022



Fonte: Questionário

Na figura 2, nota-se que na percepção dos colaboradores a GDP influencia o comprometimento do funcionário com o Banco, apesar de que demonstra ser necessário trazer melhorias para esse foco, uma vez que a maioria deles concordou pouco com essa afirmação.

Figura 3. A GDP alinha os interesses dos funcionários aos objetivos da organização



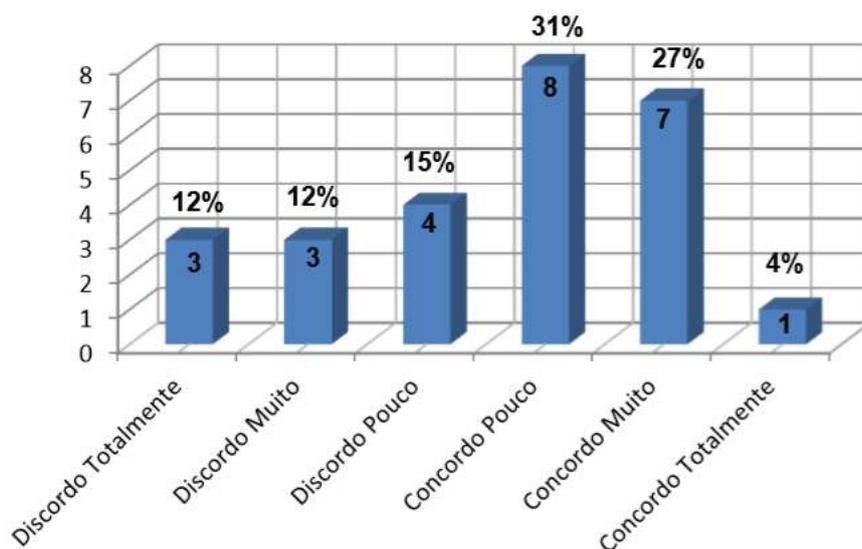
Fonte: Questionário

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

No que se refere a capacidade da GDP de alinhar os interesses dos funcionários aos objetivos da organização (Figura 3), 57% dos colaboradores concordaram com essa afirmação, mostrando que a GDP tem conseguido atender ambas as partes. Essa percepção é muito relevante considerando que, o maior desafio para as empresas é alinhar as pessoas, suas competências e seu desempenho às estratégias de negócios e aos objetivos da organização (FLEURY, 2004).

Numa perspectiva sobre o desenvolvimento profissional, duas perguntas do questionário foram destaque e são apresentadas nas figuras 4 e 5. Embora apenas 4% dos colaboradores concordem totalmente que a GDP auxilia no seu desenvolvimento profissional e também em sua carreira dentro da organização (Figura 4), novamente a maioria dos funcionários estão de acordo com essa afirmação.

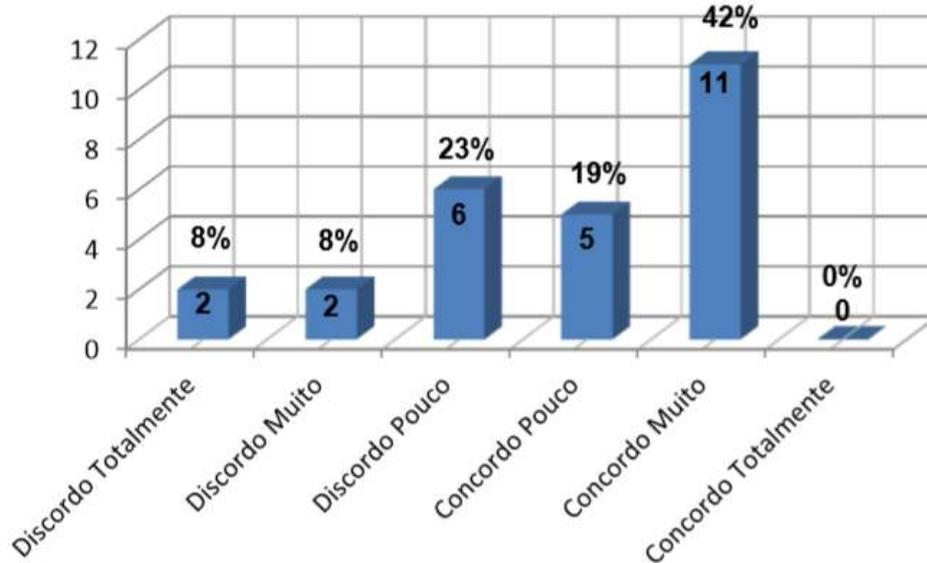
Figura 4. A GDP auxilia no desenvolvimento profissional e na carreira dentro do banco



Fonte: Questionário

A figura 5 evidencia que a maioria dos entrevistados acredita não só que a GDP auxilia no desenvolvimento profissional e no plano de carreira dentro do banco como também influencia decisivamente na nomeação de cargos. Logo, existe a percepção dos funcionários de que a ferramenta de avaliação de desempenho é capaz de influenciar a trajetória dos funcionários em sua empresa.

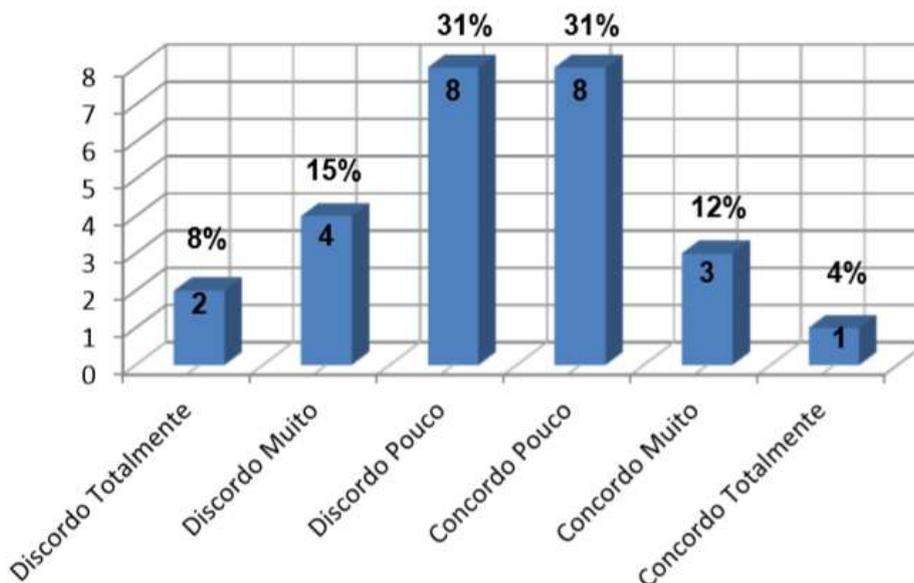
Figura 5. A GDP influência decisivamente nas nomeações de cargos



Fonte: Questionário

Por fim, a figura 6 apresenta a questão relacionada diretamente ao objetivo deste trabalho. Quando questionados sobre a satisfação com a GDP por competências como sistema de avaliação do banco, a maioria dos colaboradores se mostraram insatisfeitos com essa metodologia. Essa insatisfação pode ser entendida segundo abordagem de Dutra (2004, p.72), que afirma ser “comum observar empresas sabotando constantemente seu sistema formal de gestão, e essa sabotagem visa a criar brechas no sistema formal para adequá-lo à realidade, já que esta se impõe. Repetidas sabotagens descaracterizam o sistema formal, retirando-lhe legitimidade e credibilidade”.

Figura 6. Está satisfeito com a GDP por Competências como sistema de avaliação do banco



Fonte: Questionário

Ativar o W

Apesar de maioria das afirmações a respeito da GDP terem apresentado maior índice de concordância por parte dos colaboradores, elas não foram suficientes para garantir a satisfação dos funcionários quanto ao modelo de avaliação de desempenho adotado pelo Banco do Brasil – agência Conselheiro Lafaiete.

CONCLUSÃO

Por tudo isso, é necessário observar a opinião dos funcionários quanto as ferramentas utilizadas para a avaliação de desempenho dos mesmos, pois, eles são instrumentos essenciais para a organização atingir seus objetivos e metas.

É importante ressaltar que os funcionários fazem parte de uma pequena amostra de todo o funcionalismo do Banco do Brasil e não é possível garantir a certeza na

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

fidelidade das respostas dos colaboradores, portanto os resultados não podem ser generalizados.

Fica evidente que a união da satisfação pessoal com as competências certas é o melhor caminho para a organização obter competitividade frente às mudanças que o mercado exige, e a avaliação de desempenho por competências é uma ferramenta que deve harmonizar essa união.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual**. 2010. Disponível em: <<https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

BANCO DO BRASIL. **Sobre nós**. 2014. Disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos#>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

BRANDÃO, Hugo Pena; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. **Gestão de competências e gestão de desempenho**. Foz do Iguaçu: ANPAD, 277p. 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, p. 189. 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. 7. Ed. São Paulo: Manole, 308p. 2009.

FLEURY, A.; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra cabeça caleidoscópico da indústria brasileira**. São Paulo: Atlas, 209p. 2000.

FLEURY, A. & FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias empresariais e formação de competências, um quebra-cabeças caleidoscópico da indústria brasileira**. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 155p. 2004.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

GRAMIGNIA, M. R. **Modelo de Competências e Gestão dos Talentos**. São Paulo: Pearson Education, 198p. 2002.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino. **A nova administração pública e a abordagem da competência**. RAP. Rio de Janeiro, 34(3):125-40. 2000.

MACEDO, Marcelo Álvaro da s silva; SANTOS, Rodrigo Melo; SILVA, Fabrícia de Farias da. **Desempenho organizacional no setor bancário brasileiro**. Revista de Administração Mackenzie. Vol 7, n.1, p. 11-44. 2006. Acesso em: 20 de maio de 2014.

MARTINS, Dilma Schvarstzhaupt. **Gestão de Desempenho por Competência e o Desenvolvimento Profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso, Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77392/000879292.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

PIO, Diego. **Avaliação do desempenho por desempenho**. Administradores. 2008. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/avaliacao-do-desempenho-por-competencias>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

SOUZA, Vera Lúcia et al. **Gestão de Desempenho**. Rio de Janeiro: FGV, 144p. 2005.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; FORTUNA, Antônio Alfredo Mello. **Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 312p. 2001.

PONTO DE EQUILÍBRIO OPERACIONAL: Um estudo de caso em um ramo de produção de Queijos Minas Frescal

Lucas Afonso Vargas de Paula¹

Marcus Antônio Croce²

RESUMO

O Ponto de Equilíbrio Operacional é um mecanismo da Administração Financeira, baseado nas margens de custos fixos e variáveis, no qual permite um empresário que atua na área de vendas ou um produtor de qualquer ramo visualizar a quantidade necessária a se vender ou produzir de determinado bem para que se encontre o “ponto zero”, ou seja, o momento em que o lucro se torna total para seu negócio. O objetivo do trabalho presente então é demonstrar tal Ponto de Equilíbrio em um pequeno ramo de produção de Queijo Minas Frescal. A metodologia aplicada nessa pesquisa foi amparada em uma revisão bibliográfica referente ao tema e sua aplicação em nosso objeto de pesquisa através de um trabalho de campo. Os resultados alcançados nesse trabalho permitiram encontrar o Ponto de Equilíbrio Operacional desse estabelecimento, oferecendo ao pequeno produtor a visão da quantidade exata a ser produzida para que seu negócio opere sempre em uma margem positiva.

Palavras-chave: Ponto de Equilíbrio Operacional. Custos Fixos. Custos Variáveis.

1 - INTRODUÇÃO

A Engenharia de Produção se dedica a concepção, melhoria e implementação de sistemas que envolvem pessoas, materiais, informações, equipamentos,

¹ Graduado em Engenharia de Produção pela Faculdade Santa Rita – FaSaR..

² Doutor em Economia pela UFMG, Professor Titular e Coordenador do Curso de Administração da Faculdade Santa Rita – FaSaR..

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

energia e maiores conhecimentos e habilidades dentro de uma linha de produção.

O Engenheiro de Produção tem uma função importante no que tange a maximização de lucros e minimização de custos em indústrias e empresas de quase todos os setores. Tal profissional une conhecimentos de administração financeira, economia e engenharia para racionalizar o trabalho, aperfeiçoar técnicas de produção e ordenar as atividades financeiras, logísticas e comerciais de uma organização.

No presente trabalho o foco é a Administração Financeira, pois esse segmento da engenharia de produção é uma ferramenta utilizada para controlar da forma mais eficaz possível, no que diz a respeito a concessão de créditos para clientes, planejamento, análise de investimentos e, de meios viáveis para obtenção de recursos para financiar operações e atividades da empresa, visando sempre o desenvolvimento, evitando gastos desnecessários, prejuízos, observando sempre o melhor caminho para a condução financeira da empresa. Através desse aspecto podemos utilizar um mecanismo chamado *Ponto de Equilíbrio Operacional*, também denominado como *Break Even Point*, que demonstra quanto é necessário um ramo de produção produzir e vender para que o custo financeiro seja igualado à zero, e, a partir daí, verificar e visualizar a oportunidade de lucro real.

No cotidiano esse ponto de equilíbrio é extremamente necessário para a condução prospectiva de uma empresa e sua longevidade no mercado, pois proporciona uma visão substanciada de quanto terá que ser produzido para que a o negócio se atenha sempre em equilíbrio e gerando lucros.

O Ponto de Equilíbrio consiste em um cálculo que demonstrará a quantidade de vendas que precisam ser realizadas para que as receitas se igualem (Lucros x Custos). Este cálculo é muito importante e deve ser feito dentro do plano de negócios.

Desta forma, o presente trabalho propõe explicar o *Ponto de Equilíbrio Operacional* de produção em um pequeno ramo de produção de queijo minas, localizado na cidade de Lima Duarte, interior de Minas Gerais.

1.1 PROBLEMA

Como visualizar a quantidade a ser produzida afim de se atingir o ponto de equilíbrio através de uma produção com vários tipos de custos?

1.2 JUSTIFICATIVA

No cenário mercadológico, muitos produtores do ramo de laticínios não têm noção de quantos produtos precisam produzir para que se atinja uma margem de equilíbrio. Diante desse contexto, o tema foi escolhido para projetar tal quantidade pode ser produzida pelo ramo de produção que é o objeto central de nossa pesquisa.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Mostrar a quantidade a ser produzida de queijo minas em um pequeno ramo de produção para que ele atinja o *Ponto de Equilíbrio Operacional*.

1.3.2 Objetivos específicos

- Revisão de literatura pertinente ao tema;
- Trabalho de campo voltado para o levantamento de receitas e custos.

2. Referencial Teórico

2.1 Análise custo-volume-lucro e alavancagem operacional

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Muitos profissionais ao constituírem empresas se baseiam em seus conhecimentos ou somente na análise de mercado para gerenciar e não se beneficia das ferramentas gerenciais, essenciais para controle de custos, formação de preços e de outras finalidades que as informações contábeis disponibilizam.

A utilização inadequada ocorre por desconhecimento ou por preconceitos quanto ao grau de dificuldade para implantá-las, ou seja, poucos são os profissionais que empregam nas empresas ferramentas adequadas para equação e análise da relação custo-volume-lucro.

De acordo com Padoveze, (2004), os conceitos de custos fixos e variáveis permitem uma expansão das possibilidades de análise dos gastos da empresa, em relação aos volumes produzidos ou vendidos, determinando pontos importantes para fundamentar futuras decisões de aumento ou diminuição de produção, corte ou manutenção de produtos existentes, mudanças no mix de produção, incorporação de novos produtos ou quantidades adicionais etc. A análise de custo/volume/lucro conduz a três importantes conceitos: Margem de contribuição, ponto de equilíbrio e alavancagem operacional.

A análise custo - volume - lucro, também pode ser chamada de análise do ponto de equilíbrio, que é utilizada para conhecer o volume de atividades necessária para cobrir todos os custos e despesas operacionais e analisar o lucro associado ao nível de vendas.

Segundo Assaf Neto e Lima, (2010) a análise do *Ponto de Equilíbrio Operacional* informa o volume de vendas necessárias para cobrir todos os custos e despesas operacionais, ou seja, no ponto de equilíbrio o resultado operacional da empresa é igual a zero.

Para Wernke, (2004), um dos instrumentos da área de custos que pode ser utilizado nas decisões gerenciais é a análise de custo-volume-lucro, tal expressão abrange os conceitos de margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança e alavancagem operacional. Com isso essa ferramenta gerencial de análise custo-volume-lucro se relaciona os custos com o volume produzido e a lucratividade.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Conforme Garrison e Noreen, (2001, pág. 163) “A análise de custo-volume-lucro é uma das ferramentas mais eficientes de que os administradores dispõem. Pois ela ajuda a entender a inter relação entre o custo, o volume e o lucro de uma organização”.

Padoveze, (2004), afirma que o termo *alavancagem* vem da possibilidade de levantar lucros líquidos em proporções maiores do que normalmente esperado, através da alteração correta da proporção dos custos fixos na estrutura de custos da empresa. Tal colocação corrobora a idéia de Garrison; Noreen:

A alavancagem operacional é a medida do grau de sensibilidade do lucro líquido às variações percentuais das vendas. A alavancagem operacional funciona como um multiplicador: se ela é alta, um pequeno aumento percentual nas vendas pode produzir um grande aumento percentual no lucro líquido (Garrison; Noreen, 2001, p.173).

Para Padoveze (2004), o grau de alavancagem operacional existente numa empresa a um dado nível de vendas pode ser medido pela seguinte fórmula:

Grau de alavancagem operacional = Margem de Contribuição/Lucro (líquido) Operacional

O grau de alavancagem operacional permite aos gestores medir os efeitos provocados sobre o lucro operacional pelas variações nas vendas. Se o grau de alavancagem de uma empresa for igual a cinco, isto significa dizer que o lucro crescerá cinco vezes mais rápido do que as suas vendas. Portanto, se as vendas crescerem 10%, pode-se esperar que o lucro líquido cresça cinco vezes isso, ou 50%.

Outro ponto importante a se observar é que para um volume maior de vendas o grau de alavancagem é menor, isso porque, quanto mais afastado do ponto de equilíbrio, menor será o grau de alavancagem, passando uma segurança maior para as atividades da empresa.

2.2 Receita de Vendas

A receita só pode ser reconhecida quanto tiver a certeza que os riscos e benefícios já foram transferidos para o comprador. Existindo alguma dúvida não se pode fazer o reconhecimento da receita. Na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades.

As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido, ou seja, os que não são considerados clientes da empresa, são excluídos do conceito da receita (Comitê de Pronunciamento Contábil).

Segundo o Comitê de Pronunciamento Contábil, item 16, se a entidade reter riscos significativos da propriedade, a transação não é uma venda e a receita não se pode ser reconhecida. Esses riscos correspondem à garantia, onde o comprador pode fazer a troca do produto por motivos especificados pelo vendedor.

Nos casos de venda por consignação há uma incerteza em relação à venda do produto. Aos bens que terão que ser instalados também não se pode reconhecer a receita, só poderá ser feito o reconhecimento quando o bem estiver instalado (Comitê de Pronunciamento Contábil).

No caso do comprador rescindir a compra por algum motivo especificado em contrato, do tipo de mau desempenho do produto e a entidade não pode reconhecer a receita enquanto não tiver certeza que não haverá devolução do produto (Comitê de Pronunciamento Contábil).

A receita só deve ser reconhecida quando houver certeza que a venda será realizada, quando não houver certeza da realização da venda já reconhecida na receita, o valor que não se pode cobrar ou a parcela do valor cuja

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

recuperação é improvável devem ser reconhecidos como despesa e não como redução do valor da receita originalmente reconhecida (Comitê de Pronunciamento Contábil).

Na ótica de Marion (2004), o regime de competência é quando a apropriação das receitas e despesas ao período de sua realização, independentemente do efetivo recebimento das receitas ou do pagamento das despesas. Porém, quando as despesas não possam ser mensuradas confiavelmente, a receita não pode ser reconhecida.

Já Almeida (2010), a receita não é reconhecida quando existe apenas a intenção de adquirir ou produzir as mercadorias a tempo para a entrega, logo elas só poderão ser reconhecidas quando da sua realização.

2.3 Custos Variáveis

Martins (2010), diz que os custos variáveis oscilam de acordo com o volume de produção; logo materiais diretos são custos variáveis. São aqueles cujos valores se alteram em função do volume de produção proporcionalmente. Exemplos: matéria prima utilizada na formação do produto, mão-de-obra direta, água e luz da fábrica, embalagens para o produto

Em outras palavras, Maher, (2001, p. 75) corrobora afirmando que os custos variáveis são os “custos que se alteram na proporção direta da alteração no volume, dentro de um intervalo relevante de atividade”.

Diante disso, destacam-se como exemplos de custos variáveis na agropecuária os custos com embalagens, sal mineral, coelho, entre outros.

Os custos variáveis se caracterizam por manter relação direta com o volume de produção, apresentar valores constantes por unidade e não demandar critérios de rateio para alocação aos produtos, haja vista sua forma direta (PEREIRA; JÚNIOR, 2009).

De outra forma, os custos variáveis “são os gastos cujo total do período está proporcionalmente relacionado com o volume de produção: quanto maior for o volume de produção maiores serão os custos variáveis totais do período” (WERNKE, 2005, p.08).

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Para o produtor gerenciar a propriedade rural não basta apenas possuir os recursos, é preciso saber administrar e controlar o processo de produção, incluindo questões relacionadas aos estoques, possíveis perdas, espaço físico disponível para o armazenamento dos materiais e a compra antecipada ou não de insumos.

2.4 Margem de Contribuição

A Margem de Contribuição é a quantia restante do resultado das vendas dos produtos da empresa já descontados os valores dos custos e despesas variáveis capaz de cobrir os custos fixos e gerar o lucro, ou também, se igualar aos custos fixos e assim determinar o *Ponto de Equilíbrio Operacional*.

Corroborando a idéia acima, Assaf Neto e Lima (2010) diz que a Margem de Contribuição nada mais é do que o valor que sobra das vendas para pagar os custos e despesas fixos e gerar o lucro.

Por sua vez, Padoveze, (2004) afirma que esta ferramenta permite análise em curto prazo, e possibilita aos gestores gerar informações para tomadas de decisão sobre redução de custos, quantidade a ser vendida de determinado produto além de possibilitar a precificação da mercadoria para que se possa concorrer no mercado.

Martins (2010) coloca que no custeio variável somente os custos variáveis serão alocados aos produtos, de forma que os custos fixos ficam separados e considerados como despesas do período, sendo apropriados diretamente ao resultado. Assim a Margem de Contribuição é a diferença entre a receita de vendas e as despesas variáveis, sendo o montante disponível para cobrir as despesas fixas e, em seguida, gerar o lucro do período (Garrison; Noreen, 2001).

A Margem de Contribuição, conceituada como diferença entre Receita e soma de Custo e Despesa Variáveis, tem a faculdade de tornar bem mais facilmente visível a potencialidade de cada produto, mostrando como cada um contribui para, primeiramente, amortizar os gastos fixos, e, depois, formar o lucro propriamente dito (Martins, 2010).

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Observa-se então que a Margem de Contribuição é um instrumento de apoio ao processo interno de tomada de decisões, pois facilitam a identificação dos produtos com a maior rentabilidade, produtos esses que possuem uma margem de contribuição maior. Contando assim, cobrem os custos e despesas fixas mais rapidamente e a partir desse momento, a entidade passa a gerar lucro.

A Margem de Contribuição estuda como os preços finais irão contribuir para que cubram os custos fixos e gerar lucro, ou seja, os itens produzidos devem cobrir os custos fixos e gerar lucratividade para a empresa, porém, nem todos os produtos atingem esta meta e acabam cobrindo apenas os custos variáveis e contribuem pouco para os custos fixos.

2.5 Custos fixos

Pereira e Júnior (2009) propõem que os custos fixos mantenham-se inalterados independentes do fluxo de produção praticados, no entanto o valor por unidade varia de acordo com o volume de produção, haja vista que a quantidade é fundamental para se tratar da diluição de um custo que é fixo. Os autores ainda indicam que, no caso dos custos fixos, sua alocação dependerá de algum tipo de critério de rateio.

Portanto, os custos fixos consistem naqueles custos que não apresentam alteração quando ocorrer uma alteração no volume de produção, dentro de um intervalo relevante de tempo.

Com relação aos custos fixos, Santos, Marion e Segatti, (2009, p.33) enfatizam que, os custos fixos “geralmente são oriundos da posse de ativos e de capacidade ou estado de prontidão para produzir. Por isso, também são conhecidos como custos de capacidade”.

Portanto, os custos fixos consistem naqueles custos que não apresentam alteração quando ocorrer uma alteração no volume de produção, dentro de um intervalo relevante de tempo.

Já para Assaf Neto e Lima, (2010) os custos fixos são aqueles que não dependem do volume de produção e venda no período. Alguns exemplos de

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

custo fixo são: aluguel de fabrica, salários de pessoal, encargos financeiros e financiamentos. É importante destacar que o custo fixo pode ter valores diferentes em cada período e continuar sendo classificado como fixo. Por exemplo, se um compromisso (aluguel, financiamento etc.) sofrer reajuste a cada mês, ainda assim continuara a ser classificados como fixo, pois o seu valor não é função do volume de atividade, ou seja, não se relaciona com o volume de produção.

2.6 LAJIR (Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda).

O LAJIR é a sigla para o Lucro antes de Juros e Imposto de Renda (no inglês ele é conhecido como *Earnings Before Interest and taxes* ou EBIT). Desse modo, a grande utilidade desse indicador é no momento em que queremos entender melhor qual o desempenho do lucro operacional de uma empresa. Além disso, o calculo desse indicador permite que um analista estime o resultado das operações de uma companhia sem a inclusão das despesas ou receitas financeiras. De forma bastante simplificada, para obtermos o lucro operacional de uma empresa, basta subtrairmos da receita líquida todas as despesas operacionais que aquele negócio possui (Sunoresearch em https://www.sunoresearch.com.br/artigos/lajir__trashed/)

2.7 Ponto de Equilíbrio Operacional

A análise do ponto de equilíbrio permite compreender como o lucro de uma organização pode ser afetado pelas variações nos componentes que integram a receita de vendas e os custos e despesas totais. Portanto, esta análise entre receitas de vendas, custos e despesas torna-se indispensável como instrumento de controle de caixa podendo assim, produzir em prol de resultados prospectivos, sendo útil como modelo de decisão gerencial, pois a análise do ponto de equilíbrio dimensiona um negócio quando existem dúvidas de mercado.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Conforme aponta LEONE (2000): “(...) a utilização e a análise dos conceitos de ponto de equilíbrio, tem como objetivo auxiliar as funções de planejamento e a tomada de decisões gerenciais de curto prazo da empresa.”

O Ponto de Equilíbrio Operacional de uma empresa pode ser conceituado como o nível de vendas que uma empresa precisa obter para não ter prejuízo. Em outras palavras, para que seu lucro seja igual a zero.

O Ponto de equilíbrio Operacional é formado a partir das relações dos custos e despesas fixos e variáveis com as receitas de vendas. Segundo Assaf Neto e Lima, (2010), pode ser calculado através da seguinte fórmula:

$$q = CF/P-CVu$$

onde:

Q = quantidade

CF = custo fixo

P = preço de mercado

CVu = Custo variável por unidade.

Através desses dados, pode visualizar o Ponto de Equilíbrio Operacional pelo seguinte exemplo:

Suponha que uma empresa fabrique um produto o qual custa em sua confecção o valor de R\$5,00 a unidade e a empresa o revende no mercado por R\$15,00 a unidade. Sabe-se também que a despesa com impostos dessa empresa (tributos, aluguel, folha de pagamento e etc..) seja de R\$50.000,00 por mês. Quantos produtos ela terá que vender no mercado para que se encontre o Ponto de Equilíbrio Operacional?

Resolvendo tal problema de acordo com a teoria apresentada temos que:

Quantidade = ?

Custo Fixo = 50.000

Custo Variável por unidade = 5

Preço de Mercado = 15

Aplicando a fórmula:

$$50.000 / (15-5) = 5.000$$

Vemos então que a empresa terá que vender 5.000 unidades no mercado para se atingir o Ponto de Equilíbrio Operacional.

Tabela 1: Ponto de Equilíbrio Operacional (demonstração)

Receita de vendas	5;000 X 15 = 75.000
Custos variáveis	5.000 X 5 = 25.000
Margem de contribuição	50.000
Custos fixos	50.000
LAJIR	0

Fonte: dos autores

No Ponto de Equilíbrio Operacional, o lucro antes dos juros e do imposto de renda é igual a zero. Essa quantidade de unidades a ser produzida e vendida pela empresa, definida por "q" na fórmula de cálculo, é o que se denomina de Ponto de Equilíbrio Operacional (PEO), ou seja, o volume mínimo de vendas necessário para pagar todos os custos operacionais fixos e variáveis da empresa. Realizando vendas acima desse ponto, a empresa atua na faixa de lucro, volume de vendas abaixo do ponto de equilíbrio gera prejuízo. O ponto de equilíbrio pode ser definido como sendo o nível de operações onde as receitas e os custos e despesas de uma empresa são iguais.

O cálculo do ponto de equilíbrio é um instrumento importante para o gestor visualizar a situação das atividades realizadas na empresa, podendo ser utilizado nos mais diferentes tipos de negócio.

A representação gráfica do ponto de equilíbrio é importante, pois proporciona uma fácil compreensão das informações apresentadas. Graficamente, fica mais

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

visível o comportamento dos custos e fixos variáveis, e receitas em função do volume produzido e vendido. Como lembra PADOVEZE (2004, p.386):

3. METODOLOGIA

3.1 Delineamento de pesquisa

3.1.1 Universo

O universo estudado é de um pequeno ramo de produção rural, onde se produz queijo Minas Frescal.

3.1.2 Localização Geográfica

Está situado na cidade de Lima Duarte, interior de Minas de Gerais. O município se estende por 848,6 km² e contava com 16.666 habitantes no último censo.

3.1.3 Área local

O objeto de pesquisa em questão encontra-se a 7 km da cidade de Lima Duarte, possuindo 14 Hectares de terra,

3.2 Plano de Amostragem

Foram coletados todos os gastos com custos fixos e variáveis e também das receitas decorrentes do processo.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

3.2.1 Instrumentos

Os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram: lápis, papel, caneta para a parte de campo. Notebook HP Pavilion 360, Intelinside, impressora HP, Microsoft *Word* para edição e confecção do relatório.

3.2.3 Método de apuração

Após a coleta dos dados, realizados de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, os mesmos foram organizados afim uma melhor análise buscando destacar as informações de maior relevância para o presente trabalho. Em seguida as informações de maior importância para o estudo foram transportadas para um editor de texto afim de serem analisadas.

4. Análise e Discussão de Resultados

O presente trabalho buscou conhecer e analisar o *Ponto de equilíbrio* de um pequeno produtor de queijo artesanal, tendo como foco as vendas do queijo Minas. Um resumo da análise de rentabilidade da produção do queijo minas foi feita no ano de 2018. Com isso foi levantado o preços de venda do queijo, o custo de cada unidade para a produção do queijo e também todos os custos fixos e variáveis que o produtor obtém. O preço de venda de cada unidade do queijo minas é de R\$ 15,00. Para a produção do mesmo são utilizados alguns ingredientes que gera um custo para esse produtor, com isso foi levantado o preço de cada ingrediente que se usa para o preparo do queijo minas. Para produzir um queijo minas e necessário o uso de coalho e sal, os preços coletados são: Coalho R\$ 5,00 e o Sal que usamos é um sal mineral onde e vendido um saco de 25K por R\$ 17,00. Outro custo que foi levantado foi os de embalagens, pois depois de pronto será embalado para poder ser comercializado e esse preço de embalagem é de R\$ 17,00. Temos também alguns custos fixos e variáveis sobre a venda do queijo, foi feito também o

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

levantamento desses custos aonde: Custos Fixos: Luz R\$ 40,00, Mão de obra R\$ 954,00, Farelos e sal mineral R\$ 456,00, Manutenção de cerca R\$ 1.200,00, Vacinação R\$ 50,00 (ao ano). Custos Variáveis: Embalagens R\$17,00 com 500 unidades, Sal de 25K R\$ 17,00 usa-se 50g em cada queijo, Coalho R\$ 5,00 de 200ml e 1 vidro da para produzir 36 queijos e o Leite fica como custo zero pois é de sua propriedade.

Com todos esses dados podemos calcular quantos queijos o ramo de produção precisa vender para atingir o Ponto de Equilíbrio Operacional. Seguindo os cálculos temos que:

Custos Variáveis:

Embalagens: $17,00/500un = 0,034$

Sal mineral: $17,00/500un = 0,034$

Coalho: $36,5/200ml = 0,182$

Total: R\$ 0,25 por queijo produzido

Custos Fixos:

Luz: 40,00

Mão de obra: 954,00

Farelos e sais minerais: 456,00

Manutenção de cercas 1.200,00

Vacinação: 50,00

Total: R\$ 2700,00.

Utilizando a fórmula padrão de *Ponto de Equilíbrio Operacional*:

$$q = CF / p - CVu$$

$$q = 2700 / 15 - 0,25$$

$$q = 183,05$$

Logo, se a quantidade produzida for de 183 queijos temos que:

Tabela 2: Ponto de Equilíbrio Operacional (Pesquisa de Campo)

RV (Receita de Vendas)	$183,05 \times 15,00 = 2745,75$
CV (Custos Variáveis)	$183,05 \times 0,25 = 45,75$
MC (Margem de Contribuição)	2700
CF(Custos Fixos)	2700
LAJIR (Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda)	0

Fonte: dos autores.

Através da tabela acima percebe-se que se o nosso objeto central de pesquisa, o pequeno ramo de produção localizado em Lima Duarte – MG, produzir 183 queijos e vendê-los no mercado a partir daí se zera as despesas e começa o ciclo de lucro do estabelecimento.

5. Conclusão

Nas linhas finais desse trabalho podemos concluir que a pesquisa efetivada no campo alicerçada na teoria apresentada se mostrou efetivada. Quanto ao primeiro objetivo específico, foi feita uma revisão de literatura pertinente ao tema que permitiu a objetividade na pesquisa de campo.

Através da junção teoria com a prática chegamos a um resultado que conforme no tópico quatro foi demonstrado que o pequeno ramo de produção de queijo Minas Frescal precisa produzir 183 queijos e conseguir vendê-los no mercado para que a partir daí consiga almejar uma projeção de lucro.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

O papel do engenheiro de produção nesse caso, amparado nos conceitos da Administração Financeira, ou seja, visualizando custos variáveis e fixos, receita de vendas, margem de contribuição e L.A.J.I.R., foi mostrar que, o produtor sempre tem que saber o ponto de equilíbrio de sua produção para que se possa manter sempre em margens de lucro em seu estabelecimento.

O produtor agora sabe o quanto tem que produzir no mínimo e gerar sua receita de vendas para que seu estabelecimento e mantenha no mercado com segurança e longevidade no mercado, e, é essa a missão de um engenheiro de produção, efetivar projetos e mostrar o caminho para que empresas se mantenham sólidas no mercado, gerando emprego e renda, melhorando assim o panorama do cenário econômico local.

Bibliografia

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Intermediária: de acordo com as exigências de MEC para o curso de “Ciências Contábeis”;** textos, exemplos e exercícios resolvidos. 3ª Edição: São Paulo. Editora Atlas, 2010.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira.** São Paulo: Atlas, 2009.

CPC 30 – Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Pronunciamento Técnico

CPC 30 – Ano 2009. http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_30.pdf

GARRISON, Ray; H. ; NOREEN, Eric W. **Contabilidade Gerencial.** Rio de Janeiro: LTC, 2001.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle.** São Paulo: Atlas, 2000;

MAHER, M. **Contabilidade de custos: criando valor para a administração.** São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 7ª Edição: São Paulo. Editora Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Luís Martins de & PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Contabilidade de custos para não contadores**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. 4ª ed. Atlas: São Paulo, 2009.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

GESTÃO DE PESSOAS E GOVERNO DOS CORPOS NAS PRÁTICAS DE CONTABILIDADE

Magno Geraldo de Aquino¹

Resumo:

As ideias de Foucault têm contribuído para o desenvolvimento de estudos e pesquisa em organizações. Um dos temas em que suas ideias encontra um campo fértil de análises é a gestão de pessoas. Neste tema a pesquisa sobre o processo disciplinar nas organizações podem ser considerados como a principal forma da influência das ideias de Foucault, ampliada, na atualidade com as reflexões sobre a governamentalidade. O objetivo deste ensaio é refletir sobre as estratégias de gestão de pessoas a partir da perspectiva da condução das condutas, com base na noção de governamentalidade foucaultiana, tendo como fundamento a utilização de práticas de contabilidade como estratégias de poder nas organizações. Argumenta-se que a noção de governamentalidade de Foucault fornece ferramentas conceituais importantes para se refletir sobre as práticas da contabilidade gerencial como um modo de gestão de pessoas nas organizações contemporâneas.

Palavras-chave:

Gestão de pessoas – Foucault – Governamentalidade – Contabilidade gerencial – Organizações

Abstract:

Foucault's ideas have contributed to the development of studies and research in organizations. One of the topics in which his ideas find a fertile field for analysis is people management. In this theme, research on the disciplinary process in organizations can be considered as the main form of influence of Foucault's ideas, expanded today with reflections on governmentality. The aim of this essay is to reflect on people management strategies from the perspective of conducting conduct, based on the Foucaultian notion of governmentality, based on the use of accounting practices as power strategies in organizations. It is argued that Foucault's notion of governmentality provides important conceptual tools to reflect on management accounting practices as a way of managing people in contemporary organizations.

Key words:

People management – Foucault – Governmentality – Accounting – Organizations

1- Introdução

As ideias de Michel Foucault têm influenciado o desenvolvimento de estudos e pesquisas no âmbito organizacional. O interesse pelas práticas do governo dos indivíduos levou Foucault a propor e desenvolver questões essenciais para a elaboração de reflexões de interesse direto para a pesquisa gerencial (CORRÊA,

¹ Professor no Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR - magno-aquino@hotmail.com

FREITAS, OLIVEIRA, SILVA, 2015). Tomam-se objetos de estudos organizacionais, fundamentados nas ideias foucaultianas, temáticas como relações de poder (SILVEIRA, 2005), estratégias disciplinares, vigilância e controle dos corpos (MENDES, 2006), e modos de regulação, normatização e desenvolvimento de padrões comportamentais e orientação de conduta e, ainda, os diferentes modos de subjetivação, resistências e constituição do sujeito (NARDI, RAMMINGER, 2007; MANSANO, 2009, FONSECA, 2014), a governamentalidade (CANDIOTTO, 2010; GADELHA, 2016) e o desenvolvimento de debates sobre trabalho, organização e identidade (MCKINLAY, PEZET, 2010).

Afirma-se, nesse contexto, que as pesquisas em organizações inspiradas nas reflexões de Foucault baseiam-se principalmente em dois temas: as técnicas de vigilância e as técnicas de governo (DIXON, 2007). As técnicas de vigilância podem ser consideradas como uma estratégia de disciplina e controle nas organizações (BONAMIGO, 2013), enquanto as técnicas de governo (RAMMINGER, 2008) não se limitam às técnicas de disciplina (VEIGA-NETO, BRANCO, 2013), como também é tomada como uma forma específica de governo das condutas (RAMMINGER, NARDI, 2008). As técnicas de vigilância e de disciplina nas organizações referem-se às análises de Foucault sobre as formas de subjetivação impostas ao indivíduo (FONSECA, 2014, PRADO FILHO, MARTINS, 2007). Já sobre as técnicas de governo (COLLIER, 2011), ou o governo dos corpos e da conduta nas organizações, está em um nível diferente de análise. As técnicas de governos nas organizações dependem essencialmente da consideração das influências do poder político liberal (FIMYAR, 2009), de modo a se considerar as suas consequências sobre o governo dos corpos e governo das almas, como o governo gerencial, a partir das noções da biopolítica e da governamentalidade.

Assume-se, neste ensaio que há uma consistente relação entre as práticas da contabilidade, mais especificamente a contabilidade gerencial, e as estratégias de gestão de pessoas (LAMBERT, PEZET, 2011). Ademais, esta relação pode ser melhor compreendida a partir da noção de governamentalidade foucaultiana. Sugere-se, com isto, que as práticas de contabilidade gerencial (BOTH, FISCHER, 2017) podem ser tomadas como um conjunto de técnicas que afetam a realidade social a partir de determinados modos de controle e organização de atividades e processos, a partir dos quais administra o comportamento das pessoas, em uma dada realidade

organizacional. Argumenta-se, ainda, que as práticas de contabilidade influenciam e são influenciadas pelo processo de tomada de decisão de gestores (NUNES, SERRASQUEIRO, 2004), de modo a contribuir para o alcance de metas organizacionais.

Considera-se que a contabilidade possui duas funções básicas. A função de controle e a função *disclosure* (OLIVEIRA, CATAPAN, VICENTIN, 2015). A função de controle da contabilidade pode ser entendida como um instrumento de exercício do poder, em uma perspectiva do panóptico foucaultiano. De acordo com Foucault (1987), esta forma de exercício do poder, característica da sociedade moderna, se baseia na supervisão contínua dos indivíduos por alguém que exerce poder sobre eles. Em sua função *disclosure*, a contabilidade é tomada como um sistema de informações essenciais na tomada de decisões (MENDONÇA NETO, RICCIO, CARDOSO, SAKATA, 2010). Nesta perspectiva, a contabilidade gerencial também pode ser considerada como um instrumento de informação e controle a partir do qual se estabelece uma determinada correspondência entre o que os agentes escolhem fazer e aquilo que os outros agentes esperam que eles façam em determinadas circunstâncias (COSENZA, TEIXEIRA FILHO, LOPES, 2012). Nesta perspectiva, pode-se considerar que as práticas de contabilidade gerencial exercem influências nos processos de gestão de pessoas, com o intuito de conduzir as condutas dos outros no exercício de suas atividades nos espaços das organizações.

O objetivo deste ensaio é refletir sobre a gestão de pessoas a partir da perspectiva da condução das condutas, com base na noção da governamentalidade foucaultiana, tendo como fundamento a utilização de práticas de contabilidade como estratégias de poder na organização. Argumenta-se que a noção de governamentalidade de Foucault fornece ferramentas conceituais importantes para se refletir sobre as práticas de contabilidade como mecanismos de controle (ARMSTRONG, 1994), para além da noção de poder disciplinar na gestão de pessoas nas organizações contemporâneas (MCKINLAY, PEZET, 2010). Nesta perspectiva, afirma-se que a contabilidade torna as atividades organizacionais mais governáveis, tornando-as visíveis e mensuráveis. Deste modo, a contabilidade gerencial fornece ferramentas e vocabulários adicionais que permitem ações de gerenciamento no planejamento e controle de organizações (MIHRET, GRANT, 2017).

2- Dos conceitos de biopoder e governamentalidade para o estudo dos processos de gestão

As relações de poder, pela perspectiva foucaultiana, são descritas através de duas técnicas fundamentais: o poder disciplinar que age sobre o corpo e o biopoder, que age sobre a população. A disciplina constitui-se uma técnica particular de individualização de multiplicidades, com objetivos claros de monitorar e regular o comportamento nos seus mínimos detalhes (CANDIOTTO, 2012). A biopolítica se destaca intrinsecamente como uma técnica política voltada para os fenômenos globais da população, como uma técnica de gestão da multiplicidade. A biopolítica é colocada em um espaço de circulação, portanto, em um nível diferente, em uma escala diferente da disciplina (COLLIER, 2011). A biopolítica vai assumir o homem como espécie, caracterizada por um conjunto de processos biológicos. O objeto de intervenção da biopolítica é, portanto, a população, a coletividade e sua multiplicidade (RODRIGUES, 2013).

A governamentalidade, enfim, é um conceito que implica uma reflexão mais refinada sobre os procedimentos de governo dos corpos (MAIA, 2011). Foucault (2008) define governamentalidade como um "conjunto constituídos pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança" (p. 143). A governamentalidade apela para a regulação da conduta do sujeito através da aplicação racional de meios técnicos adequados, não só pelo Estado, como também pelas diversas instituições da qual o sujeito participa. Nessa perspectiva, a noção de governamentalidade permite olhar para os poderes e saberes administrativos e institucionais como responsáveis por moldar a vida cotidiana dos indivíduos (MCKINLAY, CARTER, PEZET, 2012).

Em relação ao conceito de biopoder, a organização é percebida como preocupada com a realização e implementação de políticas voltadas para programas de desenvolvimento e de pessoas e população, como no caso de programas de responsabilidade social, programas de proteção ao meio ambiente e sustentabilidade. Em relação à noção de governamentalidade, as organizações buscam implementar processos de gestão como uma forma de governo dos indivíduos que implica a

transposição do poder disciplinar e do biopoder de forma distinta daquela do poder político (MAIA, 2011). A governamentalidade refere-se, assim, à gestão das coisas e pessoas, constituindo-se como um problema de ação governamental, no sentido da condução de condutas e das formas de se conseguir melhores resultados econômicos (LEMKE, 2001; KNIGHTS, 2002; SILVEIRA, 2008; COLLIER, 2011).

4.2 Práticas da contabilidade como forma de governo dos corpos

De acordo com Mendonça Neto et al (2010), as teorias contábeis têm uma forte base na visão funcionalista, mesmo que apresente pontualmente algumas características nas demais visões. O paradigma funcionalista na contabilidade, como sugere os autores, é estabelecido na definição de funções da contabilidade necessárias para uma operação eficiente da organização. Dada esta condição, assume-se que a teoria da contabilidade não é tida como historicamente relativa (MCKINLAY, PEZET, 2010; MENDONÇA NETO ET AL, 2010), mas fundamentada em pressupostos econômicos. A pesquisa em teoria da contabilidade é, essencialmente, fundamentada em métodos quantitativos, hipotético-dedutivos e generalizações. Há pouco espaço para uma análise interpretativa (LUKKA, MODELL, 2010) e crítica (LEHMAN, 2005; HOPPER, BUI, 2016) das práticas contábeis e suas influências nos sistemas de crenças, valores e visão de mundo construídas pelas pessoas no interior das organizações (VAIVIO, 2008). Isto assim dado demonstra a negligência de vários aspectos organizacionais, sociais e institucionais.

Contudo, não se pode negar a existência de uma natureza humana e, portanto, dinâmica no interior das práticas de contabilidade (GENDRON, BAKER, 2005; CARMONA, EZZAMEL, GUTIÉRREZ, 2016; WALKER, 2016). As práticas de contabilidade definidas como planejamento tático ou orçamentário e a avaliação de desempenho (PHILADELPHO, MACÊDO, 2007) exercem profundas influências nos comportamentos dos indivíduos no interior das organizações através das relações de forças ou poder, na perspectiva foucaultiana. Nesta perspectiva, é possível argumentar que os mecanismos de coordenação privilegiados em uma organização são tanto a padronização das atividades quanto a padronização dos resultados. Tais mecanismos são descritos, nas práticas de contabilidade gerencial de planejamento tático e de avaliação de desempenho, como úteis quando o objetivo é promover formas de controle disciplinar.

Corroborando com esta perspectiva, Mendonça Neto et al (2010) mostram que, embora a contabilidade seja um instrumento para descrever a realidade econômica, também é um instrumento útil para monitorar indivíduos. O sistema contábil permite garantir a consistência entre a estratégia e a organização da produção através de estratégias de vigilância e controle, no sentido do panóptico foucaultiano (GUIMARAES, 2007). Advertem, ainda, estes autores que a organização e supervisão do trabalho não são o único meio de disciplinarização dos corpos.

Para além da perspectiva disciplinar na contabilidade, existem trabalhos e publicações que buscam analisar perspectivas alternativas da influência das práticas contábeis. Collier (2001) descreve a introdução de mudanças nas práticas de contabilidade gerencial, sob a forma de gestão financeira local, e as consequências da introdução de sistemas de orçamento descentralizados para a organização. O autor analisa como a descentralização dos orçamentos nas organizações é acompanhada por uma mudança de poder. Tal mudança permite conciliar os interesses daqueles que prosseguem um processo de responsabilidade legítima dos indivíduos com a organização com aqueles que priorizam formas de controle operacional. Collier (2001) analisa em seu trabalho as relações de poder que incidem onde os interesses coincidem e definem as mudanças no poder como subproduto dos processos de legitimação. Argumenta-se, com isto, que, no processo de uma evolução para o controle do pessoal com os instrumentos de contabilidade, os objetivos de produtividade são motivadores para os trabalhadores somente se eles estão buscando uma melhoria em seus ganhos econômicos através do trabalho na empresa.

As práticas de contabilidade podem, ainda, ser tomadas como instrumento habilitado para analisar os hábitos corporais dos indivíduos através da construção de determinados discursos fundados na Economia de modo a submeter os funcionários à organização (BAXTER, CHUA, 2003). Também como estratégia de controle e disciplina dos indivíduos, através da adoção de técnicas de gestão da contabilidade nos processos de agrupamento de investimentos e controle de gastos com recursos humanos. Nestas perspectivas, torna-se possível apontar que as práticas contábeis se fundamentam em princípios de supervisão, como os enunciados por Foucault (1987), com o objetivo de aumentar a eficácia do controle na organização, como também o cálculo de custos padronizados tem como finalidade normalizar os comportamentos (GUIMARAES, 2007). As técnicas de gerenciamento a partir das práticas da

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

contabilidade produzem conhecimentos sobre a organização e possibilitam monitorar os indivíduos de forma a possibilitar a implementação de um sistema de sanções e recompensas (FOUCAULT, 2010a) que, em última instância, contribui na gestão de uma coletividade.

Cosenza, Teixeira Filho e Lopes (2012) buscaram refletir sobre a contextualização das relações de poder no campo da ciência contábil como elemento importante para entender a dinâmica organizacional nas empresas. Em seu trabalho analisaram os principais fatores associados ao exercício do poder nas empresas. Deste modo puderam demonstrar que a Contabilidade não é somente uma fonte eminente de informação, como também é objeto de poder, ao se tornar refém de diretrizes e políticas impostas por instâncias reguladoras e normatizadoras das práticas e atividades contábeis. Em sua análise, concluíram que a contabilidade, dado seu impacto direto no uso de informações contábeis, visa o controle e o gerenciamento das atividades organizacionais e, por conseguinte, a gestão de pessoas. Através da avaliação de indicadores de êxito e mesmo de insuficiência econômica, os processos de gestão de pessoas tendem a se adaptar na busca de novas normatizações e padronizações do comportamento dos funcionários, de modo a atingir determinados objetivos. Estabelece-se, portanto, um processo de escolha entre caminhos alternativos de ação sobre a conduta dos funcionários, estabelecidas através da relação de poder, em que se busca reestabelecer os rumos para o alcance dos objetivos organizacionais. O sistema de contabilidade serve, assim, de referência para a criação de um novo sistema negociado com os funcionários.

Edgley (2014) reflete sobre como a contabilidade opera nas organizações como jogos da verdade ao permitir que determinados conhecimentos sobre os processos organizacionais se tornem visíveis, controlando, domando, gerenciando ou escondendo erros e subjetividades na tradução de práticas contábeis. Nesta perspectiva, considera-se que as práticas contábeis, em sua historicidade nas organizações, têm a capacidade de moldar como diferentes tipos de objetos de conhecimento podem ser facilmente conhecidos e mesmo ignorados. Com isto, promove-se um certo tipo de responsabilidade moral, fundamentada em uma atividade performativa que ao tornar visível os modos como os sujeitos devem agir no interior das organizações, controla e gerencia os modos como o sujeito deve se comportar.

Abdullah e Khadaroo (2016), a partir da noção de governamentalidade

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

examinam os modos como as instituições, os processos organizacionais, as análises, cálculos e práticas contábeis proporcionam determinadas visibilidades aos sujeitos. Em sua análise verificou como como um corpo de conhecimento construídos sobre os sujeitos exerce poder disciplinar na prática para subjetivar e objetivar gerentes de museus e galerias de arte na Inglaterra. Para o autor, as estratégias de governamentalidade envolvem a implantação de múltiplos métodos, como acordos de gerenciamento, contratos, indicadores de desempenho, bem como relatórios contábeis, de forma a criar conhecimento, fornecer visibilidade e processar os sujeitos como objetos calculáveis.

As estratégias de governamentalidade colocam os sujeitos em um determinado espaço e institui determinadas responsabilidades e proporcionam determinadas visibilidades, como modos de controle das condutas. A forma como isto é alcançado refere-se aos modos como as visibilidades são construídas. Os gerentes dos museus e galerias de arte, por operar em um espaço cultural, têm sua imagem social ligada ao atendimento de objetivos culturais, sociais e econômicos. Afinal, os gerentes têm a função de preservar a memória cultural de uma comunidade para as gerações futuras. Com isto, tem a função de unir os vários segmentos da população com o intuito de criar determinado sentimento de paz na comunidade. Ocupam ainda a função como agentes de mudança ao educar a população e proporcionar aos cidadãos uma via de discussão e diálogo sobre assuntos importantes, atingindo, com isto, os mais variados grupos-alvo, como jovens, mulheres e outras minorias através de programas e atividades, ao promover uma melhor compreensão do patrimônio cultural e criando agenda para crescimento e desenvolvimento social (ABDULLAH, KHADAROO, 2016).

Considerada a sua importância para a manutenção da história social, as estratégias de governamentalidade produz efeitos de controle, bem como contribui nas estratégias de autoformação, por permitir que os gerentes quantifiquem seu próprio desempenho em contratos e relatórios, permitindo que se percebam responsáveis pela implementação de políticas públicas de acesso às manifestações culturais, ao permitir que o público em geral aproveite as exposições dos museus e galerias de arte. O governo mostra seu poder nas formas de intervenção direta, ao propor estratégias de superação de decisões econômicas racionais assumidas pelos gerentes, quando estes estavam em conflito com objetivos políticos.

Como demonstram Abdullah e Khadaroo (2016), embora os mecanismos de

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

governamentalidade tentassem tornar os gerentes dóceis, tornando-os cúmplices no processo de sua própria dominação, sempre havia a possibilidade para resistências silenciosas. As estratégias da governamentalidade ofereciam aos gerentes os instrumentos para racionalizar e justificar a sua conduta para os outros e para si próprios. Contudo, a implementação das políticas e programas fornecidos pelo governo não encontravam integral aceitação pelos gerentes, principalmente relacionadas às possibilidades de os gerentes conseguirem financiamentos particulares e, por fim, proporem exposições pagas.

Mihret e Grant (2017) analisaram a articulação entre a auditoria interna das práticas de contabilidade nas formas de governamentalidade em uma organização. Para os autores, a governamentalidade foucaultiana fornece ferramentas conceituais significativas para se refletir sobre as estratégias de controle das pessoas em organizações contemporâneas. As práticas de contabilidade permitem o desenvolvimento conceitual sobre a execução de atividades econômicas como formas de aprimorar a racionalidade das atividades econômicas e controles auxiliares nos processos organizacionais. Analisam os autores que nas práticas contábeis a noção de governamentalidade pode ser descrita como um discurso em que o relato saber-poder pode ser considerado da ordem da condução de comportamentos individuais, em que a forma como os serviços contábeis são utilizados pode ser influenciada pelas preocupações e características operacionais características das estratégias de governamentalidade.

A organização, no momento em que estabelece determinadas metas financeiras a serem cumpridas, tendo por base as análises contábeis (PHILADELPHO, MACÊDO, 2007), tende a governar a conduta dos funcionários através de dois mecanismos principais: o planejamento e a transformação dos procedimentos de cálculo do agente. O governo através do planejamento é possibilitado através da escolha daqueles investimentos a serem feitos. Esta premissa está vinculada à percepção da capacidade de crescimento nos processos de produção por todos os funcionários da organização. A participação espontânea e livre dos funcionários e seu engajamento como corresponsáveis pela proposta de crescimento é uma estratégia eficaz de governo das condutas (OLIVEIRA, CATAPAN, VICENTIN, 2015). Complementarmente à primeira perspectiva em que os funcionários tornados corresponsáveis pela adequada seleção de projetos de investimento, a segunda é

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

fundamentada na técnica do valor presente líquido, como uma estratégia contábil. Isto é tornado possível através do sistema de contabilidade que torna o negócio não apenas visível, mas também computável (MCKINLAY, PEZET, 2010).

A análise de uma relação entre diferentes níveis de governo, do governo disciplinar e do governo dos corpos, levanta a questão de seu modo de articulação. A proposta que surge é baseada na noção de problematização que é ilustrada pelos estudos de caso mencionados acima. Problematizar é constituir um objeto de pensamento (FOUCAULT, 2004) e definir um sujeito. Foucault (2005) mostra como os sujeitos de diferentes instituições são definidos (o louco para o sistema psiquiátrico, o delinquente do sistema judicial) e analisa várias formas de problematização: problematização da loucura das práticas sociais e médicas, definindo um certo perfil de Normalização, problematização do crime e do comportamento criminoso baseado em certas práticas punitivas seguindo um modelo disciplinar (FOUCAULT, 2010b).

Os modos de problematização das relações estabelecidas entre funcionários e empresas é, neste sentido, considerada como objetos de governo. Neste processo de objetivação dos modos de governo estabelecidos na relação entre empresa e funcionários desenvolvem-se as estratégias de governo das condutas em que são estabelecidos, enfim, os objetos comuns de governo a partir dos quais novos dispositivos são definidos. A carreira do trabalhador torna-se um objeto de governo para as empresas, a partir da implementação de formas de negociação de sistemas de classificação, em que se estabelece a progressão hierárquica ligada à antiguidade.

Nestas condições, considera-se que as práticas da contabilidade são convertidas em uma forma de problematização da economia e das estratégias financeiras das empresas como um objeto de análise. Esta forma de problematização permite diferentes práticas, dependendo dos níveis de governo. Depreende-se, assim, que o objeto de governo nas empresas não leva em conta exclusivamente os modos de disciplinarização do funcionário, senão o desenvolvimento de estratégias que consideram o desenvolvimento do individualismo, de acordo com as ideias de Foucault relacionado ao período ético (CANDIOTTO, 2013). Em sua obra “A história da sexualidade”, Foucault (1985) examina uma nova forma de problematização através da qual o indivíduo é considerado como capaz de perceber a si mesmo. Depois de descrever a formação do conhecimento que dá poder sobre outros, Foucault (2010a) descreve a formação de um conhecimento ético destinado a dar ao indivíduo um poder

sobre si mesmo (CANDIOTTO, 2013).

O valor atribuído ao indivíduo em sua singularidade e o grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual ele pertence no interior da empresa, com o reforço da noção da privacidade, contribui para o aumento da intensidade das relações consigo mesmo. Isto é percebido nas formas em que se chama cada funcionário a se assumir como objeto de conhecimento e campo de ação, para transformar-se e corrigir-se, a purificar-se como sujeito de si, engajado no crescimento pessoal dentro da empresa a que pertence. Assim, em vez de desenvolver uma política voltada para as estratégias disciplinares para obter uma forma de subjetivação, de docilização do indivíduo, a organização desenvolve uma política de gestão de recursos humanos baseada na subjetividade e na valorização do sujeito ético.

A dinâmica do governo gerencial é dada pela criação de dispositivos que permitam mobilizar, no interesse da empresa, os projetos de subjetivação dos próprios indivíduos. A instrumentação de gestão torna possível essa individualização na empresa, permitindo estabelecer relações mais individualizadas com os funcionários: internet, trabalho em casa, cobertura social complementar personalizada. Portanto, o individualismo que poderia ser percebido como uma ameaça à coesão da empresa também pode ser um recurso para uma forma de gestão de recursos humanos que confie no comportamento ético do empregado, na experiência de si mesmo a partir de regras de conduta que ele próprio oferece, como objeto de autogoverno.

5- Considerações Finais

As estratégias de governamentalidade a partir das práticas contábeis envolvem a implantação de variados métodos capazes de criar conhecimento, como por exemplo, a elaboração de acordos de gerenciamento, contratos, indicadores-chave de desempenho e relatórios contábeis (ABDULLAH, KHADAROO, 2016). Tais métodos fornecem formas de visibilidades dos sujeitos, tornando-os objetos calculáveis, portanto, objetos aptos a serem controlados.

As práticas de contabilidade promovem modos de controle interno a partir dos quais são consideradas como uma resposta ao risco no investimento da empresa. Nesta perspectiva, as práticas da contabilidade podem ser consideradas uma tecnologia envolvida na teia das relações de poder em que estão envolvidos os jogos regulatórios de liberdade e segurança (COLLIER, 2011). Compreender essa

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

concepção requer a elaboração de racionalidades de controle de pessoas sob as quais as práticas de contabilidade são exercidas pela administração da organização sobre seus funcionários. Tal proposta é consistente com o conceito de autonomia regulada (AFONSO, 2011; HILÁRIO, CUNHA, 2012) da perspectiva foucaultiana. Em consonância com a passagem do uso do poder disciplinar para a proposta de governamentalidade, as práticas contemporâneas de controle das organizações envolvem a solicitação do consentimento dos funcionários, implicando-os na necessária liberdade de se empenharem no desenvolvimento de suas atividades como funcionários na empresa.

Os processos de controle, como característica essencial das organizações, visam assegurar a implementação de comportamentos diversos de interesse dos indivíduos. Tais comportamentos são reforçados de modo consistente com as racionalidades organizacionais. Contudo, mantém o espaço para a concepção de sistemas de autorregulação, ou autogoverno dos funcionários, permitindo espaços para exploração da liberdade. A noção de autorregulação permite compreender que, mesmo que as tendências de controle e vigilância sejam inerentes às organizações e cruciais para garantir uma ampla conformidade dos comportamentos dos funcionários (MIHRET, GRANT, 2017), a valorização das individualidades permite assegurar um engajamento de cada um dos funcionários como parte integrante das formas de condução de sujeitos governáveis.

A análise dos processos de gestão, nos estudos nas organizações, é possibilitada pela análise das relações e dos fenômenos de poder em uma perspectiva foucaultiana em que o sujeito é o elemento central. As relações de poder podem ser tomadas e analisadas nas práticas da contabilidade gerencial que, em última instância, também definem formas de produção de conhecimento sobre o progresso de uma atividade no interior da organização e os modos como os funcionários se engajam em suas atividades laborais. Partindo da metáfora do panóptico (LECLERCQ-VANDELANNOITTE, KALIKA, 2014), os estudos sobre práticas de contabilidade a definem como uma tecnologia disciplinar e de vigilância que permitem disciplinar os indivíduos na execução de suas tarefas. Contudo este é apenas um aspecto da análise foucaultiana.

Partindo da noção da governamentalidade torna-se possível perceber que as relações de poder mobilizam várias técnicas de controle e outras visibilidades para os

funcionários. Uma delas é a ação que o indivíduo leva a si mesmo a constituir-se como sujeito. Esta ação é ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que tem a capacidade de disciplinar o indivíduo, permite que o sujeito produza para si novos espaços de liberdade. A partir desta perspectiva, a análise em gestão de recursos humanos identifica três caminhos possíveis na consideração do sujeito, como central no processo: 1- a modelagem das formas disciplinares, 2- a articulação das diferentes formas de governo de condutas e, 3- a do governo gerencial de um indivíduo mais independente da empresa.

Para construir as reflexões em torno dos processos de gestão de pessoas através das práticas da contabilidade, buscou-se argumentar sobre as questões em torno das relações de poder no interior das organizações. Destaca-se, ainda, que o poder disciplinar e a governamentalidade não são conceitos contraditórios, mas que se complementam. A relação entre estas noções de relação de poder pode constituir-se como fundamental para a compreensão dos modos como o sujeito é conduzido em sua conduta de acordo com os objetivos da organização a que pertence. Nesta perspectiva, afirma-se que os estudos sobre a governamentalidade não desqualifica os trabalhos que tem como foco as análises sobre os processos de vigilância e controle. Ao contrário, os engloba. O poder é uma relação entre os atores na empresa e que a instrumentação de gerenciamento torna visível e que os indivíduos encarnam e disseminam. Argumenta-se, ainda que é possível ir além das formas de poder disciplinar na análise de organizações, mantendo a possibilidade de se manter esta forma de relação de forças ainda em foco.

Referências Bibliográficas

- ABDULLAH, A., KHADAROO, I.. The governmentality and accountability of UK national museums and art galleries. In: **Accounting Forum**. Elsevier, 2016.
- AFONSO, M. L. M.. Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. **Psicologia em revista**, v. 17, n. 3, p. 445-464, 2011.
- ARMSTRONG, P.. The influence of Michel Foucault on accounting research. **Critical perspectives on accounting**, v. 5, n. 1, p. 25-55, 1994.
- BAXTER, J., CHUA, W. F.. Alternative management accounting research—whence and whither. **Accounting, organizations and society**, v. 28, n. 2, p. 97-126, 2003.
- BONAMIGO, I. S.. Novas tecnologias de vigilância e a gestão de violências. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 659-674, 2013.

- BOTH, F., FISCHER, A.. Gestão e contabilidade ambiental. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 8, n. 1, p. 49-58, 2017.
- CANDIOTTO, C.. A genealogia da ética de Michel Foucault. **Educação e Filosofia**, v. 27, n. 53, p. 217-234, 2013.
- CANDIOTTO, C.. A governamentalidade em Foucault: da analítica do poder à ética da subjetivação. **O que nos faz pensar**, v. 21, n. 31, p. 91-108, 2012.
- CANDIOTTO, C.. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, v. 11, n. 1, 2010.
- CARMONA, S., EZZAMEL, M., GUTIÉRREZ, F.. Accounting history research: traditional and new accounting history perspectives. **De Computis-Revista Española de Historia de la Contabilidad**, v. 1, n. 1, p. 24-53, 2006.
- COLLIER, P. M. The power of accounting: a field study of local financial management in a police force. **Management accounting research**, v. 12, n. 4, p. 465-486, 2001.
- COLLIER, S. J. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da "governamentalidade". **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 245-284, 2011.
- CORRÊA, R. O., FREITAS, F. C. H. P., OLIVEIRA SILVA, L. M.. Gestão estratégica de pessoas, poder e disciplina à luz da perspectiva foucaultiana. **Revista Sociais e Humanas**, v. 27, n. 3, p. 78-88, 2015.
- COSENZA, J. P., TEIXEIRA FILHO, A. C., LOPES, R. S. S.. Reflexão Sobre Relações Entre Poder e Contabilidade. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 2, 2012.
- DIXON, M. A. Transforming power: Expanding the inheritance of Michel Foucault in organizational studies. **Management Communication Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 283-296, 2007.
- EDGLEY, C.. A genealogy of accounting materiality. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 25, n. 3, p. 255-271, 2014.
- FIMYAR, O.. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, 2009.
- FONSECA, M. A.. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. EDUC-Editora da PUC-SP, 2014.
- FOUCAULT, M.I. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, M.. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, M.. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Martins Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, M.. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M.. **História da sexualidade** (V. 12). Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M.. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M.. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GADELHA, S.. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- GENDRON, Y., BAKER, C. R.. On interdisciplinary movements: The development of a

- network of support around Foucaultian perspectives in accounting research. **European accounting review**, v. 14, n. 3, p. 525-569, 2005.
- GUIMARAES, K. M. S.. A Contribuição de Michel Foucault nas abordagens da teoria contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 168, p. 20-33, 2007.
- HILARIO, L. C., CUNHA, E. L.. Michel Foucault e a Escola de Frankfurt: reflexões a partir da obra crítica do poder, de Axel Honneth. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 35, n. 3, p. 157-188, Dec. 2012.
- HOPPER, T., BUI, B.. Has management accounting research been critical?. **Management Accounting Research**, v. 31, p. 10-30, 2016.
- KNIGHTS, D.. Writing organizational analysis into Foucault. **Organization**, v. 9, n. 4, p. 575-593, 2002.
- LAMBERT, C., PEZET, E.. The making of the management accountant–Becoming the producer of truthful knowledge. **Accounting, Organizations and Society**, v. 36, n. 1, p. 10-30, 2011.
- LECLERCQ-VANDELANNOITTE, A., ISAAC, H., KALIKA, M.. Mobile information systems and organisational control: beyond the panopticon metaphor?. **European Journal of Information Systems**, v. 23, n. 5, p. 543-557, 2014.
- LEHMAN, G.. A critical perspective on the harmonisation of accounting in a globalising world. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 16, n. 7, p. 975-992, 2005.
- LEMKE, T.. 'The birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. **Economy and society**, v. 30, n. 2, p. 190-207, 2001.
- LUKKA, K., MODELL, S.. Validation in interpretive management accounting research. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, n. 4, p. 462-477, 2010.
- MAIA, A.. Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. **Currículo sem fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 54-71, 2011.
- MANSANO, S. R. V.. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Rev. psicol. UNESP**, p. 110-117, 2009.
- MCKINLAY, A., CARTER, C., PEZET, E.. Governmentality, power and organization. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 1, p. 3-15, 2012.
- MCKINLAY, A., PEZET, E.. Accounting for foucault. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 21, n. 6, p. 486-495, 2010.
- MENDES, C. L.. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. **Revista de Ciências Humanas**, n. 39, p. 167-181, 2006.
- MENDONÇA NETO, O. R., RICCIO, E. L., CARDOSO, R. L., SAKATA, M. C. G. (2010). A Contabilidade Como Instrumento de Exercício do Poder: a visão de Lênin em “O Estado e a Revolução”. **RIC-Revista de Informação Contábil**. v. 4, n. 3, p. 1-17, 2010.
- MIHRET, D. G. et al. The role of internal auditing in corporate governance: a Foucauldian analysis. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 30, n. 3, p. 699-719, 2017.
- NARDI, H. C., RAMMINGER, T.. Modos de subjetivação dos trabalhadores de saúde mental em tempos de Reforma Psiquiátrica. **Physis-Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 2, 2007.

- NUNES, L. C. F., SERRASQUEIRO, Z. M.. A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 87-96, 2004.
- OLIVEIRA, A. G., CATAPAN, A., VICENTIN, I. C.. A contabilidade como instrumento de governança pública e controle social: Accountability e disclosure nas contas do Município de Curitiba. **Revista ESPACIOS| Vol. 36, nº 10**, 2015.
- PHILADELPHO, P. B. G., MACÊDO, K. .. Avaliação de desempenho como um instrumento de poder na gestão de pessoas. **Aletheia**, n. 26, p. 27-40, 2007.
- PRADO FILHO, K., MARTINS, S.. Subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, 2007.
- RAFFNSØE, S., GUDMAND-HØYER, M., THANING, M. S. Foucault's dispositive: The perspicacity of dispositive analytics in organizational research. **Organization**, v. 23, n. 2, p. 272-298, 2016.
- RAMMINGER, T., NARDI, H. C.. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 25, 2008.
- RAMMINGER, T.. Entre a normatividade e a normalidade: contribuições de G. Canguilhem e M. Foucault para as práticas de saúde. **Mnemosine**, v. 4, n. 2, 2008.
- RODRIGUES, T.. Ecopolítica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático policial. **Revista ECOPOLÍTICA**, v. 5, n. 1, jan-abr, pp. 115-156, 2013.
- SILVEIRA, R. A.. Dinâmicas de poder nas organizações: a contribuição da governamentalidade. **Comportamento organizacional e gestão**, v. 14, n. 1, p. 97-114, 2008.
- SILVEIRA, R. A.. **Michel Foucault, Poder E Análise Das Organizações**. São Paulo: FGV, 2005.
- VAIVIO, J.. Qualitative management accounting research: rationale, pitfalls and potential. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 5, n. 1, p. 64-86, 2008.
- VEIGA-NETO, A., BRANCO, G. C.. **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- WALKER, S. P. Revisiting the roles of accounting in society. **Accounting, Organizations and Society**, v. 49, p. 41-50, 2016.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO – RJ

SERGIO HENRIQUE MANTOVANI¹

Resumo

A educação ambiental é uma ferramenta importantíssima de transformação da sociedade, constituindo-se um instrumento fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação ao meio ambiente, proporcionando o envolvimento da sociedade e a aquisição de responsabilidade da população nas ações de saneamento e saúde. Tendo sido muito utilizada como ferramenta para resolver questões associadas aos resíduos sólidos. Diante deste contexto, o presente estudo tem como objetivo avaliar o processo de implementação da Educação Ambiental nas Escolas do município de Belford Roxo, Rio de Janeiro, Brasil, avaliando os aspectos positivos e negativos do processo de implantação da disciplina Educação Ambiental no município e verificando os níveis de estímulo e de fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social dos alunos. Para realização do diagnóstico da percepção da população acerca da Educação Ambiental e da questão dos Resíduos Sólidos no município, foram inseridos questionários virtuais em vários endereços eletrônicos relacionados à Prefeitura Municipal e os questionários também foram disponibilizados em todas as reuniões e oficinas, no total foram respondidos 1.232 questionários. Os resultados obtidos demonstram que 70% dos participantes acreditam que o programa foi efetivo no processo de conscientização do público envolvido, este mesmo percentual de avaliação é encontrado nos critérios de credibilidade, pois 70% dos participantes acreditam que o projeto terá um caráter multiplicador. Constatou-se ainda que 90% das pessoas acreditam que o programa pode contribuir para a correta destinação dos resíduos, bem como da ampliação do processo de reciclagem e por fim, 80% do público acredita que os alunos e participantes do programa irão multiplicar essa conscientização para seus amigos. O processo de mobilização social observado durante a elaboração do projeto de Educação Ambiental do município de Belford Roxo, atingiu a toda a cidade de forma muito abrangente, criando uma comunicação compatível com o nível de exigências, que visivelmente foram muito significativas. Verifica-se que os objetivos foram atingidos não só pelo Poder Público, mas especialmente por todos os cidadãos, que tiveram oportunidade de mudar o rumo da política ambiental da cidade.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, Belford Roxo, Consciência Ambiental, Escolas Municipais

¹ shmantovani@gmail.com

1 - INTRODUÇÃO

A educação ambiental é uma ferramenta importantíssima de transformação da sociedade (Soares *et al*, 2007), constituindo-se um instrumento fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação ao meio ambiente, proporcionando o envolvimento da sociedade e a aquisição de responsabilidade da população nas ações de saneamento e saúde. Tendo sido muito utilizada como ferramenta para resolver questões associadas aos resíduos sólidos.

De acordo com Bomfim *et al* (2015), não serão suficientes apenas as políticas governamentais, não bastam somente as intervenções dos governos nas escolas e as ações por parte das empresas. As autoras revelam que é necessária uma ação social transformadora, pois o planeta precisa de todos e de cada um com sua contribuição individual, e neste contexto a educação ambiental pode atuar de forma transformadora, e com isso podemos citar a célebre frase de Paulo Freire: “A educação não muda o mundo mas muda as pessoas que vão mudar o mundo”.

Segundo Soares *et al* (2007), a educação ambiental é nomeadamente um agente promotor de transformação da sociedade a nível mundial. Bomfim *et al* (2015) relatam que a educação ambiental já avançou bastante, principalmente nas últimas duas décadas e em países mais desenvolvidos, embora sejam notadas iniciativas muito interessantes em países menos industrializados.

A educação ambiental ganha força no contexto da Rio Eco 92, que foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992. Este encontro teve desdobramentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político e na área ambiental, além de ceder espaço a debates e contribuições para o modelo de desenvolvimento

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

ambientalmente sustentável, dentre os quais podemos citar a educação ambiental, a sustentabilidade e a agenda 21. (Valadares, 2009)

Neste âmbito, a educação ambiental e a sustentabilidade, constituem o resultado de um processo de educação pela qual o ser humano redefine o feixe de relações que entretém com o Universo, com a Terra, com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo dentro dos critérios de equilíbrio ecológico, de respeito e amor à Terra e à comunidade de vida, de solidariedade para com as gerações futuras e da construção de uma democracia sócio-ecológica sem fim. (Sato, 2002)

Este processo de transformação via educação é fundamental no século XXI, pois o ser humano tem sido o agente responsável por rápidas e significativas transformações do meio ambiente. A partir dos avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas a produção e o consumo de bens cresceu de forma significativa para atender às demandas oriundas do crescimento da população. (Seiffert, 2011)

Este cenário, tem causado um desequilíbrio acentuado no Sistema homem-natureza, colocando em risco a qualidade de vida dos seres humanos, devido a uma série de eventos dentre os quais podemos citar o aquecimento global e a escassez hídrica. Em função destes fatores, a questão ambiental tem se colocado, cada vez mais, uma demanda urgente e importante para a sociedade, pois o futuro das sociedades irá depender muito da sua relação com a natureza. (Szabó , 2008).

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) do ano de 2019, estima-se que anualmente, são produzidos cerca de 2 bilhões de toneladas de lixo em todo o planeta, ocorrendo um incremento anual deste número. Os Estados Unidos assumem o 1º lugar, seguidos da China e da Índia, com o Brasil ocupando a 4ª posição. (PNUMA, 2017). Apesar de termos milhões e milhões de toneladas produzidas por ano, as

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

quais contém vários materiais recicláveis, tais como: vidros, papéis, latas, dentre outros, tem-se somente 1,28% de reciclagem.

Este baixo percentual de reaproveitamento ocorre, segundo Szabó (2008), porque para grande parte dos indivíduos, o lixo não se constitui um problema, pois a sociedade em geral acredita que a Engenharia já encontrou a solução adequada para esta questão, desta forma, a preocupação da maioria das pessoas com o lixo, termina quando o caminhão coletor passa em sua casa a recolher o lixo gerado por sua família. (Vicq, 2017)

Neste cenário, emoldura-se a perspectiva de que uma das principais ferramentas atuantes para proporcionar um futuro sustentável, envolva precisamente a educação ambiental, em função da sua relevância para a formação de cidadãos que tenham uma reflexão crítica e uma ação social transformadora.

Bomfim *et al* (2015) relatam que estudos demonstram que a educação ambiental ainda é insuficiente, pois existem lugares em que há pessoas a quem a informação ainda não chegou, quer seja por não terem acesso a televisão ou internet, ou porque não possuem formação escolar, ou ainda por serem habitantes de comunidades rurais, nas quais não existe este tipo de projeto.

Neste contexto, enquadra-se o presente estudo que tem como objetivo avaliar o processo de implementação da Educação Ambiental nas Escolas do município de Belford Roxo, Rio de Janeiro, Brasil. Além disso, a pesquisa objetiva também avaliar os aspectos positivos e negativos do processo de implantação da disciplina Educação Ambiental no município de Belford Roxo, analisar os principais entraves para a implementação de projetos de Educação Ambiental nas escolas e ainda verificar os níveis de estímulo e de fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social dos alunos, promovendo nos alunos a consciência da necessidade de democratização das informações ambientais, do fortalecimento da cidadania e da integração da ciência com a tecnologia.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

O trabalho assume especial relevância pois a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Desta forma, a educação é mais que uma disciplina escolar, é o fortalecimento do caráter da cidadania e uma mudança de hábitos para o bem da coletividade.

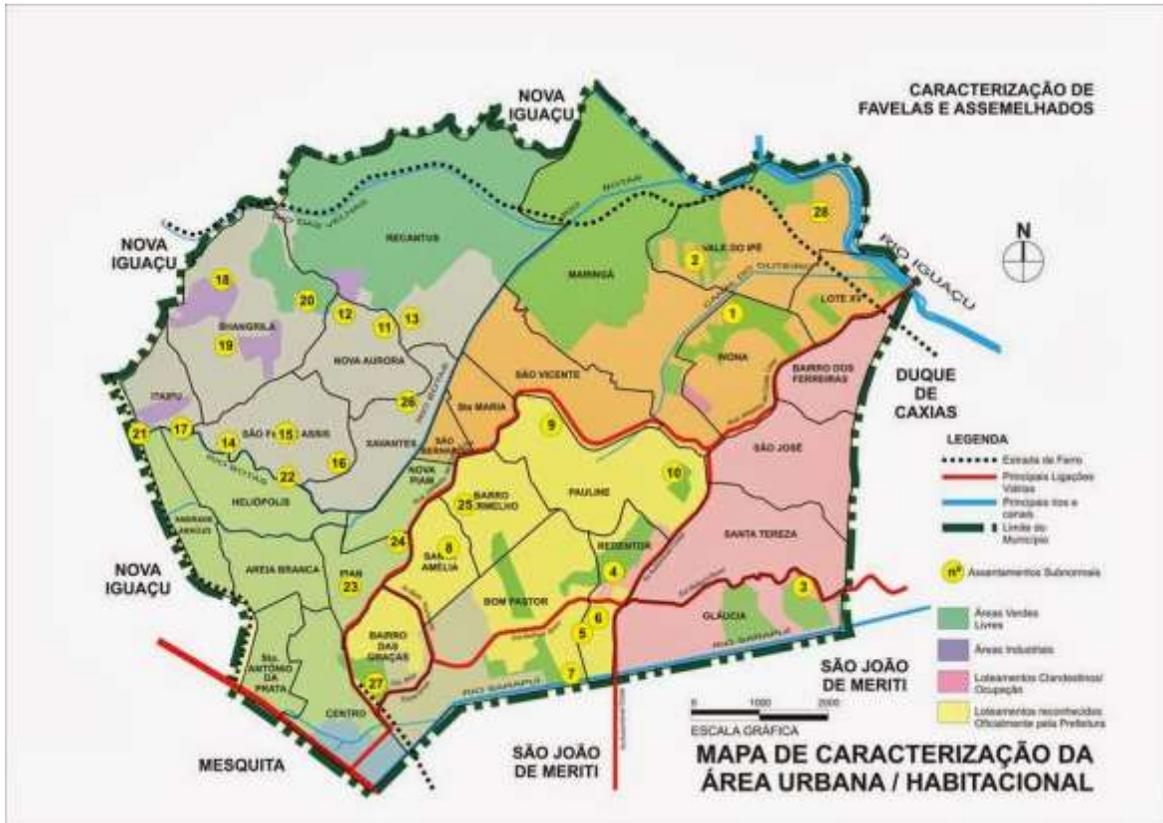
2 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E IMPORTÂNCIA DO PROJETO PARA A COMUNIDADE

O município de Belford Roxo encontra-se localizado na Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, nas seguintes coordenadas geográficas: 22° 45' 50" Latitude Sul e 43° 26' 56" Longitude Oeste, distando da capital do estado cerca de 20 km, e ocupa uma área aproximada de 79 km². Da velha Fazenda do Brejo, onde havia um engenho de açúcar no início do século XVII, nasceu o município de Belford Roxo.

O povoamento de Belford Roxo remonta desde o século XVII, com os índios Jacutingas, mapeados pela primeira vez em uma carta elaborada por João Teixeira Albernaz em 1665, que descrevia a localização da aldeia indígena entre os rios Merith, Simpuiy e Agoassu. Em 1720, havia no rio Sarapuí um porto que fazia o transporte de mercadorias entre a Corte e as fazendas. Belford Roxo foi criado com a denominação de Distrito, ainda ligado a Nova Iguaçu, pelo Decreto Estadual n.º 641, de 15-12- 1938.

Tornou-se município no ano de 1990, após emancipação da cidade de Nova Iguaçu. Esta emancipação foi o quinto desmembramento ocorrido no território da antiga Vila de Iguassú; sendo que o primeiro ocorrido ainda no século XIX, dando origem à Vila da Estrela. Já no século XX, ocorreu a emancipação de Duque de Caxias, em 1943, e, pouco depois, as emancipações de São João de Meriti (desmembrado de Duque de Caxias) e de Nilópolis, ambas ocorridas em 1947. O mapa do município encontra-se na figura 1.

Figura 1 – Mapa de Caracterização Urbana do Município de Belford Roxo



Durante a década de 1990, ainda ocorreram os desmembramentos dos distritos de Queimados, em 1990, Japeri, em 1991, e Mesquita, em 1999, o que fez restar, do território original da Vila de Iguaçu, apenas o município de Nova Iguaçu com seus limites atuais.

A população do município é estimada em 479.386 e uma área territorial 77,815 km², o que lhe confere uma densidade demográfica de 6.031 hab./km². Apresenta ainda um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com um valor de 0,684.

A implementação da educação ambiental como disciplina na grade curricular nas escolas municipais de Belford Roxo tem como embasamento jurídico a Lei de nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Neste contexto, a Prefeitura Municipal em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Educação trabalham em conjunto para disseminação de uma cultura de educação ambiental, com o objetivo de consolidar e dar um passo importantíssimo para o desenvolvimento sustentável do município, pautado nos princípios básicos do meio ambiente, com enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, focado em uma abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais e no reconhecimento e no respeito à pluralidade e a diversidade individual e cultural (PNEA).

Este projeto irá trazer inúmeros benefícios para o município pois a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

3- METODOLOGIA

Em função do principal objetivo do estudo ser avaliar como o processo de implementação da Educação Ambiental nas Escolas do município de Belford Roxo, Rio de Janeiro, Brasil, contribuiu para fundamentar uma melhor gestão de resíduos neste município. Iremos descrever de forma sucinta como foi o realizado este processo de implantação, bem como as principais diretrizes e leis que fundamentam a discussão da Educação Ambiental no município de Belford Roxo.

Neste sentido, tem-se a proposta do MEC para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a qual ressalta a necessidade da formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade local e global.

Inserido neste contexto, a Educação Ambiental é uma matéria abrangente fundamental para uma conscientização das pessoas em relação ao mundo em que vivem, para que tenham cada vez mais qualidade de vida, sem desrespeitar o meio ambiente.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Este projeto de Educação Ambiental assume assim, a sua parte no enfrentamento nesta crise, radicalizando seu compromisso com a mudança de valores, comportamentos, sentimentos e atitudes, que devem realizar-se junto à totalidade dos alunos de cada escola municipal, de forma permanente, continuada e para todos. É com base nesse cenário, que este projeto será efetivo e diferenciado nas ações de Educação Ambiental.

Além de tornar o município de Belford Roxo visionário e atuante no sentido de fazer a formação de cidadãos conscientes, a implementação da Educação Ambiental nas Escolas do município de Belford Roxo também possibilitará a mudança de hábitos através dos alunos, os tornando-os multiplicadores de informações e ainda contribuirá para qualidade de vida da população e a preservação do Meio Ambiente.

Sendo assim, este projeto é pautado em foco no processo e foco no procedimento, que pode ser desenvolvido nas escolas, de forma didática e através de oficinas que levarão os alunos não apenas a uma formação complementar específica em meio ambiente, como também os tornando cidadãos responsáveis pelo ambiente onde vivem.

O projeto contempla o desenvolvimento de oficinas, nas quais os educandos aprenderão de forma lúdica e didática as principais questões ambientais. Estas atividades serão realizadas, duas vezes na semana em cada escola participante do programa (segunda, terça, quarta e quinta).

O projeto terá a duração de 12 meses, podendo ser renovado e consiste em três fases, a primeira fase consiste na capacitação, a segunda etapa está relacionada com a implementação do projeto nas escolas e a terceira fase abrange a certificação dos alunos participantes como “Cidadãos Conscientes” e tem como objetivo atender todas as escolas de Ensino Fundamental I do município

O monitoramento e avaliação do projeto será realizado a partir de uma série de visitas nas escolas, com o objetivo de verificar, monitorar e acompanhar o desenvolvimento do projeto, auxiliando o Educador Ambiental em possíveis dúvidas na realização das oficinas.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

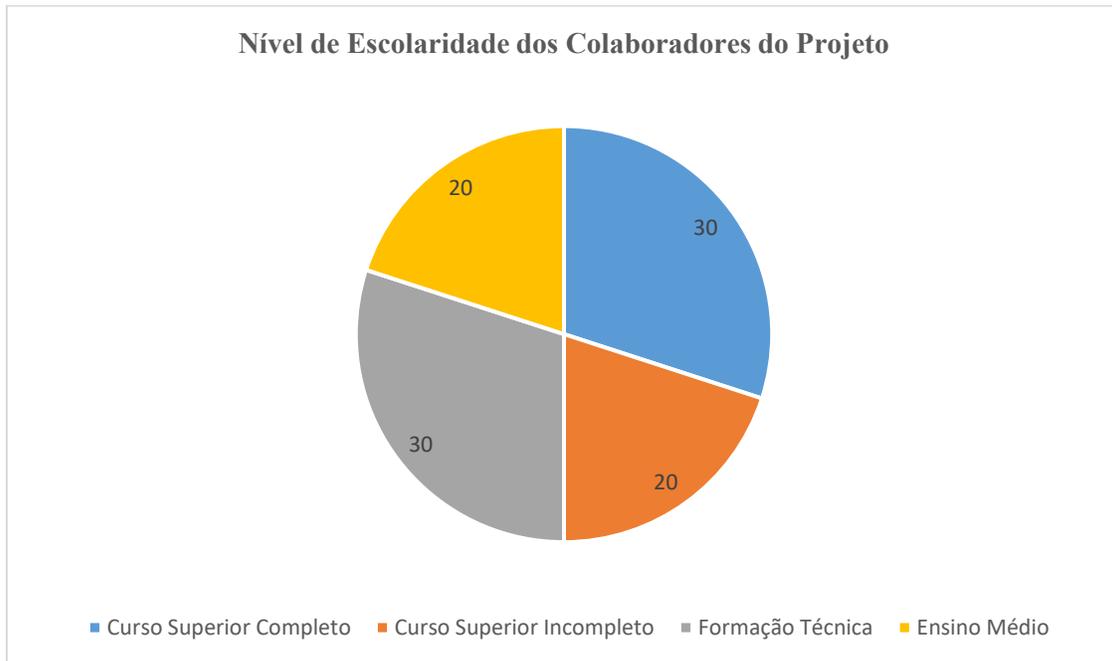
A forma de avaliação do projeto será continuada, com acompanhamento em reuniões com todos os envolvidos, em todas as sextas feiras na Secretaria de Meio Ambiente, para troca de experiências, ajustes e planejamento para sequência do projeto. Aliado a isso, para saber a desenvoltura do projeto nas escolas, será feito também uma avaliação por parte dos alunos a respeito dos educadores e atividades desenvolvidas ao longo dos módulos.

Para realização do diagnóstico da percepção da população acerca da Educação Ambiental e da questão dos Resíduos Sólidos no município, foram inseridos questionários virtuais em vários endereços eletrônicos relacionados à Prefeitura Municipal e os questionários também foram disponibilizados em todas as reuniões e oficinas. É importante salientar que, como forma de incentivo à participação da população, todos que participaram dos seminários e preencheram o questionário, receberam um certificado, o que também ocorreu para quem fez o preenchimento online, no total foram respondidos 1.232 questionários.

4 – RESULTADOS

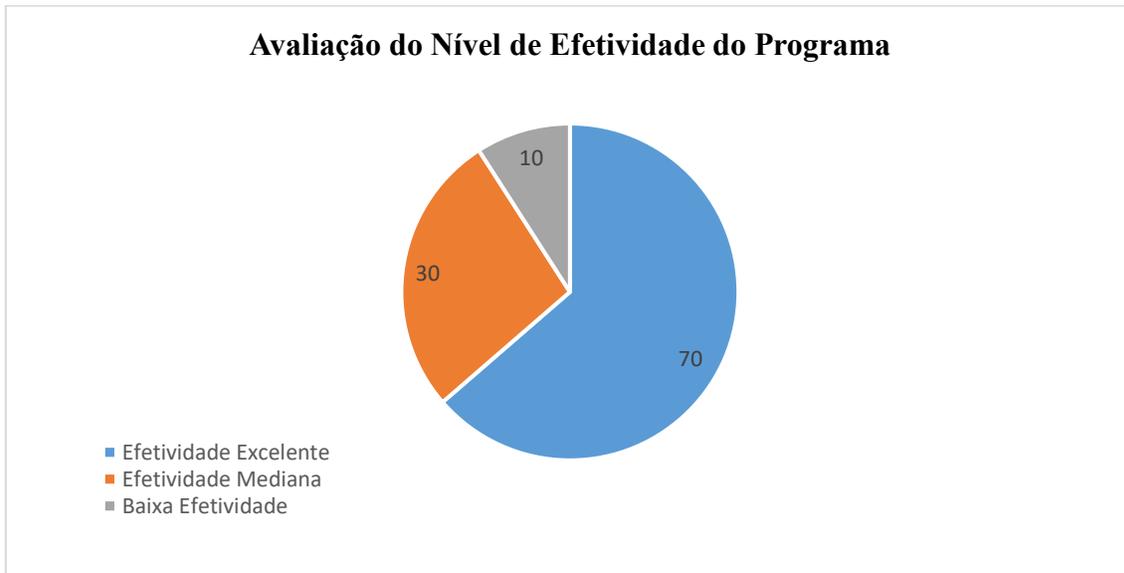
A partir dos dados obtidos nos questionários verificou-se que 30% dos agentes de Educação Ambiental tinham Ensino Superior completo e outros 20% estão cursando o Ensino Superior. Temos ainda 30% destes agentes com formação técnica, a maioria na área de Meio Ambiente, o que facilita de sobremaneira o desenvolvimento das atividades, uma vez que, já possuem embasamento teórico e prático na temática. Por fim, o grupo de colaboradores ambientais é completado por um contingente de 20% de pessoas que possuem o Ensino Médio. Os dados relativos a esta pesquisa encontram-se expostos na figura 2:

Figura 2 – Nível de Escolaridade dos Colaboradores do Projeto



Quando se analisam os dados referentes à eficiência do programa, constata-se que 70% dos participantes acreditam que o programa foi efetivo no processo de conscientização do público envolvido, enquanto 20% acham que a efetividade do projeto foi mediana. Estes dados denotam um grande alcance do programa, pois grande parte da população amostrada tem confiança na efetividade do projeto. Estes dados vão ao encontro dos achados de Araújo (2013), que relata a importância das visitas *in loco* e da aplicação de ferramentas práticas para obter a confiança do público alvo. Os dados relativos a este critério encontram-se na figura 3

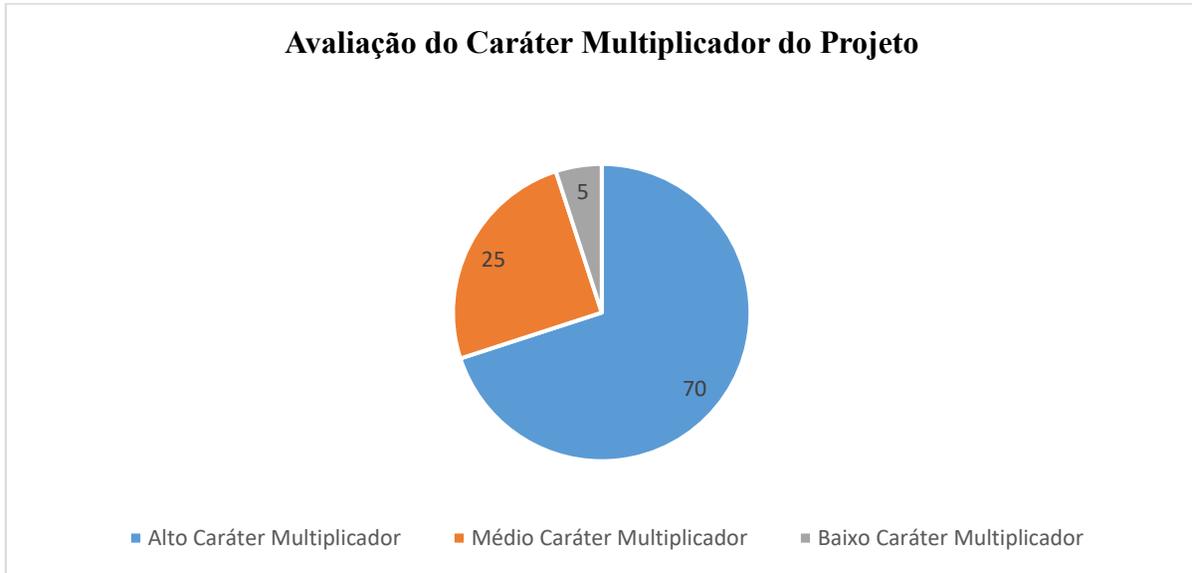
Figura 3 – Avaliação do Nível de Efetividade do Projeto



Com relação aos critérios de credibilidade de que o participante vai multiplicar a conscientização ambiental para seus parentes, verificou-se o mesmo percentual, ou seja, 70% dos participantes acham que o projeto terá um caráter multiplicador. Os dados relativos a este critério encontram-se na figura 4.

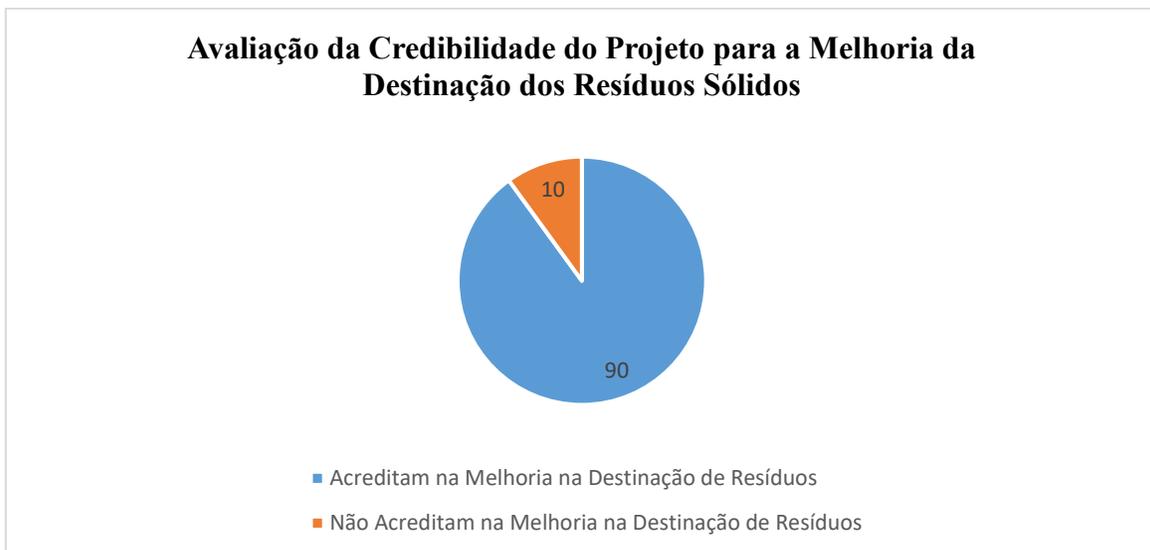
Este alto percentual de credibilidade também foi observado no trabalho de Bomfim *et al* (2015), que para além disso, afirma a necessidade de continuação das campanhas e práticas de Educação Ambiental para que a população sinta na prática os benefícios deste efeito multiplicador.

Figura 4 – Avaliação do Caráter Multiplicador do Projeto



Constatou-se ainda que 90% das pessoas acreditam que o programa pode contribuir para a correta destinação dos resíduos, bem como da ampliação do processo de reciclagem. (Figura 5). Este foi o quesito que obteve maior percentual de credibilidade, o que reforça a importância da Prefeitura e de outros agentes do Poder Público em avançar nesta questão.

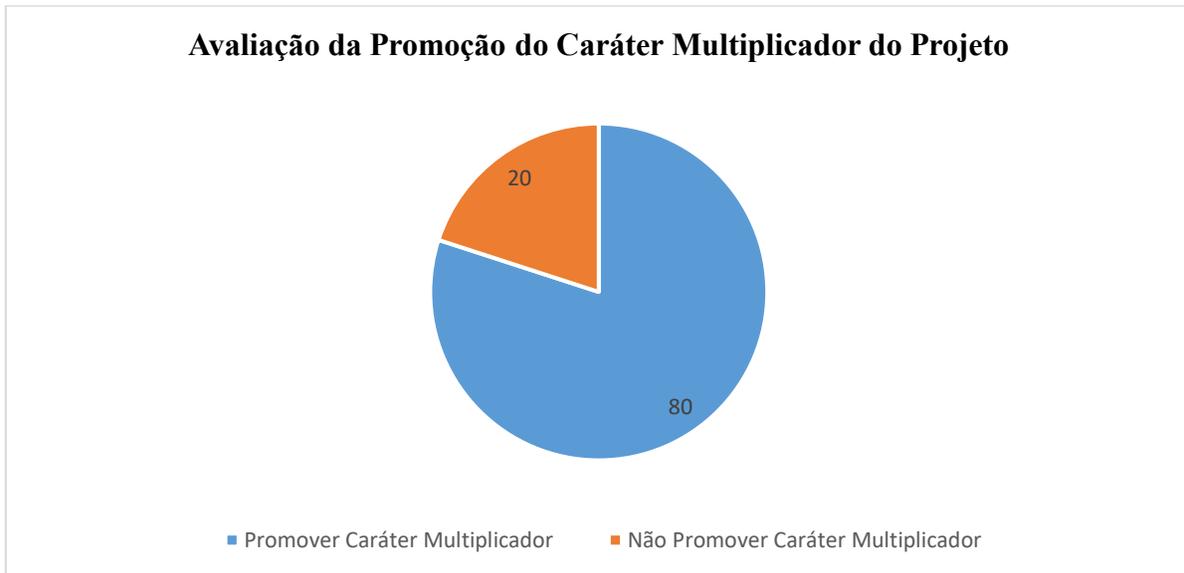
Figura 5 – Avaliação da Credibilidade do Projeto para a Melhoria da Destinação dos Resíduos Sólidos



Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Verificou-se também que 80% do público que respondeu ao questionário acredita que os alunos e participantes do programa irão multiplicar essa conscientização para seus amigos. (Figura 6) Estes índices se aproximam dos valores obtidos por Seiffert (2011), que afirma o caráter expansivo e multiplicador destes programas.

Figura 6– Avaliação da Promoção do Caráter Multiplicador do Projeto



Neste sentido, o mesmo autor revela que a mobilização social é uma estratégia de apoio e estímulo à participação na gestão e no controle do território que se baseia em um constante fluxo de comunicação entre os grupos sociais, o que ocorre em um contexto de uma rede de apoio e colaboração que estimula a adoção de parcerias, fortalecendo os laços de confiança, resultando no empoderamento e comprometimento dos atores envolvidos, além de garantir, a quem participa melhores condições de contribuir e reivindicar em favor do município.

Por isso, o processo de mobilização social observado durante a elaboração do projeto de Educação Ambiental do município de Belford Roxo, atingiu a toda a cidade de forma muito abrangente, criando uma comunicação compatível com o nível de exigências, que visivelmente foram muito significativas. Houveram desafios que foram enfrentados. Os objetivos foram atingidos não só pelo Poder Público, mas especialmente por todos os cidadãos, que tiveram oportunidade de mudar o rumo da política ambiental da cidade.

Este movimento de construção social utilizou inúmeras ferramentas, dentre as quais podemos destacar as peças “visuais” que contêm mais imagens e apresentam um bom impacto. Estas peças são fundamentais nos dias de hoje, pois as pessoas estão menos interessadas em leituras extensas. Assim sendo, a partir da análise da realidade geográfica, cultural, sociológica e filosófica do Belford Roxense, resultou o entendimento que a comunicação teria que adotar peças de impacto visual, com menos inserção de textos, como foi feito.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMFIM, A. M. do.; TRINDADE, M. A. V. M.; SILVA, F. G. O.; OLIVEIRA, T. S. (org.) (2015) *A questão ambiental na educação básica*. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

PNUMA (2017) Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente: Atualização sobre Governança Ambiental Agosto 2017. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorios/atualizacao-sobre-governaca-ambiental-agosto-2017>. Acessado em 30/03/2018.

SATO, M. (2002). *Educação Ambiental*. São Carlos: Rima, 2002

SEIFFERT, M, E, B. (2011). *Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas de Ação e educação Ambiental*. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2011a.

SOARES, L.G.C., SALGUEIRO, A.A. & GAZINEU, M.H.P. (2007). Educação ambiental aplicada aos resíduos sólidos na cidade de Olinda, Pernambuco – um estudo de caso. *Revista Ciências & Tecnologia*, ano 1, nº1, jul/dez., 1-9. Disponível em: http://www.unicap.br/revistas/revista_e/artigo5.pdf, acedido em 23/05/2017.

SZABÓ, A. M. (2008) *Educação Ambiental e Gestão de Resíduos*. 2ª Ed. São Paulo: Rideel, 2008.

VALADARES, C. M. (2009). *Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde: estudo em hospitais da Região dos Inconfidentes*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Ouro Preto. 2009.

VICQ, R. F. C. (2017) Diagnóstico da Qualidade da Água na Microbacia do Rio Bananeiras, Conselheiro Lafaiete – MG. Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. São Paulo, 2017.

A importância do Planejamento Urbano para garantia da qualidade de vida no espaço construído: um estudo de caso em Curitiba/PR

The importance of Urban Planning to guarantee the quality of life in the built space: a case study in Curitiba/PR

PEREIRA, Tatiane Fernandes Matias¹
SANTOS, Bruno Henrique Tadeu Silva²
AMORIM, Deisiane Cristina Tavares³
DE CASTRO, Diego⁴

RESUMO

Atualmente é evidente a constante e crescente preocupação com o desenvolvimento e organização de uma cidade, aliados a garantir a qualidade de vida de seus habitantes. Ainda, buscando minimizar e/ou controlar certos problemas que surgem com o crescimento dos centros urbanos. Neste sentido, este estudo busca compreender e conhecer sobre o planejamento da cidade de Curitiba/PR, que apresenta um reconhecido planejamento urbano, possui diversos avanços com relação a indicadores sociais, econômicos e ambientais. Portanto, a partir de revisões bibliográficas, busca-se compreender o Planejamento Urbano de Curitiba/PR, a fim de realçar como o plano diretor, que preze pela qualidade de vida da cidade, torna o cotidiano mais acessível, com melhores condições urbanas e perspectivas de bons desenvolvimentos.

Palavras- chave: Planejamento urbano; Curitiba; Educação Ambiental; Cidade.

ABSTRACT

Currently, the constant and growing concern with the development and organization of a city is evident, allied to guarantee the quality of life of its inhabitants. Still, seeking to minimize and/or control certain problems that arise with the growth of urban centers. In this sense, this study seeks to understand and know about the planning of the city of Curitiba/PR, which presents a recognized urban planning, has several advances in relation to the social, economic and environmental indicators. Therefore, based on bibliographic reviews, we seek to understand the Urban Planning of Curitiba/PR, in order to highlight how the master plan, which

¹ Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santa Rita (UNIFASAR). Mestrado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: tatiane.pereira@fasar.com.br

² Graduando em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Santa Rita (UNIFASAR), E-mail: bruno-henrique150@hotmail.com

³ Graduando em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Santa Rita (UNIFASAR). E-mail: deisi.t.amorim@gmail.com

⁴ Graduando em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Santa Rita (UNIFASAR). E-mail: dcastro9610@gmail.com

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

values the quality of life in the city, makes everyday life more accessible, with better urban conditions and prospects. of good developments.

Keywords: Urban planning; Curitiba; Environmental education; City.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, os primeiros vilarejos do Brasil colônia, que já apresentavam uma tendência ao que se conhece por uma formação urbana, receberam dos colonizadores portugueses a cultura do não planejamento. Assim, cresceram de forma espontânea e sem diretrizes para o controle dos seus crescimentos.

A cidade que os portugueses construíram na América não é um produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre este significativo abandono que exprime a palavra desleixo (DE HOLANDA, 1998, p.110).

É dessa tradição, pela falta de planejamento e políticas públicas, que a maioria dos brasileiros tiveram as mais precárias condições de vida. Algo que ainda no século XXI não é um fato extinto, mas que já se percebe ações na tentativa de mudança. Nesse sentido, depois de muita luta popular, em 2001 teve-se um grande passo na construção do direito à cidade para todos. A Constituição do Brasil passou a prever instrumentos que garantissem o desenvolvimento urbano, que buscassem a melhoria da qualidade de vida coletiva por meio de ações políticas, ambientais, sociais, entre outras.

No Brasil, a luta pela chamada "reforma urbana" nasceu do abismo que divide os espaços (às vezes contíguos!) reservados aos ricos e aos pobres em nossas cidades. Segundo Ermínia Maricato, o Movimento pela Reforma Urbana surgiu "de iniciativas de setores da igreja católica, como a CPT - Comissão Pastoral da Terra", que se dedicava à assessoria da luta dos trabalhadores no campo e passou, a partir de uma primeira reunião realizada no Rio de Janeiro, no final dos anos 1970, a promover encontros destinados a "auxiliar a construção de uma entidade que assessorasse os movimentos

urbanos" (MARICATO, 1997). As entidades e associações que se articularam desde então obtiveram, em meados de 2001, a aprovação de uma lei federal, o Estatuto da Cidade, capaz de municiar a reforma urbana em muitos de seus propósitos.

Aprovado após doze anos de tramitação, o Estatuto da Cidade (Lei Nº .257, de 10 de julho de 2001) oferece aos governos municipais e aos movimentos sociais um conjunto expressivo de instrumentos que, na prática, buscam materializar o "direito à cidade" (LEFEBVRE, 1969), definido na própria lei como "o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações". (BASSUL, 2002)

O Estatuto da Cidade demonstrou a necessidade de se pensar no crescimento e funcionamento das cidades, considerando as características de cada localidade. Ainda, assegurando um desenvolvimento democrático, que contasse com a participação da população nas decisões políticas, a maior interessada nos ambientes que moram, trabalham e socializam.

Um dos mais importantes instrumentos previstos no Estatuto é o Plano Diretor. Ele assegura o processo de planejamento urbano que, de fato, melhora vários aspectos das cidades e com isso, a qualidade de vida das pessoas. "O Plano Diretor é o complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global, constante do Município, sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo, desejado pela comunidade local" (MEIRELLES, 1996, p.42). Ele garante também, a realização de procedimentos de planejamento, organização e diagnósticos urbanos a fim de reestruturá-los. Sendo assegurados assim, os princípios da sustentabilidade urbana.

(...) o conceito de Plano Diretor: "é o instrumento técnico legal definidor dos objetivos de cada Municipalidade e por isso mesmo com supremacia sobre os outros, para orientar toda atividade da Administração e dos Administrados nas realizações públicas e particulares que interessem ou afetem a coletividade". E mais, "na fixação dos objetivos e na orientação do desenvolvimento do Município é a lei suprema e geral que estabelece as prioridades nas realizações do governo local, conduz e ordena o crescimento da cidade, disciplina e controla as atividades urbanísticas em benefício do bem estar social (MEIRELLES, 1996)" (DE BRITO, 2017, p.04).

Assim, com a instituição do plano diretor, surge uma constante e crescente tarefa em se preocupar com o desenvolvimento da cidade, juntamente com a compreensão crítica dos processos de produção social. O que com o tempo passou a demonstrar a importância da gestão para uma boa organização do meio urbano. Tal gestão e organização precisavam apontar soluções para tratamento das questões sociais, econômicas e ambientais.

A partir de então, as administrações públicas brasileiras passaram a entender, ainda que algumas somente pela obrigatoriedade, a importância do planejamento urbano. Em alguns casos, instrumentos da política pública foram aplicados e, ao alcançarem resultados positivos, foram incentivando e demonstrando experiências para serem replicadas em outras cidades, como é o caso da cidade de Curitiba - PR, que será um caso debatido neste artigo.

O objetivo deste estudo, portanto, é analisar alguns aspectos do planejamento urbano da cidade em questão, considerando seu desenvolvimento urbano sob uma perspectiva social, econômica e ambiental. Assim, busca-se compreender como o planejamento urbano dessa cidade contribuiu para o desenvolvimento do município e o porquê o mesmo foi considerado como um caso bem sucedido, em alguns aspectos.

O estudo se deu a partir da pesquisa e sistematização de dados da revisão bibliográfica. Buscou-se analisar aspectos importantes do planejamento de Curitiba, considerando as suas potencialidades e fragilidades apontadas em estudos, desde o seu surgimento até os dias atuais. A importância do estudo é pela busca do entendimento de como foi elaborado o planejamento da capital paranaense. Assim, demonstrar que o planejamento urbano, quando busca por um desenvolvimento sustentável, é eficaz para se organizar uma cidade.

2. DEFINIÇÕES A RESPEITO DO PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável propõe uma harmonização entre o socioeconômico e a conservação do meio ambiente. Tal pensamento enfatiza a preservação dos ecossistemas naturais e na diversidade genética, para a posterior utilização racional da população urbana (FRANCO, 2001, p.25). “O Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1988, p.46).

Mas é bom lembrar que tal desenvolvimento não se restringe apenas a salvar o meio ambiente, mas sim, propõe internalizar estratégias para agregar recursos e permitir o crescimento econômico e social (BARTER e RUSSELL, 2012) referindo-se também a uma série de práticas com foco em aprimorar a qualidade de vida humana. Assim, deve-se reparar que a utilização desse conceito se relaciona com o fato de que a sobrevivência humana não pode ser terceirizada, ou seja, essas estratégias devem vir da própria humanidade.

O desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como uma estratégia utilizada em longo prazo para melhorar a qualidade de vida (bem-estar) da sociedade. Essa estratégia deve integrar aspectos ambientais, sociais e econômicos, em especial considerando as limitações ambientais, devido ao acesso aos recursos naturais de forma contínua e perpétua. O conceito de estratégias, ou seja, o ato de gerenciar, é elaborado com base nos resultados das avaliações da sustentabilidade, e tem como foco os aspectos negativos, recuperando ou normalizando até o ponto em que o processo evolutivo do sistema ocorra normalmente (FEIL e SCHREIBER, 2017, p.10).

Dessa forma, a preocupação com a qualidade de um sistema no que diz respeito à integração entre ambiental e humano é denominada sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, que pode avaliar e ponderar sobre as propriedades e características de um determinado espaço, uma cidade, por exemplo. Essa avaliação é realizada por meio de índices ou indicadores que acompanham a evolução natural e resultam em informações quantitativas e qualitativas, como nível de poluição, ruídos,

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), número de empresas instaladas e mobilidade urbana, que possibilitam assim, estabelecer metas a serem alcançadas para o aperfeiçoamento e equilíbrio desse sistema. A harmonia entre os elementos que compõem um espaço, está diretamente relacionada à qualidade de vida dos cidadãos. O que se faz necessária a gestão e desenvolvimento das cidades com revisão de conceitos e fundamentos, incluindo a questão ambiental, econômica e social por meio do planejamento urbano (CANEPA, 2007). Essa articulação tende a minimizar as consequências adversas que costumam surgir ao longo do desenvolvimento das cidades, considerando a relação entre esses fatores (CABRAL; SOUZA, 2002).

Ainda, conforme o que é apresentado por Wheeler (2013), os pilares que norteiam a sustentabilidade são os três E 's: *Environment, Economy, Equity* (FIG. 01). Esses conceitos traduzidos do inglês, apontam assim, que o desenvolvimento sustentável deve prever os quesitos ambientais, quando se pensa no planejamento, considerando distribuição e função de cada espaço, assim como questões relacionadas à preservação do meio ambiente. Ainda, se as ações são econômicas, reduzindo gastos ou trazendo investimentos à cidade e por fim, se todas as classes sociais estão sendo beneficiadas com tal planejamento. A transformação do ambiente urbano só será uma mudança prospectiva se realizar a proteção do meio ambiente, garantindo a qualidade de vida. A qualidade de vida, por sua vez, garante a sustentabilidade econômica e prestação de serviços públicos de forma duradoura e contínua para a população (DIAS, 2005).

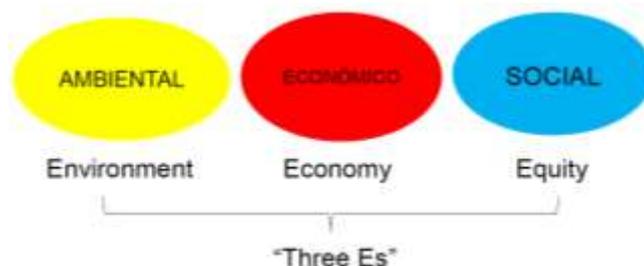


Figura 01. Pilares da sustentabilidade. Fonte: adaptado de WHEELER, 2013.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Dessa forma, considerando o conceito de desenvolvimento sustentável, o planejamento da cidade é um importante aliado para ordenar o seu crescimento, em razão do fato de poder considerar previamente, antes de qualquer ação, os aspectos ambientais, sociais e econômicos de cada um dos seus espaços. O planejamento torna-se aplicável a vários tipos e níveis da atividade humana, por meio de ações voltadas à tomada de decisões, a fim de auxiliar na resolução de objetivos específicos, como poluição, melhorias no trânsito e segurança e dentre outros aspectos. (ALMEIDA, 1999).

Portanto, o planejamento urbano tem se tornado uma área do conhecimento essencial para o bem-estar da sociedade atual, ele deve ser visto como uma gama de processos contendo definições e decisões. Ele é um mecanismo eficaz para o crescimento e organização de cidades. A visão de um planejamento urbano bem estruturado, possibilita criar novas soluções de urbanismo para cada local, respeitando suas especificidades e o que seria interessante considerar para o seu próprio desenvolvimento sustentável.

Portanto, é possível visualizar uma definição de desenvolvimento urbano sustentável de uma perspectiva social e econômica, desde que seja bem elaborada. Para ser alcançado, nota-se que ele depende do planejamento e de início, o reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. O desenvolvimento urbano sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e com o aumento da reutilização, valorizando a natureza. Tal procedimento também gera retorno prospectivo na economia local com a redução de custos, geração de renda e campo possível para novos investimentos.

Assim, sobre a qualidade de vida, pode-se afirmar que há uma relação direta com o meio ambiente e que para ocorrer o desenvolvimento social, é necessário total proteção ambiental. Dessa forma, a preocupação com o meio ambiente tem íntimas e diretas relações com as políticas urbanas e qualidade de vida de uma cidade e de seus respectivos habitantes.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

A cidade de Curitiba, em estudo neste artigo, é um modelo de planejamento urbano com destaque em vários aspectos, principalmente considerando o desenvolvimento sustentável. Percebe-se que o início do seu planejamento, anterior até mesmo a aprovação do Estatuto da cidade, buscou interligar funções presentes na cidade e oferecer novas oportunidades e experiências aos seus habitantes, no uso do transporte, comércio e áreas de lazer, o que de certa forma atraiu o interesse de vários investidores para a cidade.

3. O CASO DE CURITIBA-PR

Na década de 1940, Curitiba tinha aproximadamente 130 mil habitantes e o crescimento da economia na época, graças à produção do café, levou a novos investimentos. A diversificação de capitais promovidos pela cafeicultura causou um processo de transformação e estruturação urbana da cidade (IPEA, USP e IPPUC, 2002). Assim, entre os anos 1941 e 1943, foi elaborado pelo engenheiro francês Alfred Agache um plano de desenvolvimento urbano para a cidade de Curitiba.

A cultura técnica do planejamento em Curitiba ganhou força na década de 1940, com a apresentação do primeiro Plano de Desenvolvimento, elaborado por Alfred Agache, entre os anos de 1941 e 1943. O Plano Agache foi revisto a partir de 1958, com a criação do Departamento de Urbanismo e da Comissão de Planejamento de Curitiba, embrião do IPPUC, resultando no primeiro Plano Diretor, instituído em 1966. (CESTARO e CESTARO, 2021, s.p).

O Plano Diretor de Curitiba se fundamentava em transporte coletivo, sistema viário e uso do solo, buscando a integração estrutural e funcional da cidade, direcionando seu crescimento e desenvolvimento de forma linear e organizada. Ainda, em 1965 foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), com a finalidade de monitorar a execução do plano diretor do município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, s.d).

O PPU foi um plano global cujo objetivo era uma total reordenação da cidade capaz de modernizá-la e prepará-la para o desenvolvimento econômico. Do conjunto dos seus procedimentos destacamos a construção discursiva a propósito dos chamados “eixos estruturais lineares” e sua localização. Os eixos estruturais foram concebidos e posteriormente implantados como linhas que combinam o tripé integrado: sistema viário, transporte de massa e uso do solo, de modo a viabilizar, segundo os urbanistas, o desenvolvimento ordenado da cidade (ver foto abaixo). Esses eixos são dois: o nordeste-sudoeste foi implantado primeiro, é o mais longo; o leste-oeste era, na sua origem, mais curto, sofreu uma interrupção quando encontrava a BR-116 (ambos estão destacados em cinza claro no Mapa 1, “Proposta de esquema viário” do PPU, reproduzido a seguir). (DE SOUZA, 2001, p.110)

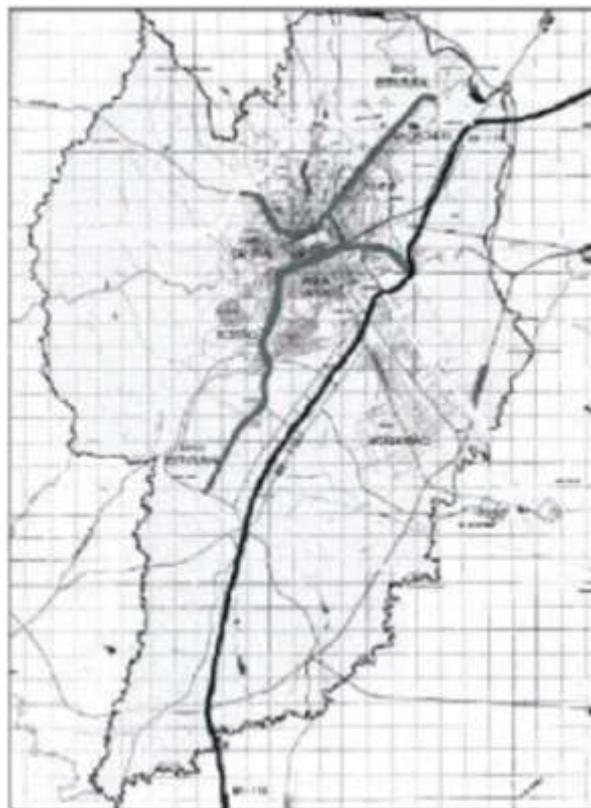


Figura 02. Mapa com esquema viário de Curitiba. Fonte: DE SOUZA, 2011, p.111.

Cabe ressaltar a importância do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Criado em 1965, com o objetivo de monitorar, detalhar, implementar e gerenciar a aplicação do então aprovado plano diretor da época, assumiu ao longo

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

dos anos a função estratégica no planejamento urbano da cidade (BICHUETI *et al.*, 2017).

Abaixo, na Tabela 01, foram agrupadas informações em forma de citações sobre o planejamento urbano de Curitiba, considerando que alguns autores destacam algumas potencialidades, mas outros demonstram certas fragilidades sob o mesmo aspecto, seja ambiental, social e/ou econômico.

TABELA 01: TABELA COM ASPECTOS DO PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL DE CURITIBA-PR

Aspectos em análise	Potencialidades	Fragilidades
<p>ORGANIZAÇÃO ESPACIAL/ AMBIENTAL</p> <p>(Transporte, Sistema Viário, Uso do Solo)</p>	<p>O planejamento urbano de Curitiba consolidou-se como exemplo de intervenção em grandes centros, articulando questões como espaço público, patrimônio histórico, transporte, meio ambiente e desenvolvimento urbano. Na perspectiva do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, o planejamento foi resultado de um processo técnico criativo, inovador e politicamente neutro, transformando Curitiba em uma cidade “humanizada”, com qualidades funcionais e estéticas indispensáveis ao desenvolvimento harmonioso e ordenado. (BENVENUTTI, 2014, p.03).</p> <p>A amplitude do transporte público é notória, sendo o investimento em infraestrutura e intervenções urbanas também muito bem reconhecidos. Além disso, Curitiba promove a integração entre as diversas funções e serviços urbanos, aproximando a residência do trabalho, dos equipamentos urbanos e sociais, do comércio, dos serviços e do lazer (BICHUETI <i>et al.</i>, 2017, p.11).</p> <p>Por meio da Rede Integrada de Transporte Coletivo de Curitiba - RIT, é permitido ao usuário a utilização de mais de uma linha de ônibus com o pagamento de apenas uma tarifa. O processo de integração ocorre em Terminais de Integração</p>	<p>Não é difícil perceber a forte influência de alguns princípios do urbanismo modernista no planejamento urbano de Curitiba. A divisão da cidade em zonas funcionais excludentes, a transformação de ruas em avenidas, a hierarquização do sistema viário, a construção da cidade como todo orgânico a ser equilibrado e a consequente classificação da população segundo “necessidades” identificadas pela razão técnica inspirada num conceito de homem universal, são procedimentos típicos do urbanismo modernista adotados pelos planejadores da capital paranaense. Também é característico do traço modernista a aposta no planejamento global como empreendimento capaz de superar as contradições sociais a partir tão-somente da redefinição do espaço. (DE SOUZA, 2001, p.108)</p> <p>Duas décadas depois, o sistema começou a dar sinais de saturação que se tornaram mais visíveis no final dos anos 2000, com a queda acentuada do número de passageiros. A rede se expandiu para a área metropolitana, mas aumentaram as críticas ao sistema, gerando inclusive uma proposta de construção de um metrô que, a rigor, não era justificável. Finalmente, em pesquisa especial feita em 2017, ficou claro que o uso do automóvel havia superado o uso do sistema de ônibus, revertendo a expectativa que nascera quando da implantação original do sistema</p>

	<p>e Estações Tubo, onde o cidadão pode desembarcar de uma linha e embarcar em qualquer outra dentro daquele espaço sem um novo pagamento. Assim, o usuário do transporte público pode compor o seu próprio trajeto entre os bairros de Curitiba e cidades da região metropolitana de maneira ágil e eficaz.</p> <p>Tendo em vista estas características – pagamento antecipado da passagem antes do acesso ao veículo, embarque e desembarque em nível e utilização de vias exclusivas – o sistema de ônibus expresso de Curitiba é conhecido como o precursor do sistema BRT (<i>Bus Rapid Transit</i>). Além disso, o controle operacional do sistema de transportes permite a prioridade semaforica dos ônibus no eixo de transporte, que confere maior agilidade ao transporte público. Ressalta-se que o sistema desenvolvido em Curitiba inspirou o desenvolvimento de projetos semelhantes em outras cidades, a exemplo de Bogotá, na Colômbia.(BICHUETI <i>et al.</i>, 2017, p.11).</p> <p>Destaca-se, ainda, a atuação da URBS junto às empresas operadoras, com o objetivo de controlar as emissões de poluentes e a busca de soluções de sustentabilidade. Nesse sentido, determinadas iniciativas estão em operação no sistema de transportes, tais como o uso do Biodiesel na frota de ônibus (URBS, 2016b). Nos últimos anos, tem se observado, também, incentivos e o desenvolvimento de projetos voltados para a aquisição e a utilização de veículos menos poluentes. Entre os projetos, estão as iniciativas ligadas à eletro-mobilidade, que vêm ao encontro da dimensão ambiental da sustentabilidade. Outras etapas do projeto contam com o aluguel/empréstimo de bicicletas (<i>bik e-</i></p>	<p>(VASCONCELOS, 2019, p.20).</p> <p>Quanto à sua inserção territorial, a região de Curitiba encontra-se num dos vetores de desconcentração da atividade econômica do sudeste brasileiro. O novo padrão que surge nos anos 90 deverá estar dominado pelas montadoras de veículos estrangeiras e fornecedores diretos, cuja concretização está apoiada em fortes estímulos fiscais e no reforço à instalação de infraestrutura. Seu território é visivelmente segmentado: a destacada “qualidade de vida” e os “elementos urbanísticos inovadores” concentram-se nas áreas centrais e nobres em detrimento de extensa periferia carente, interna e externa ao município (GUEVARA <i>et al.</i>, 2019, p.32).</p> <p>Entretanto, Curitiba é hoje uma das cidades com maior índice de motorização e apresenta uma das mais elevadas taxas de acidentes de trânsito do país. No extremo do paradoxo, no que se refere à sustentabilidade, a peça principal da política de atração de investimentos na segunda metade dos anos 90 volta-se para as montadoras de veículos, orientação contraditória com o discurso da racionalidade ambiental. (GUEVARA <i>et al.</i>, 2019, p.33)</p> <p>Dados complementares mostram que, durante os anos 90, a maior parte do aumento das ocupações irregulares e das favelas, em Curitiba e ao redor, ocorreu em áreas de proteção de mananciais e de matas, que, oficialmente, possuem uma</p>
--	--	--

	<p><i>sharing</i>) e carros (<i>car-sharing</i>) elétricos para a população. (BICHUETI <i>et al.</i>, 2017, p.11).</p> <p>Destacam-se, ainda, as iniciativas da Prefeitura Municipal de Curitiba que buscam a promoção de meios de deslocamentos alternativos, como o uso de bicicletas. Foi lançado em 2013 o Plano Cicloviário de Curitiba - PlanCiclo, que traz como meta a implantação de 300 quilômetros de vias cicláveis na cidade. O planejamento urbano em torno da mobilidade considera, também, os investimentos para oferecer melhores condições e segurança para os deslocamentos dos pedestres. Nesse sentido, cita-se o Plano Estratégico de Calçadas – PlanCal, que prevê a implantação de novos passeios públicos no entorno de equipamentos urbanos. Essa medida faz parte do estímulo à criação das ‘novas centralidades’, locais da cidade onde são estimulados o encontro, humanizando espaços públicos distantes do centro da cidade e promovendo o uso misto – residencial, comercial e de serviços. Com isso, pretende -se promover ao cidadão o direito à cidade, permitindo maior ocupação dos espaços públicos com segurança. (BICHUETI <i>et al.</i>, 2017,p.13)</p> <p>Segundo Pereira (1993), o sistema viário seria organizado com base em uma hierarquia de vias, contendo as seguintes categorias: avenidas de acesso, vias rápidas estruturais, vias coletoras, avenidas de ligação entre bairros, mas, avenidas e praças, galerias e alamedas para a circulação de pedestres. A este sistema viário deveria ser atrelado um uso do solo condizente com seu papel de indutor do crescimento da cidade. Segundo SOUZA (1999), as "avenidas seriam</p>	<p>regulação mais restritiva a respeito do uso e da ocupação do solo. Em estudo realizado pela Companhia Municipal de Habitação - COHAB (COMPANHIA, 2007, p.196), mediante solicitação do promotor público do meio ambiente, estimou-se que, em 2005, existiam 62.601 unidades habitacionais em favelas e ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental e de proteção de mananciais na própria cidade de Curitiba, o que correspondia a 214.014 moradores (KLINK, 2010, p. 30).</p>
--	--	---

	<p>margeadas por torres isoladas formando monumentos esculturais e se apresentaram mescladas com residências individuais propiciando, dentro dos padrões do urbanismo modernista, uma adequada densidade e salubridade" (CROCCEI, 2014, p.101).</p> <p>O Plano Diretor de Curitiba visa a propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável de Curitiba com a Região Metropolitana, sendo o instrumento básico, global e estratégico da política de desenvolvimento urbano, determinante para todos os agentes, sejam eles públicos ou privados (IPPUC, 2014).</p> <p>A cidade de Curitiba organizou um sistema de transporte coletivo inovador na década de 1970, chamando a atenção de especialistas de todo o mundo e colocando a cidade no <i>status</i> de "projeto perfeito", a ser imitado por autoridades dos países em desenvolvimento. Após esta implantação o projeto foi elogiado e copiado (com variações) em outras cidades, merecendo o reconhecimento por sua política de mobilidade e por sua multidisciplinaridade na avaliação das decisões, juntando o planejamento urbano e as necessidades do sistema de mobilidade. As ações criaram a expectativa de que afinal existiria uma cidade de grande porte que lograsse romper com o modelo automobilístico, construindo um sistema de mobilidade sustentável e mais equitativo. (VASCONCELOS, 2019, p.20).</p>	
--	--	--

	<p>Além disso, em 1966, o Plano Diretor de Curitiba já evidenciava a orientação para a sustentabilidade urbana da cidade. Em suas principais diretrizes estavam o descongestionamento da área central e preservação do centro tradicional com a finalidade de proporcionar equipamento urbano à totalidade da cidade (PMC, 2002).</p> <p>Dessa forma, após sucessivas administrações, houve sempre o respeito às diretrizes do Plano Diretor e criatividade para encaixar os conceitos à dinâmica da cidade, procurando encontrar soluções de baixo custo em conjunto com as tecnologias e aspectos sociais e culturais, levando em conta de que a cidade deve ser concebida como o lugar de encontro para a população. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, s.d).</p> <p>Segundo BERTUSSI F^o <i>et al.</i>, (1998) no Município de Curitiba, preocupou-se com a quantidade crescente de resíduos sólidos urbanos e foi criado um programa pioneiro, o “Lixo que não é lixo”, implantado em 1989 e a média de material reciclável coletado foi de 885,47 t./mês de 1989 a 2001. Iniciou-se este programa através de uma campanha de esclarecimento nas escolas municipais, onde os alunos receberam orientações e informações da influência do lixo no contexto ambiental. (TAKEDA, 2002, p.48)</p> <p>O objetivo de uma cidade sustentável é exatamente a ideia de evitar o esgotamento do meio ambiente e garantir sua permanência para gerações futuras. Curitiba tem tradição na conservação do meio ambiente e gestão de resíduos sólidos</p>	
--	---	--

	<p>conhecida também pelos seus parques e unidades de conservação que abrigam flora e fauna nativa, além de preservar os rios que cortam a cidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2022)</p> <p>Um ótimo exemplo de educação ambiental, é o da cidade de Curitiba, que compartilha as medidas políticas do município com relação ao meio ambiente, trazendo para perto e tornando o assunto de grande interesse para a população garantindo assim, a qualidade de vida (FERREIRA, 2009).</p> <p>De acordo com os resultados do Índice de Cidades Verdes da América Latina, que analisa as 17 maiores cidades da região por meio de oito diferentes categorias, a cidade de Curitiba/PR é considerada acima da média, sendo a única cidade sul-americana neste patamar (SIEMENS, 2010).</p>	
<p>INDICADORES DE ASPECTOS SOCIAIS</p>	<p>A cidade de Curitiba é reconhecida mundialmente pela sua alta qualidade de vida, comprovada pelo elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, na ordem de 0,823. Em um <i>ranking</i> composto pelas 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal, Curitiba ocupa a quarta colocação na promoção de qualidade de vida aos seus habitantes (IBGE, 2016).</p>	<p>Curitiba convive com problemas típicos das grandes metrópoles: racionamento de água, condições de saneamento inadequadas, trânsito congestionado, violência crescente, favelas e moradias em áreas de risco. A cidade vem crescendo de forma rápida e desordenada. Isto sinaliza para a urgência da revisão do seu plano diretor... O atual plano diretor foi concebido numa época em que Curitiba tinha aproximadamente 400 mil habitantes e a sua malha urbana não está conectada a cidades da região metropolitana (SAMEK, 1996, p. 75).</p>

		<p>A forte atuação do mercado imobiliário aliada à ação planejadora (OLIVEIRA, 1995), bem como a ausência de programas habitacionais intensivos para a população de baixa renda contribuíram expressivamente para a seletividade da ocupação. (GUEVARA <i>et al.</i>, 2019, p.33)</p>
<p>INDICADORES ECONÔMICOS</p>	<p>A história do planejamento urbano de Curitiba é conhecida mundialmente. Isso acontece por conta das inovações implementadas na cidade, tida como modelo de transporte público moderno e eficiente. Essas mudanças na cidade, além de trazer comodidade e qualidade de vida aos moradores, atraíram diversas pessoas e empresas, que passaram a ver Curitiba como um bom nicho de mercado e moradia. A prova disso são os empreendimentos imobiliários, que chegam à cidade em uma velocidade constante desde a década de 1950. Com as construtoras de olho no crescimento urbano e na procura por imóveis em Curitiba, a economia se fortaleceu e a capital começou a se desenvolver ainda mais. (CRUZ, 2019)</p> <p>A concentração do comércio pelos <i>shopping centers</i> começou na década de 1990, com a abertura de sete desses equipamentos até o ano de 2009, todos localizados na parte sul da cidade, de renda média mais alta (PILOTTO, 2010).</p> <p>Foi também a era dos primeiros condomínios de alta renda, a partir da década de 1990, que foram construídos na cidade de</p>	<p>O interesse se completa quando percebemos que no campo do urbanismo estamos vivendo, depois de um declínio do urbanismo de plano, uma revalorização do “planejamento estratégico” com vistas a produção de uma “imagem da cidade” vendável no mercado globalizado (ARANTES, 2000; SÁNCHEZ, 2001). Investigar o discurso técnico articulado às grandes intervenções urbanas da Curitiba dos anos 1970 pode contribuir para as análises sobre as rupturas, continuidades e reviravoltas das recentes políticas urbanas implementadas na cidade. (DE SOUZA, 2001, p.108).</p>

	Curitiba e também em municípios da área metropolitana (PILOTTO, 2010).	
--	--	--

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Apesar das conquistas e históricos, Curitiba ainda apresenta indicadores a serem melhorados. Em um comparativo feito por OLIVEIRA (2019), a capital caiu duas posições na classificação nacional geral, ficando atrás de Campinas e São Paulo em 2019 em relação a 2018. O que pode-se inferir que o planejamento urbano precisa ser constantemente revisado para atender às reais demandas. As cidades crescem muito rápido e as suas administrações precisam estar atentas aos seus indicadores. Por fim, neste estudo observou-se que existem muitos aspectos a serem interpretados sobre o planejamento de Curitiba. Ainda mais, quando existem muitas pesquisas sobre o assunto e o planejamento da cidade em questão pode ser avaliado como bom ou ruim, dependendo da área, ano de análise e principalmente, por quem está analisando.

A partir dos recortes realizados nos estudos, pode-se concluir sobre os aspectos ambientais da cidade de Curitiba. A cidade apresentou inovações em relação à distribuição das funções na cidade, se preocupando em deixar bem próximos os espaços de lazer, moradia e trabalho e assim, reduzindo gastos com transporte. Ainda, reorganizando a cidade em vias estruturantes, uma forma modernista de planejamento de cidade, como apontado por De Souza (2001), que acaba em alguns pontos, buscando atender uma realidade utópica, onde a funcionalidade sobressai às realidades específicas da cidade. Ainda, segundo o mesmo autor, as vias estruturantes foram pensadas de forma que valorizavam investimentos em algumas regiões mais abastadas da cidade, excluindo uma parcela da população, que viviam no outro lado da cidade. O que acaba gerando, segundo a citação de De Souza (2001), uma “imagem da cidade” vendável no mercado globalizado.

Pode-se ainda concluir sobre a importância do sistema de transporte criado em 1970, ainda que nos anos atuais necessitam de atualizações devido ao crescimento da cidade. Ele foi promissor e inovador para a época que foi criado. Nele era previsto a integração dos modais e valorização do transporte público. É importante destacar também sobre a valorização patrimonial, a educação ambiental, que integra a população nas decisões, e a gestão de resíduos sólidos,

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

prevista no planejamento de Curitiba. Os seus parques e unidades de conservação, por exemplo, abrigam fauna e flora nativa e ainda, garantem espaços de lazer e a purificação do ar citadino.

Sobre o aspecto ambiental, Klink (2010) também aponta que muitas áreas de preservação, onde existe uma regulamentação mais restritiva a respeito do uso e da ocupação do solo, já demonstravam naquele ano o processo de formação de comunidades. O que demonstra que o planejamento inicial não previu formas de conter e regular seu crescimento populacional, acarretando consequências no meio ambiental.

Sobre o aspecto econômico, as citações demonstram que as melhorias na infraestrutura da cidade, atraiu outros investimentos privados. Curitiba se tornou um bom nicho de mercado e moradia, com isso percebeu-se abertura de novos *shoppings*, incorporadoras, condomínios, o que gerou novas fontes de renda para a cidade e empregos. Como consequência, a população ganhou com melhores condições de vida. Ainda, que a distribuição de renda, como se sabe, não foi/é igualitária.

Portanto, entende-se que o planejamento urbano de Curitiba foi desenhado a partir da ideia de desenvolvimento sustentável. Percebe-se como os aspectos ambientais, sociais e econômicos estão interligados e que a harmonia e equilíbrio entre esses elementos, pode garantir uma cidade mais justa.

Por fim, é bom destacar que todas as cidades apresentam problemas e elas são infindáveis. Assim, a busca para resolvê-los é um pouco a cada dia e Curitiba tem passos longos nessa caminhada, visto seus indicadores, que são os melhores do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento urbano da cidade de Curitiba foi reconhecido mundialmente por suas inovações tidas como modelo de transporte coletivo, economia, participação popular nas decisões públicas, considerando principalmente a sua época de implantação em 1966. Foi bem antes do surgimento do Estatuto da Cidade em 2001, a lei que rege a política urbana no Brasil a fim de nortear o desenvolvimento das cidades e trazer instrumentos de regularização fundiária e de democratização da gestão urbana.

Percebe-se então, que uma política bem elaborada focando o planejamento sustentável urbano (considerando fatores econômicos, sociais e ambientais), como no caso da cidade em estudo, pode sim garantir maiores benefícios e qualidades à população.

As ideias do planejamento de Curitiba trouxeram qualidade de vida aos seus habitantes, atraindo novos moradores e empresas, pois a cidade se tornou atrativa para investimentos no mercado e em moradia. Ademais, as soluções implementadas pelas cidades, quando bem avaliadas servem como exemplo para outros municípios, mesmo que essas apresentam fragilidades. Sendo assim, há a possibilidade de se inovar dentro de uma cidade, levando em consideração algo que já foi criado e/ou utilizado em outra.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. **Planejamento ambiental**: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio. Rio de Janeiro. 2ª ed. Thex editora, 2002.

ARANTES, O. B. F.. **Urbanismo em fim de linha**: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Edusp, 1998.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

BARTER, N.; RUSSELL, S. **Sustainable Development: 1987 to 2012 – Don't Be Naive, it's not about the Environment.** In: Australasian Conference on Social and Environmental Accounting Research (A-CSEAR), 11, 2012. Anais... Wollongong: University of Wollongong, 2012. p. 1-18.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 28, n. 84, p. 133-144, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008>. Acesso em 08 de set. de 2022.

BERTUSSI F^o., L. A.; FERREIRA, M. G. Coleta seletiva e reciclagem: A experiência de Curitiba- “Lixo que não é Lixo”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (I: 1995: Marechal Cândido Rondon) **Anais...**Marechal Cândido Rondon, 1995. p. 17 – 64.

BICHUETI, R. S.; GOMES, C. M.; KNEIPP, J. M.; MOTKE, F. D.; DA COSTA, C. R. R.. Cidades Sustentáveis no Contexto Brasileiro: A Importância do Planejamento para o Desenvolvimento Urbano Sustentável. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), XIX. 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2017, 16p. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/19/anais/resumo.php?cod_trabalho=113>. Acesso em 13 de set. de 2022.

CANEPA, C. **Cidades Sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade.** São Paulo: RCS Editora, 2007.

CESTARO, L. R.; CESTARO, L.. Ensaio para a participação popular: o Plano Diretor de Curitiba-PR entre permanências e rupturas. **Revista Bitácora Urbano Territorial**, vol. 31, núm. 3, pp. 67-80, 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/748/74868029002/html/>>. Acesso em 22 de ago. de 2022.

CMMAD. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Nosso Futuro Comum (2^a Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430p.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. **Plano de regularização fundiária em áreas de preservação permanente**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2007.

CROCETTE, Z. Urbanização e mobilidade em Curitiba: gênese, desenvolvimento e reflexões. **Geosul**, v.29, Florianópolis, 2014, p.93-116. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2015v30n60p93/29063>>. Acesso em 13 de set. de 2022.

CRUZ, T.. **Confira a História de Sucesso do Urbanismo em Curitiba**, 2019. Disponível em: <<https://www.vivadecora.com.br/pro/urbanismo-em-curitiba/>>. Acesso em 08 de set. de 2022.

DE BRITO, V. G.. Gestão das Cidades: planejamento urbano sustentável e o papel da municipalidade na gestão dos resíduos sólidos. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, VIII. **Anais eletrônicos** ... Maranhão, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/gestaodascidadesplanejamentourbanosustentaveleopapeldamunicipalidadenagestaodosresidu.pdf>>. Acesso em 13 de set. de 2022.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

DE SOUZA, N. R.. Planejamento Urbano em Curitiba: Saber Técnico, Classificação dos Cidadãos e Partilha da Cidade. **Rev. Sociol. Política Curitiba**, 16, p. 107-122, jun. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/TQZkqQLHX5sFv49JBv96Sfj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 08 de set. de 2022.

DENALDI, R.; KLINK, J.; SOUZA, C. Moradia e governança regional nas metrópoles brasileiras. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL GOVERNANÇA METROPOLITANA COLABORATIVA PARA A INCLUSÃO SOCIAL: Lições do Brasil e do Canadá, S.N. **Anais...** Belo Horizonte, 2009.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

DIAS, F.. O desafio do espaço público nas cidades do século XXI. **Vitruvius**, 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.061/453>>. Acesso em 08 de set. de 2022.

FRANCO, M. de A. R.. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. 2 ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D.. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados**. In: **Cadernos EBAPE.BR**, v 15, nº 3, p.667–681, 2017. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/57473>>. Acesso em 08 de set. de 2022.

GUEVARA, A. J. de H.; MAULEN, I.; MARINHO, C.; ETEROVIC, R.. **Sustentabilidade: Cidades e Comunidades Sustentáveis**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Administração e Economia PUC-SP, 2019. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eventos/bisus/5-cidades-sustentaveis.pdf>>. Acesso em 09 de set. de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE mostra a nova dinâmica da rede urbana brasileira**, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1246&id_pagina=1>. Acesso em 08 set. de 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC. **Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano: Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana**: Curitiba. Brasília: IPEA, 2002.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Diretor de Curitiba: mobilidade urbana e transporte integrado – Análise de desempenho, 1970 a 2009**. Curitiba, 2010.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

KLINK, J. Reestruturação, competição e neolocalismo. Um olhar crítico sobre a produção do espaço na Grande Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 119, p.17-40, 2010.

LEFEBVRE, H. . **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

Lei Nº 10.257, de 10/7/2001 (Estatuto da Cidade). Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder Legislativo). Edição Nº 133, de 11/7/2001.

MARICATO, E.. **Reforma Urbana: Limites e Possibilidades**. Uma Trajetória Incompleta. Ribeiro, Luiz César de Queiroz e Orlando Alves dos Santos Jr. (orgs.). Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.309-325.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito de construir**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

OLIVEIRA, T.. **Planejamento urbano de Curitiba é o melhor do Brasil, aponta ranking**. Gazeta do povo (On-line), Paraná, 10 de out. de 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/haus/urbanismo/planejamento-urbano-de-curitiba-e-o-melhor-do-brasil-aponta-ranking-2019/>>. Acesso em set. de 2022.

PEREIRA, G. de E. Planejamento urbano e qualidade de vida reflexão a partir de um bairro de Curitiba. Rio de Janeiro 1993. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PILOTTO, Angela Seixas. Área metropolitana de Curitiba: um estudo a partir do espaço intra-urbano. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), FAUUSP, São Paulo, 2010.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Plano diretor:** História, s.d. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia/1615>>. Acesso em 19 de ago. de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Cidade verde:** O que faz de Curitiba a Capital Ecológica, 2022. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/o-que-faz-de-curitiba-a-capital-ecologica/6318>>. Acesso em 13 de set. de 2022.

SAMEK, Jorge. **A Curitiba do terceiro milênio.** Curitiba: Editora Palavra, 1996.

SIEMENS AG. **Índice de Cidades Verdes da América Latina.** Munique: Siemens. 2010. Disponível em: http://www.siemens.com/entry/cc/features/greencityindex_international/br/pt/pdf/report_lata_m_pt_new.pdf

SOUZA, Nelson Rosário de. Planejamento urbano, saber e poder: o governo do espaço e da população em Curitiba. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001059216>>. Acesso em: 13 set. 2022.

TAKEDA, A. K.. **Análise da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da Cidade de Curitiba com Abordagem na Coleta Seletiva e Domiciliar.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/83077/191581.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 set. 2022.

URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A. – URBS. **Sustentabilidade.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/transporte/sustentabilidade>>. Acesso em 13 set. 2022.

VASCONCELLOS, E. A.. Mobilidade urbana em Curitiba: os limites do sonho. **Revista dos Transportes Públicos - ANTP**, ano 41, 2019, p. 7-24. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5282862/mod_resource/content/1/Curitiba%20limite%20dos%20sonhos%2011-4-2019%20%281%29.pdf>. Acesso em 13 de set. de 2022.

WHEELER, Stephen. **Planning for Sustainability:** Creating Livable, Equitable and Ecological Communities. Londres: Routledge, 2013, 424p.

A IMPORTÂNCIA DO USO RACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS NO BRASIL, SOB A ÓTICA DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA

Clara Beatriz Tavares Souza ¹
Danielle Cristiane Correa de Paula²

RESUMO

As plantas medicinais e os medicamentos fitoterápicos são alternativas recorrentes no tratamento de várias doenças, principalmente pelo seu baixo custo e fácil acesso, por isso, precisam ser estudados e ter seu uso validado por um farmacêutico ou outro profissional de saúde capacitado. Entretanto, como qualquer medicamento, as plantas medicinais e os fitoterápicos precisam ser acompanhados por profissionais capacitados, em especial, pelo farmacêutico, para assegurar e promover um uso não só racional, mas também seguro. Para tanto, o presente estudo tem como objetivo discutir a importância do uso correto de plantas medicinais e fitoterápicos sob a ótica da Atenção Farmacêutica. Trata-se de um trabalho de revisão narrativa da literatura sobre o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos por meio de pesquisas exploratórias em artigos publicados entre os anos de 2010 a 2021. Através dele, foi possível apontar que o uso indiscriminado pode trazer prejuízos à saúde, como toxicidade, interações medicamentosas e efeitos adversos, sendo imprescindível a prática da atenção farmacêutica com o propósito de promover o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, prevenir erros, e solucioná-los, caso ocorram.

Palavras-chave: Uso racional de medicamentos; Fitoterápicos; Plantas medicinais.

ABSTRACT

Medicinal plants and herbal medicines are recurrent alternatives in the treatment of various diseases, mainly due to their low cost and easy access, therefore, they need to be studied and have their use validated by a pharmacist or other qualified health professional. However, like any medicine, medicinal plants and herbal medicines need to be monitored by trained professionals, especially the pharmacist, to ensure and promote not only rational, but also safe use. Therefore,

¹ Graduada em Farmácia. Centro Universitário Santa Rita - UNIFASAR. E-mail: ctavaress637@gmail.com

² Doutora em Ciências Farmacêuticas. Centro Universitário Santa Rita – UNIFASAR. E-mail: daniufop@gmail.com

the present study aims to discuss the importance of the correct use of medicinal plants and herbal medicines from the perspective of Pharmaceutical Care. This is a narrative review of the literature on the rational use of medicinal plants and herbal medicines through exploratory research in articles published between the years 2010 to 2021. Through it, it was possible to point out that the indiscriminate use can harm the health, such as toxicity, drug interactions and adverse effects, being essential the practice of pharmaceutical care with the purpose of promoting the rational use of medicinal plants and herbal medicines, preventing errors, and solving them, if they occur.

Keywords: Rational use of medicines; herbal medicines; Medicinal plants.

1. INTRODUÇÃO

As plantas medicinais e seu uso são tão antigos quanto o surgimento da humanidade, sempre utilizadas no tratamento e cura de enfermidades, e também na fabricação de medicamentos fitoterápicos. O termo fitoterapia vem da utilização de medicamentos em que seus princípios ativos são oriundos de plantas ou derivados vegetais, e são conhecidos popularmente pelo seu uso (ROSA *et al.*, 2011; ZALEWSKI, 2017).

De acordo com informações apresentadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1994), as plantas medicinais são aquelas silvestres ou cultivadas, cujo uso tem como finalidade prevenir, aliviar ou curar processos patológicos e fisiológicos, podendo, ainda, ser utilizadas como fonte de fármacos (ROSA *et al.*, 2011).

Fitoterápicos são considerados produtos oriundos exclusivamente de plantas medicinais, ou droga vegetal, ou derivado vegetal, para fins profiláticos, paliativos e curativos (BRASIL, 2021). Fitoterápicos são “produtos medicinais acabados e etiquetados, cujos ingredientes ativos são formados por partes aéreas ou subterrâneas de plantas, ou outro material vegetal, ou por uma combinação destes, em estado bruto ou em forma de preparações vegetais”.

As plantas, além do princípio ativo terapêutico, podem conter substâncias com potencial de toxicidade elevado, substâncias alergênicas, podem estar contaminadas por metais pesados ou agrotóxicos, e, podem, ainda, haver interações com outras classes de medicamentos, causando danos à saúde. Além disso, o princípio ativo só é benéfico enquanto utilizado em sua dose terapêutica, podendo causar toxicidade quando utilizado em excesso (SILVA, ALMEIDA e ROCHA, 2010).

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

A população acredita que o uso de plantas medicinais e fitoterápicos é isento de riscos e não apresenta nenhum tipo de reação adversa ou intoxicação por ser um produto natural, porém, isso é alarmante, tendo em vista o número de casos de efeitos adversos como toxicidade, alterações gastrointestinais, reações alérgicas e interações medicamentosas em grande parte da população, ocasionados por tal classe e seus derivados (LEAL e TELLIS, 2015).

Na maioria das vezes, esse entendimento equivocado da população de que, por ser uma planta medicinal não traz nenhum malefício, se dá pela falta de informações fornecidas pelas mídias, pelo alto custo de medicamentos que são industrializados, por alguma falha da vigilância sanitária ou por dificuldades no acesso à assistência médica e farmacêutica para que as informações sobre o uso de fitoterápicos e plantas medicinais sejam fornecidas corretamente (LEAL e TELLIS, 2015).

Assim como qualquer medicamento, o uso de medicamentos naturais deve ser monitorado por um profissional habilitado, especialmente o farmacêutico, que colocará em prática o exercício da Atenção Farmacêutica com responsabilidade, compromisso e respeito às necessidades de cada paciente. Ele tem o dever de orientar a população, assegurar o uso correto e racional de fitoterápicos e plantas medicinais, garantir eficácia no tratamento, informar a melhor e mais segura forma farmacêutica, bem como os riscos e benefícios de seu uso, tendo, assim, uma importância direta na qualidade de vida da população em que está inserido (SILVA, ALMEIDA e ROCHA, 2010).

Para os farmacêuticos, a indicação de fitoterápicos e plantas medicinais é regulamentada pela resolução nº 546 de 21 de julho de 2011, que dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro. De acordo com essa legislação, o farmacêutico está apto para realizar a dispensação de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição, em estabelecimento farmacêutico, quando houver solicitação do usuário. A dispensação deverá ser feita de forma objetiva, simples e compreensiva e devidamente registrada (CFF, 2011).

Existem algumas espécies de plantas medicinais e fitoterápicos que são produtos de venda livre, ou seja, não há necessidade de prescrição, assim, o uso irracional desses

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

produtos pode trazer prejuízos à saúde. Mesmo que sejam produtos de origem natural, há substâncias que podem ser tóxicas. Vale salientar que o uso de plantas medicinais e fitoterápicos sempre foi um recurso importante para a sociedade, dando oportunidade para unir o conhecimento popular e científico sob orientação profissional no tratamento de alguma enfermidade. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2013), cerca de 80% da população mundial utiliza produtos de origem natural para combater problemas como pressão alta, queimaduras, gripe, tosse, prisão de ventre, entre outros. Nesse contexto, o farmacêutico é o profissional habilitado para orientar sobre esses produtos, além de ter a responsabilidade de alertar a população sobre os riscos da automedicação de fitoterápicos. O objetivo do presente trabalho é discutir sobre o uso racional de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos sob a ótica da Atenção Farmacêutica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura por meio de pesquisas bibliográficas, utilizando artigos científicos e legislações vigentes, além de livros, monografias sobre plantas medicinais e fitoterápicos. Foram utilizadas as bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Google Acadêmico*, *PubMed*, Como critério de inclusão, foi determinada a utilização de materiais para pesquisa publicados a partir do ano de 2010 a 2021 em língua portuguesa. Os descritores que foram utilizados ora de forma associada, ora individual, são: uso racional de medicamentos; fitoterápicos; plantas medicinais; atenção farmacêutica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com as informações descritas no presente trabalho, sobre plantas medicinais usadas popularmente, seus efeitos adversos e interações, destaca-se a importância de um profissional farmacêutico para colocar em prática a Atenção Farmacêutica. O farmacêutico orienta o paciente quanto às plantas medicinais ou fitoterápico mais

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

adequados, a relevância de investigar se o paciente já faz uso de algum medicamento e alertá-lo sobre o risco de interações medicamentosas, intoxicações e efeitos adversos que podem ocasionar agravos à saúde. Além disso, o farmacêutico pode avaliar se tais eventos podem ser intensificados, principalmente quando o usuário ignora os riscos. Um bom exemplo são populações que tem maior vulnerabilidade, como a de idosos, que apresentam o metabolismo diferente, o que se deve considerar quando se avalia o consumo de plantas medicinais em suas diversas formas (MACHADO *et al.*, 2014).

Machado *et al.* (2014) realizaram uma pesquisa sobre uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos por idosos e o estudo apontou que 76% dos idosos que participaram da pesquisa faziam uso de plantas medicinais, e, destes, 86% utilizavam em associação com outros medicamentos, mais de 60% não informavam aos prescritores sobre o uso simultâneo. O farmacêutico envolvido com o uso de plantas medicinais e com a fitoterapia preocupa-se com o uso seguro e de maneira correta, para alcançar a eficácia e evitar que ocorram efeitos indesejados. Portanto, o uso seguro, envolve, entre outros aspectos, a forma de uso, a parte utilizada da planta, a identificação correta da planta, o uso por crianças, adultos e idosos, a dosagem e tempo de consumo adequados, os efeitos adversos e as implicações do uso associado com outros medicamentos.

O uso popular como forma de autocuidado leva os pacientes a não relatarem informações ao profissional de saúde como o uso de plantas medicinais. Por isso, é tão importante questionar se o paciente faz uso de outros medicamentos, pois, essa falta de hábito de questionar, favorece interações entre plantas medicinais e medicamentos, possibilitando riscos ao paciente e inibindo a eficácia de um ou de outro. Em pacientes gestantes, o uso não monitorado de fitoterápicos ou plantas medicinais pode ocasionar efeitos indesejados, tanto para a própria gestante, como para o feto (RODRIGUES *et al.*, 2011). A falta de informações em relação ao uso sem orientação de um profissional, evidencia que o uso irracional, não monitorado e sem conhecimento da eficácia e da possibilidade de interações ou efeitos adversos. Merecem ser tratados com atenção, por meio de ações informativas e de educação em saúde, com a finalidade de evitar consequências indesejadas ao paciente.

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

Levando em consideração casos de intoxicação, o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINISTOX) registrou, no ano de 2017, casos de intoxicações por medicamentos e plantas. A partir da análise dos resultados apresentados, no que concerne à intoxicação por medicamentos e por plantas, ficou explícito o elevado número de casos em regiões brasileiras, primordialmente, nas regiões Sul e Sudeste.

Na região Sul, o número de intoxicações por medicamentos foi de 11.490 e por plantas foi de 474. Já na região Sudeste, foram 7.868 casos de intoxicações por medicamentos e 290 por plantas. Ambas as regiões também se destacaram pelo maior número de intoxicações em relação à idade, sexo, zona rural ou urbana e também na taxa de cura. A faixa etária que mais registrou casos de intoxicações foi de 1 aos 4 anos de idade, sendo registrados na região Sul 147 casos, e no Sudeste 83 casos. Na região Sul, o sexo masculino teve o maior índice de intoxicações com 261 casos e o feminino 213, já na região Sudeste foi registrado o mesmo número para ambos sexos, sendo 95 casos. Destes casos notificados na região Sul, nota-se que a maioria são de pessoas que residem na zona urbana, totalizando 428 e na zona rural 39. Na região Sudeste, observou-se que os casos predominam na zona urbana totalizando 158 e em zona rural 26.

A prática da Atenção Farmacêutica, juntamente com o desenvolvimento de ações que contemplem o uso racional, a farmacovigilância, a educação em saúde junto à população, campanhas e o acompanhamento de pacientes que utilizam plantas medicinais e fitoterápicos reduz o uso irracional e a automedicação. As ações informativas e de educação em saúde são uma grande necessidade social do Brasil. Um desafio evidenciado na prática da fitoterapia e do uso de plantas medicinais é a falta de profissionais capacitados para o manejo e aplicação dessa alternativa terapêutica. Um outro obstáculo enfrentado são as trocas e erros de identificação de espécies vegetais, utilização de plantas erradas, e formas de preparo para usos inadequados. Todos esses fatores tornam as plantas medicinais e os fitoterápicos alvo para automedicação, trazendo riscos de superdosagem, uso sem indicação, sem eficácia terapêutica e efeitos adversos. A automedicação sem informações é um sério problema e, tais ações citadas

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

anteriormente, podem contribuir para a redução da ocorrência de automedicação irresponsável (PAULA; BOCHNER; MONTILLA, 2012).

Na busca de artigos, a partir dos descritores empregados, foram encontrados alguns artigos correlacionando os termos Atenção Farmacêutica e fitoterápicos, e alguns deles foram demonstrados no Quadro 1. A Atenção Farmacêutica e o seu desenvolvimento, possibilita a prática centrada no paciente e auxilia o profissional na compreensão da experiência dos pacientes com o uso de fitoterápicos e plantas medicinais.

Quadro 1 - Estudos que relacionam fitoterapia, plantas medicinais e/ou fitoterápicos com atenção farmacêutica.

Título	Atenção farmacêutica e práticas integrativas e complementares no SUS: conhecimento e aceitação por parte da população sãojoanense	Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos	A importância da atenção farmacêutica no uso de fitoterápicos emagrecedores contendo sene (<i>Cassia angustifólia</i> Vanh
Objetivos, resultados e conclusões dos estudos	Trata-se de uma pesquisa sobre o conhecimento e aceitação das terapias integrativas e complementares e Atenção Farmacêutica no SUS. Foi feito um estudo transversal descritivo quantitativo e qualitativo. O resultado do estudo mostrou que a maioria dos pesquisadores aceitaria o uso de práticas alternativas e complementares se fossem ofertadas pela unidade de saúde do município de São João da Matta-MG, além de pontuarem a importância de uma atenção maior do farmacêutico no seu atendimento.	O trabalho teve como objetivo analisar a questão de prescrição farmacêutica de fitoterápicos e acompanhamento de pacientes em uso dos mesmos através da análise do prontuário dos pacientes. Foi realizado um estudo transversal descritivo qualitativo e quantitativo. Foram feitos 77 atendimentos a maioria com pacientes idosos encaminhados por fisioterapia. Partes destes pacientes buscavam pelo serviço de Atenção Farmacêutica, sendo a maioria, mulheres de mais de	O estudo foi realizado por meio de levantamento bibliográfico, sobre o uso de sene para tratamento de obesidade e da importância da Atenção Farmacêutica no uso de fitoterápicos que contenham essa espécie vegetal. Conclui-se que, é necessário a aplicação de Atenção Farmacêutica para que haja o uso racional. Estudos maiores sejam desenvolvidos sobre a avaliação potencial do sene na obesidade.

		60 anos. Notou-se desinformação da população em relação ao papel do farmacêutico com o profissional de saúde na prática da fitoterapia.	
Referência	MARQUES <i>et al.</i> , 2011.	MARQUES; MORIYA; ANTUNES, 2019.	COSTA, 2015.

Fonte: Próprio autor, (2022)

CONCLUSÃO

Pode-se concluir a relação de necessidade entre o uso de plantas medicinais e fitoterápicos e a Atenção Farmacêutica. O desenvolvimento da Atenção Farmacêutica e a aplicação da racionalidade da tomada de decisão na farmacoterapia permitem uma avaliação de forma íntegra da prática da fitoterapia e do uso de plantas medicinais pelo paciente. A prática do uso de plantas medicinais e da fitoterapia traz vários benefícios aos usuários, oferecendo uma forma de tratamento mais acessível, além de unir conhecimentos tradicionais e populares aos científicos.

Portanto, a prática da Atenção Farmacêutica é de grande valia e visa assegurar o paciente sobre a melhor terapia medicamentosa a ser utilizada, com segurança, eficácia e garantindo que ele seja o maior beneficiado, além da participação do profissional farmacêutico na promoção da saúde tanto coletiva quanto individual. A atenção farmacêutica é necessária e causa grandes impactos na prática do uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, 2021 – **Formulário de Fitoterápicos. Farmacopeia Brasileira**. 2ª ed. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasília, 2021. Disponível em:

Ágora – A revista científica do UNIFASAR – Ano IV – nº 1 – Dezembro – 2022

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/formulario-fitoterapico>. Acesso em: 02 de dezembro de 2021.

CFF - Conselho Federal de Farmácia. **Resolução Nº 546 de 21 de julho de 2011**. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/546.pdf>> Acesso em: 08 de Mar 2021.

COSTA ICF. **A importância da atenção farmacêutica no uso de fitoterápicos emagrecedores contendo sene (*Cassia angustifolia* Vanh)**. Revista Especialize On-line IPOG. 2015;10(1)

LEAL, L. R., TELLIS, C. J. M., **Farmacovigilância de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: uma breve revisão**. Revista Fitos. Rio de Janeiro, Vol, 9(4), 253-303, Out-Dez 2015.

MACHADO, Helen L. et al. **Pesquisa e atividades de extensão em fitoterapia desenvolvidas pela Rede FitoCerrado: uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos por idosos em Uberlândia-MG**. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, Botucatu, v. 16, v. 3, p. 527-533, jul-set. 2014.

MARQUES LAM, VALE FVVR DO, NOGUEIRA VA DOS S, MIALHE FL, SILVA LC. **Atenção farmacêutica e práticas integrativas e complementares no SUS: conhecimento e aceitação por parte da população sãojoanense**. Physis Rev Saúde Coletiva. 2011;21(2):663–74.

MARQUES PA, MORIYA MM, Maria V, ANTUNES DS. **Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos**. 2019;1:1–9

OMS/ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Pautas para evaluación de Medicamentos Herbarios**. Ginebra, 2013.

PAULA, Tatiana C.; BOCHNER, Rosany; MONTILLA, Dalia E. R. **Análise clínica e epidemiológica das internações hospitalares de idosos decorrentes de intoxicações e efeitos adversos de medicamentos, Brasil, de 2004 a 2008**. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 828-844, Dez. 2012.

RODRIGUES HG, MEIRELES CG, LIMA JTS, et al. **Efeito embriotóxico, teratogênico e abortivo de plantas medicinais**. Rev. Bras. Pl. Med. 2011; 13 (3): 359-366

ROSA, C. CÂMARA, S.G. BÉRIA, J.U. **Representações e intenção de uso da fitoterapia na atenção básica à saúde**. Ciências & Saúde Coletiva, v. 16, p. 311– 318, 2011.

ZALEWSKI, S. SILVA, F. T. O. JESUS, V. C. MARTINES, K. N. M. FURLAN, L. C. ASSAD, M. M. S. SILVA, L. V. S. MARIN, M. T. **Levantamento de dados da população de Araraquara acerca do uso de plantas medicinais e o conhecimento sobre medicamentos fitoterápicos na XIX semana de assistência farmacêutica estudantil**. Revista De Ciências Farmacêuticas Básica E Aplicada. v. 38 Supl. 1. agosto, 2017.